

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

Paola Francine Brizola

**COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA
FORMAÇÃO DE JOVENS SUCESSORES**

**Palmeira das Missões, RS
2022**

Paola Francine Brizola

**COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA
FORMAÇÃO DE JOVENS SUCESSORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Campus de Palmeira das Missões, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Agronegócios**.

Orientador: Dr. Adriano Lago

Co-orientadora: Dra. Tanice Andreatta

Palmeira das Missões, RS
2022

Brizola, Paola Francine
COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA
FORMAÇÃO DE JOVENS SUCESSORES / Paola Francine Brizola.-
2022.

134 p.; 30 cm

Orientador: Adriano Lago
Coorientadora: Tanice Andreatta
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Campus de Palmeira das Missões, Programa de Pós
Graduação em Agronegócios, RS, 2022

1. Desenvolvimento rural 2. Cooperativas
agropecuárias 3. Sucessão geracional 4. Jovens 5.
Programa Aprendiz Cooperativo do Campo I. Lago, Adriano
II. Andreatta, Tanice III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

©2022

Todos os direitos autorais reservados a Paola Francine Brizola. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: paolafrancinee@gmail.com

Paola Francine Brizola

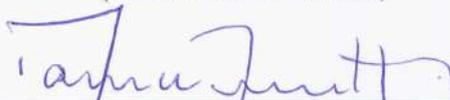
**COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO
DE JOVENS SUCESSORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Campus de Palmeira das Missões, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Agronegócios**.

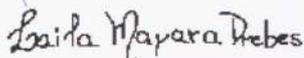
Aprovada em 27 de outubro de 2022:



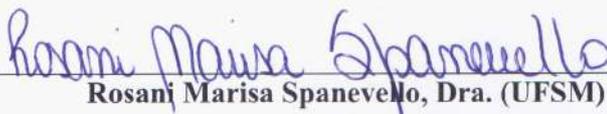
Adriano Lago, Dr. (UFSM)
(Presidente/ Orientador)



Tanice Andreatta, Dra. (UFSM)
(Coorientadora)



Laila Mayara Drebes, Dra. (UNIFESSPA)



Rosani Marisa Spanevello, Dra. (UFSM)

Palmeira das Missões, RS
2022

*Dedico este trabalho à minha mãe, Maira Raquel Beal, em agradecimento por todo apoio,
amor e compreensão.*

Obrigada por acreditar em mim, você foi fundamental nesta conquista. Te amo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sempre guiar meu caminho e me conceder saúde para que eu siga conquistando meus sonhos.

Agradeço à minha mãe, Maira, e aos meus irmãos Marcus e Matheus, que sempre torceram pelas minhas conquistas, apoiando e incentivando-me. Amo vocês, e este é só o início de muitas conquistas que vamos ter e celebrar juntos.

Agradeço aos professores que contribuíram para meu crescimento, em especial ao meu orientador, Dr. Adriano Lago, e minha coorientadora, Dra. Tanice Andreatta. Vocês foram fundamentais nesta caminhada. Obrigada pelo apoio e auxílio.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios – Campus Palmeira das Missões/RS pelas oportunidades.

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos.”

Provérbios 16:3

RESUMO

COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DE JOVENS SUCESSORES

Autora: Paola Francine Brizola

Orientador: Adriano Lago

O cooperativismo agropecuário tem intervenção direta nas unidades produtivas das famílias associadas e tem propósitos de cumprir objetivos em comum, intencionando influir no crescimento e desenvolvimento das propriedades rurais. Por essa razão, entendeu-se a importância do segmento das atividades agropecuárias e da permanência do jovem no âmbito rural como sucessor, pois constituem atores fundamentais na continuidade das cooperativas. A sucessão geracional é entendida como uma nova geração de agricultores que se mantém no campo através de um processo gradual que culmina na passagem da gestão e do patrimônio da propriedade de pais para filhos. Com o intuito de diminuir o número de propriedades sem sucessores, é preciso que as organizações do âmbito rural incentivem a continuação de jovens no campo através de ações. Nesse sentido, a constituição do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo tem como objetivo contribuir, juntamente com as cooperativas agropecuárias, no incentivo aos jovens em permanecer nas propriedades rurais. Sendo assim, este estudo teve como objetivo analisar o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo quanto à sua atuação na sucessão geracional em distintas cooperativas agropecuárias no Estado do Rio Grande do Sul. A metodologia que foi utilizada é caracterizada como qualitativa e quantitativa; foi realizada uma análise fatorial e de *clusters*, com o uso de questionário como instrumento de coleta de dados, que foi aplicado através de um formulário online (*google forms*) e tratados no SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). A amostra dos jovens participantes do programa foi dada através das cooperativas agropecuárias promotoras e da cooperativa educacional executora da formação, sendo jovens de 14 a 24 anos, com 80% a 100% do programa concluído, visando a analisar os determinantes do programa que contribuíram na sucessão geracional das propriedades correspondentes, totalizando 105 jovens respondentes, sendo 54 do sexo feminino e 51 do sexo masculino, distribuídos em 30 municípios no estado do Rio Grande do Sul, entrevistados nos meses de junho e julho de 2022. Os resultados apontaram que o programa tem importância significativa no processo sucessório, dado que, dentre os jovens entrevistados, 78% demonstraram pretensão de sucessão. Na análise de *clusters*, obteve-se três grupos; a partir destes, considerou-se que os jovens que apresentaram maior participação nas atividades da propriedade são os que demonstraram maior pretensão de sucessão, e os jovens que demonstraram menor pretensão são os que apresentaram menor inserção nas atividades da propriedade. Os participantes avaliaram positivamente o programa, demonstrando perspectivas positivas em todas as questões apresentadas, alegando maior conhecimento sobre a gestão da propriedade, inserção nas atividades, além de maior visualização e capacitação como possíveis sucessores. Concluiu-se, portanto, que o programa provoca um estímulo aos jovens quanto à sucessão, pois estes, a partir dos conhecimentos adquiridos, sentiram-se mais aptos e preparados para seguir com a propriedade, dado que alguns que não possuíam pretensão de suceder, passaram a visualizar a propriedade como forma de vida e trabalho. Sendo assim, foi possível afirmar que o programa tem sido significativo pelas oportunidades que dispõe ao jovem e propriedade, auxiliando na realização de seus objetivos, e contribuindo para que possam tornar-se sucessores.

Palavras-chaves: Desenvolvimento rural. Cooperativas agropecuárias. Sucessão geracional. Jovens. Programa Aprendiz Cooperativo do Campo.

ABSTRACT

AGRICULTURAL COOPERATIVES AND THEIR CONTRIBUTION TO THE TRAINING OF YOUNG SUCCESSORS

Author: Paola Francine Brizola

Advisor: Adriano Lago

Agricultural cooperativism has direct intervention in the production units of associated families and aims to fulfill common objectives, intending to influence the growth and development of rural properties. For this reason, the importance of the segment of agricultural activities and the permanence of young people in the rural environment as successors was understood, since they are fundamental actors in the continuity of cooperatives. Generational succession is understood as a new generation of farmers who remain in the countryside through a gradual process that culminates in the transfer of management and ownership of the property from parents to children. In order to reduce the number of properties without successors, it is necessary that rural organizations encourage the continuation of young people in the countryside through actions. In this sense, the creation of the Rural Cooperative Apprenticeship Program aims to contribute, together with agricultural cooperatives, in encouraging young people to remain on rural properties. Therefore, this study aimed to analyze the Aprendiz Cooperativo do Campo Program regarding its performance in the generational succession in different agricultural cooperatives in the State of Rio Grande do Sul. The methodology that was used is characterized as qualitative and quantitative; A factorial and *cluster* analysis was carried out, using a questionnaire as a data collection instrument, which was applied through an online form (google forms) and treated in SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). The sample of young people participating in the program was given through the promoting agricultural cooperatives and the educational cooperative executing the training, being young people between 14 and 24 years old, with 80% to 100% of the program concluded, aiming to analyze the determinants of the program that contributed to the generational succession of the corresponding properties, totaling 105 young respondents, 54 female and 51 male, distributed in 30 municipalities in the state of Rio Grande do Sul, interviewed in the months of June and July 2022. The results showed that the program has significant importance in the succession process, given that, among the young people interviewed, 78% showed a desire for succession. In the *cluster* analysis, three groups were obtained; from these, it was considered that the young people who showed greater participation in the activities of the property are the ones who showed the greatest intention of succession, and the young people who showed less intention are the ones who showed less involvement in the activities of the property. The participants evaluated the program positively, demonstrating positive perspectives on all issues presented, claiming greater knowledge about property management, insertion in activities, in addition to greater visualization and training as possible successors. It was concluded, therefore, that the program provokes a stimulus to young people regarding the succession, since these, from the knowledge acquired, felt more able and prepared to continue with the property, given that some who had no intention of succeeding, began to view property as a way of life and work. Therefore, it was possible to affirm that the program has been significant due to the opportunities available to young people and ownership, helping to achieve their objectives, and contributing so that they can become successors.

Keywords: Rural development. Agricultural cooperatives. Generational succession. Young people. Field Cooperative Apprentice Program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização das regiões	61
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ações e políticas públicas governamentais destinadas à juventude rural de 1998 a 2015	30
Quadro 2: Cooperativas da pesquisa e número de respondentes.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil dos respondentes	63
Tabela 2: Intenção de cursar ensino superior	64
Tabela 3: Caracterização das propriedades rurais	66
Tabela 4: Comercialização da produção.....	68
Tabela 5: Participação do jovem nas atividades da propriedade rural	69
Tabela 6: Participação dos jovens no programa	71
Tabela 7: Sentenças sobre possíveis mudanças ocasionadas pós participação no programa ...	72
Tabela 8: Experiências e conhecimentos adquiridos no programa.....	75
Tabela 9: Aplicação prática, em sua propriedade, do que aprende/aprendeu.....	75
Tabela 10: Mudanças realizadas na propriedade após participação do programa.....	76
Tabela 11: Pretende ser sucessor(a).....	78
Tabela 12: Sentem-se preparados para assumir a sucessão da propriedade dos pais	79
Tabela 13: Contribuição do programa na preparação como sucessor(a).....	79
Tabela 14: Desejo em desempenhar outras atividades agrícolas na propriedade.....	80
Tabela 15: Projetos profissionais e estabelecimentos dos jovens.....	81
Tabela 16: Avaliação da importância das atividades no programa juntamente com a cooperativa	82
Tabela 17: Avaliação em relação ao Programa Aprendiz Cooperativo do Campo quanto à sucessão geracional.....	83
Tabela 18: Opinião dos jovens a respeito da qualidade de ensino do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo.....	85
Tabela 19: Matriz de Componentes Rotacionados	87
Tabela 20: Caracterização dos jovens e propriedades - Grupo 1	88
Tabela 21: Caracterização dos jovens e propriedades - Grupo 2	89
Tabela 22: Caracterização dos jovens e propriedades - Grupo 3	89
Tabela 23: Participação do jovem nas atividades da propriedade rural	91
Tabela 24: Participação dos jovens no programa	92
Tabela 25: Sentenças sobre possíveis mudanças ocasionadas após participação no programa	94
Tabela 26: Experiências e conhecimentos adquiridos no programa.....	98
Tabela 27: Práticas, na propriedade, do que aprende/aprendeu no programa	99
Tabela 28: Mudanças realizadas na propriedade após participação do programa.....	100
Tabela 29: Sentem-se preparados para assumir a sucessão da propriedade dos pais	100

Tabela 30: Contribuição do programa na preparação como sucessores(as).....	101
Tabela 31: Desejo em desempenhar outras atividades agrícolas na propriedade.....	102
Tabela 32: Projetos profissionais futuros	103
Tabela 33: Avaliação da importância das atividades no programa juntamente com as cooperativas	104
Tabela 34: Avaliação em relação ao programa quanto à sucessão geracional	109
Tabela 35: Qualidade do programa nas perspectivas dos jovens participantes.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	21
1.2 OBJETIVOS	24
1.2.1 Objetivo geral	24
1.2.2 Objetivos específicos	24
1.3 JUSTIFICATIVA	24
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	26
2.1 PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PERSPECTIVA SOBRE A JUVENTUDE RURAL	26
2.1.1 Programa Aprendiz Cooperativo do Campo	35
2.2 COOPERATIVISMO	37
2.2.1 Contextualização do cooperativismo	37
2.2.2 O cooperativismo e suas vantagens na área rural	41
2.3 SUCESSÃO GERACIONAL NAS PROPRIEDADES RURAIS	45
2.4 SUCESSÃO GERACIONAL E O COOPERATIVISMO	50
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA	55
3.2 DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO E TIPO DE AMOSTRAGEM	57
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	57
3.4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	58
3.5 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA.....	60
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	62
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS PARTICIPANTES DO PROGRAMA APRENDIZ COOPERATIVO DO CAMPO E SUAS PROPRIEDADES RURAIS	62
4.1.1 Perfil dos jovens respondentes	63
4.1.2 Caracterização das propriedades rurais	65
4.2 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE GESTÃO PRODUTIVA E DE RENDA DOS JOVENS SUCESSORES E A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NESTE PROCESSO.....	70
4.2.1 Comunicação e participação dos jovens no Programa Aprendiz Cooperativo do Campo	70
4.2.2 Desempenho do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo na ótica dos jovens participantes	72

4.2.3 A aplicabilidade do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo na propriedade.	74
4.2.4 Em relação aos projetos futuros dos jovens participantes do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo	78
4.3 MAPEAMENTO DAS DEMANDAS DOS JOVENS PARTICIPANTES EM RELAÇÃO AO PROGRAMA APRENDIZ COOPERATIVO DO CAMPO.....	81
4.4 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE JOVENS ATRAVÉS DA ANÁLISE FATORIAL E DE CLUSTERS QUANTO ÀS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA PARA A SUCESSÃO GERACIONAL	86
4.4.1 Caracterização dos jovens e das propriedades rurais.....	88
4.4.2 Em relação ao programa Aprendiz Cooperativo do Campo.....	91
4.4.3 Em relação ao desempenho do programa Aprendiz Cooperativo do Campo	93
4.4.4 Em relação à aplicabilidade do programa Aprendiz Cooperativo do Campo.....	98
4.4.5 Em relação aos projetos futuros dos jovens participantes do programa Aprendiz Cooperativo do Campo	100
4.4.6 Mapeamento das demandas dos jovens participantes em relação ao programa Aprendiz Cooperativo do Campo	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE A	129

1 INTRODUÇÃO

Acerca das estratégias de desenvolvimento rural elaboradas pelo governo brasileiro, presencia-se dois períodos marcantes: a fase desenvolvimentista, acentuada por um governo militar, nos anos de 1960 e 1970, na qual o setor agrícola estava em um período de transformações, deixando seus padrões passados e empregando novos modelos de produção propostos pela Revolução Verde, caracterizado como modernização agrícola; e a fase da crise econômica e reforma, nos anos de 1980 e 1990 (GOULART; PREVITALI, 2015).

Ocorrendo uma significativa mudança institucional a partir dos anos 90, o Estado brasileiro passou gradualmente a considerar a agricultura familiar na política e, institucionalmente, foram constituídos Ministérios, Secretarias, espaços de atuação social, além de políticas públicas, abrangendo comercialização, produção e também o modo de vida familiar, que deram origem a importantes programas voltados a este tecido social (GRISA et al., 2017). Durante essas mudanças, por meio de atuação do governo, o setor agrícola brasileiro obteve o apoio fundamental para o desenvolvimento, sendo conduzido conforme as relevâncias políticas, econômicas e sociais (MASSUQUETTI, 1998).

O desenvolvimento rural desempenha um conjunto de ações que visam a provocar melhorias nas condições de vida dos produtores rurais, expandindo a concepção socioeconômica e suas expectativas (ELLIS, 2000). Porém, a permanência das famílias no meio rural tem se destacado nas argumentações a favor da volta do desenvolvimento rural, principalmente no que se refere à sucessão geracional. Diante disso, este tema transformou-se em diversos programas e políticas públicas projetadas e desenvolvidas pelo governo brasileiro em conjunto com sindicatos rurais e organizações sociais (BOLTER; SCHNEIDER; HASS, 2015).

Considerando a gradativa saída da juventude do campo e as adversidades em torno do processo sucessório como agricultores(as), as políticas e programas governamentais existentes têm o intuito de possibilitar aos jovens que permaneçam no meio rural. No entanto, para que se obtenha resultados positivos, é preciso identificar diversas razões que podem ocasionar a permanência no campo e quais são as condições em que esses jovens rurais vivem e se desenvolvem (SPANVELLO et al., 2021). Afinal, os contextos de vida e de trabalho da juventude rural brasileira se constituem em distintas realidades no que se refere a suas inclusões produtivas, serviços públicos e sociais (CASTRO; BARCELLOS, 2015).

A identificação da diversidade de jovens brasileiros foi essencial para o progresso das políticas públicas focadas nesse segmento nas últimas décadas. Seguido dessa nova expectativa, a juventude rural obteve um lugar na agenda do Estado, instigando agentes sociais e instituições na constituição de políticas exclusivas, no intuito de atender às demandas e perspectivas dessa parte da população (BARCELLOS; MENEZES; STROPASOLAS, 2014). As políticas públicas necessitam atuar no meio rural, não apenas na visibilidade de negócios, mas também nas boas condições de vida e no desejo em continuar no campo (GOMES; SCHMIDT, 2014).

A concretização do processo sucessório ou da continuidade de um dos filhos no gerenciamento da propriedade na posição de agricultor acontece diante de fatores favorecedores, como por exemplo, políticas públicas, formação, condução executada por organizações sindicais, de apoio técnico e de extensão rural (DEGGERONE; OLIVEIRA, 2018). Entre essas organizações, as que apresentam melhor ênfase são as cooperativas agropecuárias, resultado de seu papel social e econômico na vida dos agricultores (DREBES; SPANEVELLO, 2017).

Baseando-se na probabilidade do cooperativismo como um estimulador de melhores condições de vida para seus membros, é possível designar-lhe uma significativa contribuição no processo sucessório das propriedades rurais cooperativamente ativas (DEGGERONE; OLIVEIRA, 2018). Dito isso, considera-se que, em determinados contextos, as cooperativas são vistas como uma forma de conduzir o desenvolvimento (DEVELTERE, 1998).

Dado que possuem uma atribuição estratégica no êxito das políticas/programas de desenvolvimento rural (PELEGRINI; SHIKI, 2015), as cooperativas desempenham um papel significativo na intermediação desses programas do governo juntamente com seus associados, a fim de contribuir no aumento de produtividade e renda dos produtores rurais (FERNANDES et al., 2018).

Consideradas como organizações com atuação direta nas propriedades familiares, as cooperativas agropecuárias não dispõem apenas de perspectivas produtivas e econômicas, mas também de atividades sociais e educacionais através da promoção de troca de informações e também de formações, a fim de proporcionar a permanência de jovens como sucessores. No processo sucessório, é possível maior proximidade com a cooperativa, considerando a capacidade que esta possui de atender as demandas sociais e profissionais do jovem sucessor, tornando-se uma organização apta a contribuir com a temática da sucessão (SPANEVELLO; LAGO, 2003).

Em razão disso, o SESCOOP-RS (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) desenvolveu o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo, o qual possui foco na sucessão geracional, expondo a importância do jovem para o âmbito rural. Para tanto, sua metodologia adota, como prática educacional, atividades teóricas e práticas, sendo que o processo prático está direcionado e fundamentado no seu fazer (STRATE, 2017).

Além do conhecimento transmitido para a prática nas propriedades rurais, o programa tem como um dos objetivos estimular o interesse pelo âmbito rural, evidenciando a significativa presença dos jovens e sua contribuição quanto à permanência no campo. Dispondo de matérias básicas e específicas, o programa é disponibilizado aos jovens de 14 a 24 anos, filhos(as) de/ou produtores(as) rurais, através de metodologias que auxiliam nas atividades das propriedades e nas tomadas de decisões. Considerando a inserção dos jovens nas atividades para a conquista de espaço e autonomia, o programa também visa a transmitir maior visibilidade nas oportunidades de trabalho e renda (SESCOOP, 2022).

Dada a importância das ponderações realizadas e o estágio de desenvolvimento do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo, considera-se relevante analisar os impactos do Programa para os jovens integrantes quanto a sua contribuição no processo sucessório.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O estado do Rio Grande do Sul contribui de forma significativa para a oferta nacional de alimentos, âmbito no qual é reconhecido historicamente. Por um longo tempo, o estado foi caracterizado como “Celeiro do Brasil”, em razão de sua considerável contribuição para a produção agropecuária nacional, dirigida ao mercado interno e à exportação. Um atributo característico do exercício agropecuário no Rio Grande do Sul, especialmente entre os pequenos produtores rurais, é o cooperativismo. Uma parte significativa dos produtores rurais está estruturado em cooperativas (FEIX; LEUSIN JÚNIOR; AGRANONIK, 2016).

As cooperativas agropecuárias são formadas por produtores rurais, onde os recursos produtivos são dos próprios associados, que se unem para obter benefícios nas atividades conjuntas. Tais cooperativas desempenham numerosas atuações, no que se refere à obtenção e comercialização de insumos, industrialização e comercialização de produtos agroindustriais (FEIX; LEUSIN JÚNIOR; AGRANONIK, 2019).

Além disso, as cooperativas agropecuárias executam um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social de seus associados. O resultado econômico provém da inclusão dos médios e pequenos agricultores em mercados centralizados e da agregação de valor à sua produção. Tanto quanto a relevância econômica, é importante ressaltar a relevância social confiada a essas organizações, que em determinadas regiões e municípios, são os únicos meios de estruturar e comercializar a produção dos agricultores (SOUZA; BRAGA; FERREIRA, 2011).

Segundo dados apresentados no Censo Demográfico do ano de 2010, a população rural do Rio Grande do Sul era em torno de 1,6 milhões de pessoas, sendo correspondente a 15% do total do Estado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011). Já de acordo com o Censo Agropecuário do ano de 2017, o total era de 983.751 pessoas ocupando o âmbito agropecuário, o que corresponde a uma queda de 20,1% em comparação ao censo anterior (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Os autores Silvestro et al. (2001) apontam que a ocorrência da redução do número de pessoas envolvidas com o meio rural, principalmente jovens, acaba causando adversidades, como o comprometimento do destino da grande maioria das propriedades rurais em razão da não permanência de sucessores, principalmente da família, para dar segmento às propriedades.

De acordo com Savian (2011), a saída dos jovens do meio rural é uma das causas do despovoamento da área agrícola, sendo provocado por distintos motivos. A decisão de ficar ou sair é gerada através dos objetivos, finalidades, propósitos, interesses e intenções de cada indivíduo, mas é influenciada pelo contexto social nos quais estão inseridos. Segundo os autores Kischener, Kiyota e Perondi (2015), há diversos fatores que influenciam a sucessão geracional, tais como: questão histórica, de gênero, de renda, de escolaridade, de projetos de vida dos jovens, sociabilidade humana e transformações na identidade dos jovens, influência da comunidade e trabalho.

A sucessão estende-se além da delegação e gestão da propriedade, pois o sucessor se favorece de um conjunto de aprendizagens específicas sobre os exercícios agrícolas (LOBLEY, 2010). No entanto, Spanevello et al. (2014), ressaltam que, ainda que os filhos sejam os pretendentes à sucessão, estes podem rejeitar a permanência no meio rural pela ocorrência de interesses em outras atividades, pois, em comparação às gerações passadas, na atualidade as opções são mais numerosas, principalmente no que diz respeito às decisões profissionais. Além disto, as atuais gerações estão gradativamente mais introduzidas num âmbito extenso de

relações culturais e sociais que lhes permite ponderar sobre suas identidades e realizações pessoais.

As modificações nos modelos sucessórios causadas, principalmente, pela não sucessão, percebidas na comunidade em tempos mais recentes, obrigam os pais a planejarem outros caminhos, particularmente no que se refere ao destino das propriedades rurais. Isto é, a ausência de sucessores faz com que os produtores precisem planejar um caminho para o futuro da propriedade rural familiar (BOSCARDIN, 2017).

Na intenção de reduzir o número de propriedades sem sucessores ou solucionar essa adversidade atual, existente no dia a dia de diversos produtores rurais, além de assegurar a permanência dessas propriedades, faz-se necessário a provocação das organizações de assistência técnica e extensão rural. Entre essas organizações, as que apresentam maior relevância são as cooperativas agropecuárias, o que é resultado do importante papel econômico e social na vida dos agricultores (DREBES; SPANEVELLO, 2017).

Nessa percepção, é possível o entendimento de que as cooperativas são capazes de participar na questão sucessória das propriedades de seus associados. Seu papel é fundamental, pois são organizações de responsabilidade social que atuam no meio rural como estimuladoras no desenvolvimento e necessitam de renovação em seu quadro social por meio da sucessão geracional para permanecerem ativas (WEBER, 2020).

Entre as atividades desenvolvidas, relacionadas com a sucessão geracional, mais utilizadas pelas cooperativas agropecuárias são palestras técnicas, encontros com jovens, bolsas de estudos, seminários, o Programa Aprendiz Cooperativo no Campo, entre outras. O decreto federal nº 5.598/2005 declara as entidades qualificadas para prover cursos de aprendizagem e, neste âmbito, trata-se do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Desse modo, as cooperativas, em parceria com o SESCOOP-RS na busca do cumprimento da lei, instituíram o programa Aprendiz Cooperativo do Campo, com o enfoque na sucessão geracional, apresentando a relevância do jovem para o meio rural.

Considerando as questões pontuadas e a importância da sucessão geracional para as cooperativas agropecuárias, é pertinente estudar a contribuição do programa Aprendiz Cooperativo do Campo quanto ao incentivo à sucessão geracional de seus integrantes. Diante disso, esta pesquisa busca responder: Quais são as contribuições do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo no fomento à sucessão geracional?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as contribuições do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo no fomento à sucessão geracional em distintas cooperativas agropecuárias no Estado do Rio Grande do Sul.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar os jovens participantes do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo e suas propriedades rurais;
- b) Analisar em que condições de gestão produtiva e de renda os jovens sucessores se instalaram ou estão instalando-se, e qual a contribuição do programa nesse processo;
- c) Mapear as demandas dos jovens participantes a fim de propor ações que possam auxiliar em melhorias para o programa;
- d) Identificar e caracterizar grupos de jovens através da análise fatorial e de *Clusters* quanto às contribuições do programa para a sucessão geracional.

1.3 JUSTIFICATIVA

Aspectos importantes provocaram o estudo em torno do Programa Aprendiz Cooperativo no Campo quanto à sua contribuição na sucessão geracional, tendo como público-alvo os integrantes do programa de distintas cooperativas agropecuárias no estado do Rio Grande do Sul. Primeiramente, destaca-se algumas transformações que vêm ocorrendo nos últimos anos, em especial a não permanência da população jovem em suas propriedades, o que traz a importância da realização deste estudo, pois essa ausência de novas gerações no âmbito agrícola implica na dinâmica habitacional e produtiva agropecuária, apresentando consequências para essas propriedades rurais familiares.

Em razão das consequências da não permanência dos jovens rurais, há o interesse de compreender os aspectos decisórios e os incentivos que instigam a permanência no âmbito agrícola. O objetivo é estimular, a partir desses aspectos, que os jovens se mantenham no campo

de modo que consigam atender necessidades e demandas perante as suas expectativas, de acordo com as condições sucessórias.

De acordo com Bieger e Griebeler (2014), a continuidade dos filhos no ramo agrícola é de enorme valor, dado que, como agricultores, serão os agentes sociais encarregados pela produção alimentícia do país e pela sustentação econômica no setor primário.

Seguindo com a relevância do estudo, são as cooperativas agropecuárias que se relacionam e asseguram diversas condições aos membros, como crédito, assistência técnica e comercialização da produção, sendo essas condições capazes de induzir o segmento dos jovens sucessores nas áreas rurais. Nesse sentido, o estudo tem como intuito ser executado com os jovens membros do programa Aprendiz Cooperativo do Campo, já que essas cooperativas são promotoras do programa e visam ao auxílio na sucessão geracional, a fim de manter seu quadro de associados com as novas gerações de jovens rurais.

De acordo com Bialoskorski Neto (2007), a forte relação entre associados e cooperativas são perceptíveis, principalmente com os pequenos agricultores familiares, pois estes possuem campos menores, precisam da ajuda da assistência técnica e manifestam a cooperação como o determinante canal de comercialização da produção. Por essa razão, representam parte importante dos agricultores que necessitam de apoio das cooperativas para perdurar diante dos riscos e fortalecer seus rendimentos.

A análise do Programa Aprendiz Cooperativo no Campo é de grande importância, não apenas para as cooperativas, mas também para a sociedade, por tratar uma temática indispensável. É possível, através do estudo, fornecer informações relevantes para o SESCOOP/RS e cooperativas promotoras, possibilitando a execução de eventuais ajustes para ampliar a efetividade do programa junto aos jovens rurais.

As razões que ocasionaram a escolha deste tema são diversas, sendo este um assunto de grande importância a ser estudado gradualmente, pois é notório que a não permanência dos jovens no meio rural impacta nas escolhas do processo sucessório e no destino das propriedades. Da mesma forma, os programas e políticas públicas destinadas a esse extrato social têm o objetivo de que os jovens do campo permaneçam no meio rural. Portanto, é pertinente o estudo a fim de identificar as contribuições que este programa pode fornecer para que o desenvolvimento rural continue avançando. Além disso, analisando a literatura existente, percebe-se que há poucos estudos que abordam esta temática, o que torna imprescindível a contribuição para o conhecimento científico já produzido.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, será apresentada a fundamentação teórica que direciona o estudo e possibilita analisar os resultados encontrados. A contextualização da teoria sobre o assunto foi disposta em tópicos sobre programas e políticas públicas para a juventude rural, explanação sobre o cooperativismo e suas vantagens/contribuições, a sucessão geracional e o cooperativismo relacionado com a sucessão geracional.

2.1 PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PERSPECTIVA SOBRE A JUVENTUDE RURAL

Um ponto de destaque das manifestações no setor rural brasileiro se deu durante o período da revolução verde (1960-1970), devido ao seu impacto direto tanto na produção agrícola quanto na vida dos agricultores. O período foi caracterizado por uma nova era de progressão tecnológica e financeira, provocando intensas mudanças na produção, com a adoção de tecnologias modernas na produção de alimentos e criação de animais, no intuito de aumentar a segurança alimentar a nível mundial, trazendo eficácia na produção agrícola.

No entanto, trouxe, também, profundas transformações negativas na vida de muitos agricultores, especialmente para pequenos produtores, com menor capital, ocorrendo diminuição de renda, saídas do campo e exclusão, devido ao alto custo da produção e concorrência com grandes produtores e empresas (SOUZA; ELESBÃO, 2008). Assim, o desenvolvimento rural, por um longo tempo, foi relacionado a um conjunto de ações governamentais e organizações internacionais direcionadas a interferências nas áreas rurais desfavorecidas, as quais não conseguiam se incorporar ao processo de modernização agrícola (NAVARRO, 2001), um recurso para os produtores rurais, com atuações conduzidas para essas adversidades (SCHNEIDER, 2010).

Caracterizadas como políticas de interferência no meio rural, particularmente nas regiões carentes, somente nos anos de 1990 é que passaram a ocorrer mudanças em perspectivas e compreensão sobre o desenvolvimento rural, alcançando novas dimensões no Brasil, estimulando o assunto e constituindo novas interpretações. Foi a partir dessa década que as políticas públicas e debates conceituais acerca do desenvolvimento rural manifestaram fundamentos modificados das décadas anteriores. Essas renovações deram-se pelas mudanças

econômicas, sociais e políticas que ocorreram no Estado, sendo induzidas para debates característicos e elaborando políticas governamentais focadas no campo e incentivos a ações para o público jovem, negros, mulheres e aposentados (SCHNEIDER, 2010).

O autor citado destaca, ainda, quatro fatores determinantes que favoreceram os debates sobre o desenvolvimento rural na constituição de novas compreensões. O primeiro fator refere-se ao percurso dos debates à volta da agricultura familiar e de sua capacidade econômica, produtiva e social, a qual foi caracterizada como uma categoria política, trazendo visões fundamentais para ações. O segundo fator faz referência à gradativa atuação do Estado no âmbito rural, que se deu por meio das políticas direcionadas à agricultura familiar e também de ações referentes à reforma agrária, segurança alimentar e etc. O terceiro fator está relacionado às transformações ocorridas na área política e ideológica e o quarto fator é relativo ao tema de sustentabilidade ambiental, devido à ocorrência de críticas ao modelo agrícola no período da revolução verde.

A ideia de “desenvolvimento” constituiu-se como tema de característica histórica dado a uma aderência social envolvendo interesses com precisas discussões, que influenciaram programas governamentais, estimulando debates e, principalmente, promovendo interesses nos grupos sociais sobre as mudanças benéficas que ocorrem. Dessa forma, o assunto foi incluído nas agendas sociais, entrou para área política e gerou diferentes interpretações.

Dentre as particularidades do meio rural, estão cinco perspectivas de desenvolvimento, sendo eles o desenvolvimento agrícola (o qual envolve condições de produtividade, área plantada e demais itens produtivos); desenvolvimento agrário (que são análises do "mundo rural" em relação à sociedade e suas dimensões); desenvolvimento rural (que atua com a indução de mudanças de um estipulado ambiente rural); desenvolvimento sustentável (plano ambiental que integra a um entendimento das "dimensões ambientais"), e desenvolvimento local (tem atuação em regiões/municípios, estratégias de "ação local") (NAVARRO, 2001).

Entre diferentes perspectivas de desenvolvimento que se configuram nas estratégias do governo para progredir e modificar as circunstâncias de vivência no campo, destaca-se que, nessas diferenças, é necessário atentar-se às condições em que se está inserido para realizar uma interpretação mais adequada (PUNTEL; PAIVA; RAMOS, 2011). Nesse sentido, é importante ressaltar a relevante colaboração que as propriedades familiares possuem para o desenvolvimento. Contudo, diversos obstáculos, conflitos ou oposições ainda prejudicam de modo incisivo essa classe. Desde os anos 80, um dos obstáculos que passou a operar de forma significativa refere-se à sucessão geracional (KESTRING et al., 2020).

Manter-se no campo requer muitas vezes a busca pela diversificação (como a pluriatividade). Sendo assim, faz-se necessário buscar por um desenvolvimento rural com o intuito de que ocorra a permanência no meio rural. É preciso despertar no jovem o desejo da prática em que se aprende além da propriedade, concedendo autonomia, para que ele tenha motivação e liberdade a fim de que continue no âmbito rural com qualidade de vida.

Com a finalidade de descobrir possibilidades ou direções que reduzam as dificuldades na sucessão geracional e estimulem os jovens a continuarem na propriedade rural exercendo as atividades agrícolas, surgiram diversas movimentações de distintas instituições, organizações e políticas públicas focadas para este grupo social. As razões pelas quais as propriedades precisam de sucessores são diversas, contudo, muitos dos prováveis sucessores não pretendem ou não querem mais desempenhar as atividades, almejando a saída da propriedade com o intuito de diferentes oportunidades de vida no meio urbano (KESTRING et al., 2020).

De acordo com Navarro (2001), o conceito de “desenvolvimento rural” em determinadas ações tem se modificado com o decorrer do tempo. Ainda que permaneça o destaque na melhoria do bem-estar da população rural como propósito final, as distinções mostram-se nas estratégias definidas, na organização dos processos e nas relevâncias metodológicas. Essas distinções são importantes nas interpretações de diferentes realidades e apresentando diversos propósitos. Os resultados dessas modificações acontecem por diferentes ocorrências e, em especial, pelas atuais condições que o desenvolvimento impõe às famílias e às ocupações rurais.

Assim, o desenvolvimento rural pode ser conceituado como uma soma de práticas e ações que objetivam a redução de dificuldades no meio rural, despertando um método para atuação que habilita os agricultores a tornarem-se agentes de seu modo de vida e trabalho, tornando-se autônomos, tomadores de decisões, dominando tecnologias, a fim de buscar, através de seu empenho e organização, aumentar as probabilidades de sua produção (SCHNEIDER, 2004).

Em vista disso, o desenvolvimento rural pode ser analisado a posteriori, neste contexto, referindo-se aos programas já executados pelo governo (em diversos níveis) objetivando modificar características do meio rural baseado nos propósitos estipulados. Da mesma forma, também é possível referir-se à construção de uma “ação prática” para o futuro, para que seja possível introduzir estratégias de desenvolvimento rural a curto e médio prazo. (havendo diferentes métodos de implantação de determinadas estratégias, debates, propósitos e preferências relevantes). E por último, destaca-se também que o desenvolvimento rural é um

meio de construção do conhecimento sujeito a concepções de análise e conduzido por procedimentos teóricos variados (NAVARRO, 2001).

O modo como o governo se dispõe e age intervém de maneira direta nos processos de elaboração de políticas públicas, no suprimento das necessidades dos grupos que as demandam como, por exemplo, a população jovem, especialmente a população jovem rural. Nesse sentido, é significativo destacar conquistas relacionadas às políticas públicas para o jovem rural, tais como programas direcionados para as demandas e reivindicações dessa juventude, estruturada em movimentos sociais que são capazes de gerar perspectivas de permanência do jovem na propriedade rural (SILVA; ARAÚJO, 2020).

A constituição de programas, políticas e instituições com foco para jovens instalados no meio rural destacam um marco institucional característico no campo das relações e demandas políticas no decorrer da trajetória do Estado no Brasil (BARCELLOS, 2015). Esses programas e políticas públicas, como são chamados, são empregados para caracterizar uma sequência de ações criadas através das solicitações governamentais, as quais e projetos alcançaram maior visualização e manifestação a partir dos anos 1990 (MACEDO; CASTRO, 2012). No quadro 01, apresenta-se uma trajetória de ações e políticas públicas no Estado, destinadas à juventude rural, nos anos de 1998 a 2015.

Quadro 1: Ações e políticas públicas governamentais destinadas à juventude rural de 1998 a 2015

(continua)

Programas/Políticas públicas	Ano implementado	Descrição
Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA)	1998	Abrange jovens e adultos de famílias participantes dos projetos de assentamento do Incra. É fundamentado no regime de alternância, o qual caracteriza-se no tempo de estudo nas escolas e outro período em práticas no assentamento de origem do aluno (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).
Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	1999	Obteve-se a definição de proposta de atividades para jovens de 15 a 17 anos (não caracterizando trabalho) em condições de vulnerabilidade social, possibilitando sua continuação no sistema educacional e proporcionando vivências práticas que o capacitem para inserções futuras no mercado de trabalho (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2001).
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)/ NOSSA PRIMEIRA TERRA	2003	Linha de financiamento que objetiva atender jovens (filhos de agricultores e estudantes de escolas agrotécnicas), entre 18 a 24 anos, que visam a obter uma propriedade rural, tencionando a permanência no campo e contribuindo para o desenvolvimento rural (BARCELLOS, 2016).
Programa Arca das Letras	2003	Elaborado com o objetivo de estimular a leitura e possibilitar o alcance de livros em assentamentos de agricultura familiar e de quilombos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005).
Programa Brasil Alfabetizado	2003	Criado com o propósito de superar o analfabetismo e colaborar com o ingresso no ensino fundamental. Os participantes são jovens de 15 anos ou mais, adultos e idosos, tendo como prioridade a população rural e quilombolas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005).
Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) - MERCOSUL	2004	Encontro de diálogos políticos entre governos e grupos sociais para a elaboração de políticas públicas (NIERDELE, 2016).
Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate)	2004	Recursos financeiros destinados para as despesas e demais serviços necessários (manutenção, combustível, etc.) para o transporte de alunos do ensino básico que residem no meio rural (FNDE, 2021).
PRONAF Jovem	2004	Financiamento para jovens agricultores (de 16 a 29 anos), sendo direcionado para a inserção, execução ou modernização da estrutura das atividades produtivas (armazenamento, serviços, transportes, etc.), no intuito de melhorar a qualidade de vida e a permanência da juventude no meio rural (MARIN, 2020).

(continuação)

Programas/Políticas públicas	Ano implementado	Descrição
Consórcio Social da Juventude Rural (*projeto foi encerrado)	2004	Tem como propósito permitir ambientes coletivos de formação de jovens agricultores (entre 16 a 24 anos) em autores de desenvolvimento, trabalhando manifestações nas políticas públicas para a elaboração de possibilidades de geração de renda e no processo organizacional da propriedade (ALBANI, 2015).
Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de EJA (PROEJA)	2005	Programa que visa à oferta de educação profissional técnica de nível médio, com faixa etária mínima de 18 anos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).
Saberes da Terra (ProJovem Campo)	2006	Fornece competência profissional e escolaridade à juventude rural de 18 a 29 anos que não concluiu o ensino fundamental, visando a expandir o ingresso e a qualidade educacional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022).
Política de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens	2006	Conduzido para um entendimento de saúde como um direito a ser assegurado pelo governo (BRASIL, 2005).
Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep)	2006	Visa, através da expansão e diversificação de propostas de vagas, adequação de currículos e cursos, à demanda no mercado de trabalho (BITTENCOURT, 2020).
Territórios Rurais da Cidadania - Comitês Territoriais de Juventude	2008	Tem como objetivo colaborar com a expansão de políticas básicas de inserção social através da atuação social nos territórios, promovendo o desenvolvimento socioeconômico nas áreas rurais (SOUZA; HESPANHOL, 2013).
Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ)	2009	Visa à discussão de atividades que a agenda efetuará nas conferências estaduais sobre o assunto. Além de um trabalho decente para jovens, tem como propósito em fortalecer a construção de políticas públicas (MTE,SE, 2011).

(Conclusão)

Programas/Políticas públicas	Ano implementado	Descrição
Grupo de Trabalho de Juventude Rural (CPJR) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)	2009	Formado com o intuito de realizar debates para revisão do Plano Nacional da Juventude, constituindo estratégias de ações para o plano (BARCELLOS, 2015).
Programa Nacional do Campo – PRONACAMPO	2010	Atividades direcionadas ao suporte à Educação no Campo, disponibilizando assistência técnica e financeira para ampliação no alcance e qualificação da Educação Básica (formação, produção, materiais) para estudantes do campo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).
PRONATEC – CAMPO	2010	Possibilitar a inserção social de jovens trabalhadores do campo, ofertando cursos de formação inicial e continuada conforme as disposições produtivas de cada região (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).
Bolsa Juventude Rural	2013	Visando a estimular a continuidade de jovens no meio rural, a bolsa juventude rural disponibiliza mensalmente um valor a fim de contribuir na renda de jovens que possuem baixa renda bruta. O programa tem como critérios de inscrição jovens matriculados no 2º e 3º ano do ensino médio, com faixa etária de 15 a 29 anos (SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2022).
Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural	2015	Ações que visam à ampliação de possibilidades da juventude no campo, oportunizando o acesso às terras, trabalhos e renda e inserção produtiva, qualificando a juventude na participação das decisões quanto às políticas públicas e reforma agrária da agricultura familiar (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2016).

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme Castro (2009), os jovens são conceituados, teoricamente, como atores fundamentais para o desenvolvimento rural. Baseando-se nessa afirmativa, o destaque dos jovens rurais na constituição de políticas públicas é significativo para que permaneçam no meio rural como indivíduos encarregados pelo cuidado e expansão da propriedade.

Segundo o autor Strapasolas (2014), pensar sobre juventude rural e sua ligação com as políticas públicas requer um aprimoramento entre teoria e metodologia, dado o entendimento do contexto desse grupo, o qual exige a identificação das particularidades dos âmbitos sociais em que estão estabelecidos. A ocorrência da permanência ou da emigração do meio rural, em especial da juventude rural, constituem-se fatores fundamentais que têm orientado agendas destinadas a refletir políticas e ações públicas que sejam capazes de diminuir o êxodo deste grupo do meio rural.

Dessa forma, diante das significativas saídas da população do meio rural, que foram acontecendo no decorrer dos anos, há relevantes demandas na busca de possibilidades que incentivem a permanência no campo, principalmente da população jovem (dos quais saem do campo para residirem no meio urbano na intenção de condições de vida melhores), tornando-se fundamental uma expansão de alternativas além de produção (GOMES; SCHMIDT, 2014). As políticas públicas também manifestam na economia e no social participante, a competência das instituições públicas e agentes sociais parceiros, de implementarem programas que reflitam na sociedade de forma significativa através das suas ações (COLVERO; SAMPAIO; SCHOPF, 2020).

O jovem rural pode ser considerado como um constructo histórico-social, intencionado pela concepção de organizações de políticas públicas e de socialização, em especial aquelas dirigidas às formações para o rural, tornando-se aptos nos procedimentos, sugestões e tecnologias (MARIN, 2017). As práticas agrícolas não se caracterizam como a única prática fomentadora de desenvolvimento rural, há outros elementos também significativos que podem conduzir para um desenvolvimento rural. A constituição de políticas de inserção de ensino, tais como edificação de escolas, a entrega de informações e instrumentos de comunicação também é método de desenvolvimento, com a finalidade de que seus entendimentos permitam provocar novas oportunidades de desenvolvimento em seus territórios (MIGUEL, 2018).

Sendo diversos os elementos que contribuem para o processo de desenvolvimento rural, é possível apontar fatores associados à Educação e à terra, tendo como objetivo aumentar a renda, reduzir a pobreza, diversificar a produtividade e valorização territorial (VEIGA, 2000). Os jovens rurais tencionam, na propriedade, a diversificação das atividades, procurando não

apenas trabalhar com as atividades primárias, mas igualmente com a agregação no valor aos produtos e sistemas, a fim de conquistar independência financeira e a gestão da propriedade familiar (MARIN; FROEHLICH, 2019).

Atentando-se a descobrir alternativas que reduzam os problemas no processo sucessório e provoquem os jovens a continuarem no âmbito rural trabalhando na propriedade da família, surgiram diversas movimentações através de instituições, organizações e em especial, das cooperativas, na busca de contribuir com os jovens associados ou filhos de associados e permitir que exerçam suas habilidades nas atividades agrícolas e se desenvolvam como possíveis sucessores (KESTRING, et al. 2020).

De acordo com Oliveira (2013), o processo de consolidação do sistema cooperativo, fundamentado como uma possibilidade à mudança econômica e social pela capacidade de contribuição na geração de renda e disseminação da Educação, transformou-se em uma ferramenta para a política pública contribuindo com o governo. Frente aos resultados positivos que as cooperativas constituem nos níveis locais e regionais, destaca-se que sua atribuição em uma visão, além da produção e consumo, é a introdução de grupos em um âmbito cooperativo e educação participativa, onde os resultados são estimados positivamente no estímulo de desenvolvimento no meio rural. Dessa forma, a execução das políticas públicas através das cooperativas é significativa para o entendimento de como as ações estimuladas por essas políticas públicas são influenciadas por vários agentes sociais existentes no contexto local (PELEGRINI; SHIKI, 2015).

Visto que as cooperativas são uma alternativa para a operacionalização de políticas públicas visando ao desenvolvimento rural devido à sua atuação nas atividades da propriedade (ESTEVAM; SALVARO; BUSSARELO, 2015), e baseado em interações humanas, nas quais um conjunto de pessoas procuram obter respostas e resultados para seus obstáculos comuns, atingir objetivos coletivos e produzir ganhos através de interesses comuns, a educação integrou-se no movimento cooperativo já no início da sua existência, a qual expressa sua importância diante da constituição e preservação destas (SCHNEIDER; HENDGES, 2006).

A educação cooperativa age em todos os pontos humanos, toca no seu olhar para o mundo e desenvolve sua sabedoria e visão, refletindo motivação, participação, fidelidade, envolvimento e reciprocidade entre cooperativa e associado (FERREIRA; SILVA, 2015). Assim, procurar resultados próprios, conduzir para si a obrigação e viver as soluções obtidas estimulam a autoconfiança e o entendimento de comunidade. É um processo de mudança pessoal, de conhecimento da cidadania, que fornece ao jovem rural a vantagem de conhecer os

efeitos do trabalho individual e coletivo que são capazes de transformar verdadeiramente a sua condição de vida (STRATE; SCHUMANN, 2019).

A perspectiva de capacidade na contribuição do desenvolvimento e transformações da realidade, através da educação cooperativa, considerando o melhoramento das condições de vida dos indivíduos abrangidos, propõe a instigação de estruturar âmbitos entrelaçados, pela incorporação das práticas educacionais e de cooperação, como meios sociais de asserção e autonomia de seus sujeitos (FRANTZ, 2012).

No intuito de colaborar com a permanência na propriedade e a oportunidade de obter contato direto com a doutrina cooperativista aos jovens, estruturada nos valores, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP-RS) constituiu o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo. O programa detém o foco na sucessão geracional, demonstrando a relevância do jovem para o âmbito rural. Tem como propósito possibilitar o alcance e fortalecer aprendizagens e competências características, sociais e relacionais, que introduzem na presença comunitária e são essenciais a variados âmbitos de trabalho, contribuindo para conhecimentos mais estendidos, de natureza científica e fundamentais ao desempenho profissional (SESCOOP, 2021).

2.1.1 Programa Aprendiz Cooperativo do Campo

Por meio de ações do governo federal, através dos programas e políticas públicas direcionados à juventude, constituiu-se primeiramente o Programa Nacional de Aprendizagem, fundamentado nos princípios do art.º 7 do Decreto Federal nº 5.598/2005, que tem como objetivo inserir jovens a partir de 14 anos no mercado de trabalho, onde visa a oportunidades para que estes possam conciliar os estudos e o trabalho, de acordo com os requisitos das leis trabalhistas. O Programa é desenvolvido através de um curso que trabalha o desenvolvimento intelectual, comportamento, competências e maior instigação no desenvolvimento profissional. Sendo o primeiro emprego como um dos benefícios, os horários são adversos às atividades escolares e os estudantes recebem, ao concluir o curso, um certificado de qualificação profissional (ANDRADE; JESUS; SANTOS, 2016).

Além das organizações tradicionais, as cooperativas adequaram-se à Lei de Aprendizagem (Lei 10.097/00) e em parceria com o SESCOOP-RS, constituiu-se o Programa Aprendiz Cooperativo, o qual tem como objetivo integrar profissionalmente jovens aprendizes

nas cooperativas, formando e acompanhando, através dos princípios cooperativos e da legislação brasileira, dispendo de seis meses de teoria, sendo o preparo para a inserção no mercado de trabalho e outros seis meses de estágio nas cooperativas promotoras do curso (FORNEL, 2014).

Seguindo do Programa Aprendiz Cooperativo e visto as ocorridas transformações em relação à estrutura social e demográfica, a qual gerou o esvaziamento da população rural, principalmente no que se refere à juventude (quando muitos jovens saíram do campo para trabalhar através destes programas), houve a necessidade de adotar programas voltados à sucessão geracional, a fim de propor, além da oportunidade de aprendizagem, trabalho e renda, também proporcionar, através destes, a permanência dos mesmos no meio rural.

Constituído pelo Serviço Nacional de Aprendizagem em Cooperativismo (SESCOOP-RS), respondendo à Lei 10.097/2000 – Lei da Aprendizagem e o Decreto nº 9.579, de 2018, o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo é disponibilizado em parcerias com cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. Sua aprendizagem é designada às atividades agrícolas para jovens de 14 a 24 anos (incompletos), registrado no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), proporcionando maior conhecimento sobre gestão de propriedades com o intuito de prepará-los para as atividades diárias e necessárias ao meio em que vivem (SESCOOP, 2022). Além da transmissão de conhecimento, o programa busca estimular o interesse pelo âmbito rural nos jovens, ressaltando a importância da continuidade do jovem no campo, evidenciando a questão do processo sucessório (STRATE; SCHUMANN, 2019).

O programa detém cinco objetivos:

- 1) Estimular a permanência dos jovens no campo ou na zona rural;
- 2) Proporcionar às cooperativas agropecuárias o incremento do quadro social;
- 3) Promover a sucessão familiar profissionalizada;
- 4) Promover o empreendedorismo cooperativo;
- 5) Profissionalizar a gestão de pequenas e médias propriedades rurais (SESCOOP, 2022).

Possuindo uma metodologia da alternância, as ações práticas são direcionadas e baseadas no seu fazer. Este processo está baseado no orientar e no aprender com os indivíduos envolvidos (jovem/professor), por meio de metodologias elaboradas na singularidade e principalmente no exercício conjunto de grupos e equipes, efetuam ponderações e análises com exercícios de tomada de decisão e utilização de mecanismos e técnicas à produção agropecuária (STRATE; SCHUMANN, 2019).

O programa dispõe de uma carga horária de 1104 horas, das quais 552 horas são conteúdos teóricos e 552 horas de exercícios práticos, durante 17 meses, fazendo-se duas semanas de aulas teóricas e duas semanas de práticas. São realizados dois módulos, o básico (296h) e o específico (256h). O módulo básico abrange as disciplinas de cooperativismo (44h), cidadania e trabalho (44h), empreendedorismo (20h), matemática comercial e financeira (32h), linguagem e comunicação (40h), informática (40h), formação humana e científica (24h), contabilidade (40h) e educação ambiental (12h). O módulo específico abrange as disciplinas de gestão de pequenas e médias propriedades rurais (52h), acesso ao crédito e garantias (20h), cultura de grãos (52h), carnes e derivados (52h), cadeia produtiva do leite (52h), hortaliças (12h) e fruticultura (16h) (STRATE; SCHUMANN, 2019).

Nessa perspectiva, os jovens obtêm os conhecimentos teóricos nas aulas e têm como incitação praticar os conhecimentos em suas propriedades rurais. O curso é uma significativa ferramenta para se introduzir nas atividades da propriedade, ampliar ou conquistar autonomia e sobretudo transformando a propriedade rural em maiores oportunidades de trabalho e renda, onde o cooperativismo passa a ser compreendido como um instrumento de desenvolvimento e a continuidade no meio rural como uma oportunidade real e agradável.

2.2 COOPERATIVISMO

2.2.1 Contextualização do cooperativismo

Um grupo de 28 tecelões criou uma cooperativa de comercialização, a qual tinha o intuito de alcançar formas para aprimorar sua precária condição econômica pelo subsídio mútuo (GIMENES; GIMENES, 2006). O plano era engenhoso: adquirir alimentos em maior quantidade para obter preços melhores. Toda compra seria partilhada igualmente entre os indivíduos (SISTEMA OCB, 2021). Em 1844, ocorreu o surgimento da primeira cooperativa no universo contemporâneo, na cidade de Rochdale, na Inglaterra, denominada como a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, com seus próprios regulamentos e políticas doutrinárias e filosóficas (SESCOOP, 2021).

Com a percepção de que a economia existe como um mecanismo para dispor às pessoas dos bens e serviços necessários, no decorrer da sua caminhada histórica, o homem engenhou diversas possibilidades de organizações (AGUIAR; REIS, 2002). O primeiro estímulo do

cooperativismo manifesta-se como reação à Revolução Industrial na Inglaterra, obtendo um impulso amparado pela crise econômica. O segundo estímulo foi devido à globalização, que ocasionou uma diminuição em muitas organizações ocorrendo uma grande quantia de desempregos, conduzindo muitos a visualizarem o sistema cooperativo como um meio de retorno ao mercado (SANTOS; CEBALLOS, 2006).

Desde então, iniciou-se a discussão e amadurecimento de prováveis delineamentos para a resolução de dificuldades sociais e econômicas que enfrentavam. Desejavam não apenas a construção de uma cooperativa de consumo e um meio de superação da situação crítica de trabalhadores, mas também a criação de colônias cooperativas independentes, suficientes e democráticas, na qual predominasse a ajuda recíproca, social, a fraternidade e igualdade (AGUIAR; REIS, 2002).

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2021, p. 14):

“O cooperativismo surgiu como modelo de enfrentamento a momentos adversos. Foi a partir de crises que o movimento cooperativista enxergou sua força e importância. Por meio de uma gestão democrática e constante adaptação dos processos internos, o cooperativismo é capaz de crescer e agregar desenvolvimento à economia brasileira”.

No Brasil, as primeiras cooperativas fundaram-se no fim do século XIX. Em 1889, em Minas Gerais, fundou-se a Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, onde o enfoque era a comercialização de produtos alimentícios (cooperativa de consumo). Em 1902, um padre suíço chamado Theodor Amstad, foi o fundador da primeira cooperativa de crédito no Brasil. Em 1906, surgiram as cooperativas agropecuárias, projetadas por produtores rurais e por imigrantes, particularmente de nacionalidade italiana e alemã. Estes dispuseram o exercício associativo e o conhecimento das atividades familiares comunitárias, que os provocaram a projetar-se em cooperativas (SISTEMA OCB, 2021).

De acordo com Benato (1996), a cooperação é vista como uma necessidade, um meio de continuação e, especialmente, como um conjunto de pessoas que, na reciprocidade das suas atividades, na agregação de ideias e no empenho contínuo de suas atuações alcançam seus objetivos e propósitos. O mesmo autor destaca que “cooperativismo é uma doutrina econômica que se baseia na cooperação e que opera como um sistema reformista da sociedade que quer obter o justo preço, através do trabalho e ajuda mútua”.

Em dezembro de 1969, o cooperativismo brasileiro conquistou sua devida entidade de atuação, quando foi originada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e no ano subsequente, ocorreu o seu registro em cartório. Resultando na representação e defensoria dos interesses do cooperativismo nacional. Após dois anos, a Lei 5.764/71 regularizou a

constituição de cooperativas com a formação de um regime jurídico próprio, ressaltando a atribuição na atuação da OCB, contribuindo também com a autonomia dos associados. Para somar à OCB com direção à educação cooperativista, em 1998 foi fundado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), sendo este responsável pelo ensino e formação profissional, promoção social e organização dos trabalhadores, funcionários e associados das cooperativas (OCB, 2021).

A cooperativa é uma organização de característica permanente, fundada por um conjunto de pessoas com desejos comuns, objetivando a execução de atividades econômicas relativamente com a progressão econômica e o bem-estar dos associados (BIALOSKORSKI, 1997). Uma cooperativa tem como propósito o fornecimento de serviços a seus associados. Onde estas são designadas como sociedades de indivíduos e de modo que cada associado tem direito a voto (BIALOSKORSKI, 2001). A sociedade cooperativa não foi criada para ser servida ou para servir, mas para possibilitar o bem estar de seus associados, resultando como centro das decisões financeiras, sociais e econômicas de todos, independentemente das escolhas pessoais (religiosa, política e étnica) (BENATO, 1996).

A cooperação fundamenta-se no princípio básico de que a união dos esforços individuais gera uma potência produtiva elevada à simples somatória das partes que as compõe (CHRISTOFFOLI, 2015). Provida de valores e princípios particulares, a doutrina cooperativista procura conciliar os atributos de uma economia de mercado, como o reconhecimento do empenho e da aptidão individual, com os componentes que se considera fundamentais para a formação de uma organização mais justa e solidária (BRDE, 2003).

Desse modo, segundo a OCERGS (2021), o cooperativismo possui sete princípios, sendo eles:

1. Adesão voluntária e livre: cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa;
2. Gestão democrática pelos associados: as Cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos pelos sócios, são responsáveis para com os estes. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação; as Cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática;

3. Participação econômica dos associados: eles contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua Cooperativa. Parte desse capital é usualmente propriedade comum da Cooperativa para seu desenvolvimento. Usualmente os sócios recebem juros limitados sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento das Cooperativas, apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios, redistribuição das sobras, na proporção das operações.
4. Autonomia e independência: as Cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazer em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.
5. Educação, formação e informação: as Cooperativas oferecem Educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Também informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
6. Intercooperação: as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, e de forma sistêmica, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, através de Federações, Centrais, Confederações, etc.
7. Compromisso com a comunidade: as Cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto a suas comunidades, onde estão inseridas.

As ações das cooperativas agropecuárias são voltadas de modo a alcançar maior produtividade e rentabilidade às práticas desenvolvidas pelos seus associados, a fim de obter uma expansão na renda familiar. Destaca-se ainda que conforme sua doutrina e princípios, estas exercem um papel social de grande significância (LAGO, 2011). O termo cooperativismo carrega em sua origem histórica o entendimento de atividade conjunta, de vinculações sociais de trabalhos (FRANTZ, 2012). Trazem consigo seus valores, sendo eles, ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, honestidade, transparência e responsabilidade social (OCB, 2021).

O Cooperativismo surgiu, historicamente, através das diversas experiências, como um mecanismo para permutar o individualismo pela cooperação, diminuindo riscos, custos e possibilitando a contribuição econômica das economias associadas com o propósito de obter melhores rendimentos (FRANTZ, 2012). O mesmo autor destaca, ainda, que “a cooperação é uma ação que decorre de um ato de vontade política de indivíduos que passam a identificarem-se como sujeitos e atores, a partir de necessidades ou interesses comuns, em um determinado contexto social.”.

As cooperativas são associação de indivíduos e relacionam-se a partir de princípios democráticos e tem o propósito de satisfazer um objetivo em comum, especialmente referente às necessidades econômicas fundamentais. Esses atributos apresentam as dimensões básicas e diferenças de uma organização cooperativa: econômica e social. A conexão das dimensões propicia a organização e o estímulo social dos associados e, conjuntamente, se compõe como empreendimento econômico eficiente (ANTONIALLI, 2000).

No agronegócio, é significativo ressaltar a existência das cooperativas agropecuárias, organizações econômicas intermediárias, na qual a fundamental razão de sua presença é a oportunidade de disponibilizarem agregação de valor à produção de seus associados que isoladamente possuiriam menores condições de competir (LAGO, 2011).

2.2.2 O cooperativismo e suas vantagens na área rural

As cooperativas são associações de indivíduos que se guiam por fundamentos democráticos e têm como propósito satisfazer um objetivo conjunto, especialmente o suprimento de necessidades econômicas essenciais. Essas cooperativas, introduzidas na área rural e no meio agropecuário, trazem, em suas atribuições, possibilitar a seus associados, a inclusão mercadológica com lucro de escala, assim como a facilidade na obtenção de insumos (BOESSIO; DOULA, 2017).

Entre os ramos do cooperativismo, é possível ressaltar o ramo agropecuário, com 1.223 cooperativas no país, com um total de 992.111 cooperados (OCB, 2020), sendo formado por produtores rurais, agropastoris e pesca (BRDE, 2003). De maneira geral, as cooperativas agropecuárias sucedem dispostas a negociar melhores preços na comercialização da produtividade de seus membros agricultores e/ou adquirir sua produção e, sequencialmente, disponibilizá-la para venda no mercado. Também possuem como objetivo proporcionar

serviços e insumos agropecuários aos seus cooperados com qualidade e preço mais atraentes, por meio do poder de barganha diante da compra de quantidades maiores (ALMEIDA, 2017). De acordo com o autor Presno (2011, p. 121), as cooperativas agropecuárias “são uma alternativa para os produtores poderem participar do sistema agroalimentar, obtendo melhores resultados econômicos que lhes permitam melhorar seu bem-estar”.

É preciso considerar que a organização cooperativa terá de demonstrar serviços e vantagens ao cooperado para que este obtenha estímulo econômico para negociar e integrar-se. A aquisição diferenciada de informações, privilégios e serviços da cooperativa poderá ser um fomento para a cooperação (BENATO, 1996). Por meio das cooperativas, o produtor rural adquire vantagens que sozinho seriam mais difíceis de possuir, sendo elas assistência técnica (em diversos ramos), segurança na venda da sua produção, insumos com preços acessíveis, qualidade em seu produto, agilidade na obtenção, crédito, etc. (SETTE; SETTE; SOUZA, 2005).

Uma cooperativa consiste em um âmbito delimitado de modo que exista uma relação de afinidade entre os cooperados. A união de um cooperado em um fundamento agroindustrial, converte-o em um integrante do desenvolvimento local e, por esta razão, o cooperativismo tem muito a colaborar no crescimento integral, sustentável e humano (RIBEIRO; NASCIMENTO; SILVA, 2013). Sendo assim, as cooperativas fortalecem as atividades industriais e exercem a valorização da produção dos produtores rurais, possibilitando uma relação direta da cooperativa com a distribuição ou com o consumidor final (BATALHA; SILVA, 1995).

Uma organização cooperativa é uma associação de pessoas que se dispõem a agir na perspectiva da economia de seus membros, tendo como propósito apoiar e acrescentar na condução das economias individuais, concedendo-lhes suporte nos desafios competitivos do mercado. Desse modo, a cooperativa consiste em uma extensão da economia dos associados, a partir da qual alcançam mais vantagens do que a ação individual para inserir-se no mercado (FRANTZ, 2012).

O cooperativismo compõe-se em um método de organização da produção e coordenação dos sistemas agroindustriais. Assim, novas possibilidades resultantes da abertura de mercados, modernização agrícola e demais procedimentos necessitam dos agricultores sua preparação na busca de melhor eficiência produtiva e introdução competitiva em um mercado em contínua modificação. Para obter essa eficiência e inclusão nos mercados, o cooperativismo revela-se como uma possibilidade para pequenos, médios e grandes produtores (SPANVELLO; LAGO, 2007).

Os aspectos econômicos, políticos e sociais do existente contexto instigam novos meios de experiências dos trabalhadores na procura por opções de exercício e produção fundamentadas em valores como democracia, cooperação, participação e solidariedade. Os ensaios econômicos gerados como estratégias de permanência se deparam com o espaço público como um local de atuação com os outros atores sociais na procura de reconhecimento e solução para as adversidades correntes, de relevância coletiva das localidades onde estão introduzidas. Nesse âmbito de ações coletivas, a cooperativa adquire espaço, em especial no meio rural, gerando e diversificando as práticas produtivas particulares e instruindo democraticamente suas atividades para alcançar os recursos públicos e incorporar satisfatoriamente seus associados aos diferentes mercados (FERREIRA, 2010).

O trabalho das cooperativas é dirigido de modo a alcançar maior produtividade e rentabilidade às tarefas desempenhadas pelos seus associados, objetivando o crescimento da renda familiar. Destaca-se, então, que, conforme sua doutrina e princípios, as cooperativas exercem uma atribuição social de grande relevância (SPANVELLO; LAGO, 2007), pois as cooperativas constituem com seus associados vínculos diferenciados daquelas empresas de capital que se sustentam com seus compradores ou fornecedores. O cooperativismo é uma alternativa de organização econômica que acompanha e assegura negócios com a outra alternativa (empresarial capitalista), visto que, em um momento, são clientes e, em outros momentos, são fornecedores das cooperativas, sendo que nas empresas de capitais, o elo se limita aos interesses mercantis das partes (CATTANI, 2003).

No caso de cooperativas introduzidas no âmbito rural e na área agropecuária, uma de suas atribuições é possibilitar aos seus associados a inclusão mercadológica com a obtenção de escala, assim como aquisição de insumos. Além disso, compete mencionar que as cooperativas agropecuárias têm uma função significativa no desenvolvimento rural, pois são organizações que conseguem envolver-se e atuar de modo direto no dia a dia das atividades produtivas de seus associados, com intuito de provocar ganhos econômicos e progressos nas condições de vida (BOESSIO; DOULA, 2017).

As cooperativas agropecuárias executam relevante tarefa no desenvolvimento social e econômico de seus associados. As respostas econômicas derivam da introdução dos médios e pequenos agricultores em negócios concentrados e da agregação de valor à sua produtividade. Além do destaque econômico, é importante ressaltar o valor social atribuído a essas organizações, as quais, em determinadas regiões e municípios, são a única maneira de estruturar e vender a produção (SOUZA; BRAGA, 2007). Dessa forma, o cooperado é capaz de ter sua

renda potencialmente vinculada à cooperativa ou, então, tendo a visibilidade de ser um meio de comercialização de sua produção e demais possibilidades (ZYLBERSZTAJN, 1994).

O cooperativismo rural tem sido considerado como uma ferramenta de modernização da agricultura, estratégia de desenvolvimento econômico ou mecanismo de mudança social (SCOPINHO, 2007). A cooperativa proporciona um nível de variedade maior, assumindo diversas funções como depósito, distribuição, comunicação, propaganda, antecipação de dinheiro, contabilidade, etc., além de agregar valor à produtividade individual. Desse modo, ocorre a otimização das economias individuais, pois somam-se os produtos individuais gerando uma economia de procedimento combinados, abrangendo custos e a redução dos armazenamentos, distribuições e ainda permite acrescentar maior valor ao produto bruto e um crescimento nos possíveis retornos das sobras para as propriedades produtivas abrangidas (FERREIRA, 2010).

O vínculo entre cooperativa e cooperados necessita de uma atenção considerável, especialmente em relação às decisões no que se refere à sucessão geracional, devido a seu potencial em influenciar na reconfiguração na área rural, através da nova definição de atribuições e da interdependência de aspectos socioculturais, econômicos e políticos.

À medida em que a área urbana se torna mais agradável, decorrente da adesão de jovens agricultores às tecnologias e às informações, instiga estes ao êxodo rural. Como decorrência, impõe a necessidade de elaboração de projetos que demonstrem as vantagens de adaptar-se com o movimento das cidades com as premências atuais do desenvolvimento rural. Contudo, é possível alcançar, no cooperativismo, uma possibilidade significativa para a busca de um acordo de interesses nos aspectos individuais (jovens agricultores cooperados) e cooperativas (MOREIRA et al., 2018).

É possível destacar que a sucessão geracional não se relaciona somente com a permanência das propriedades rurais, mas com a permanência das cooperativas agropecuárias, visto que o êxodo dos jovens do meio rural está cada vez mais intenso, o que suscita o questionamento de como ocorrerá a reiteração de gerações de agricultores no campo e de associados das cooperativas. Desse modo, obtêm-se o entendimento de que as cooperativas dispõem de atribuição na sucessão das áreas rurais de seus associados. Além de obter um compromisso social, pois, no meio rural, são como geradoras de desenvolvimento, as cooperativas somente permanecem e repõem seu quadro social por meio da sucessão dos descendentes de agricultores (prováveis associados) no posto de seus progenitores (SPANVELLO; DREBES; LAGO, 2011).

2.3 SUCESSÃO GERACIONAL NAS PROPRIEDADES RURAIS

Até o fim dos anos 60, os agricultores não geravam apenas alimentos, mas novas unidades de produção familiar, que se acreditava ter ainda mais importância. As unidades novas eram normalmente construídas através da divisão das propriedades. Nesse tempo, ainda existia uma grande pressão moral para seguir com a produção agrícola por meio dos filhos nas áreas da família (BOESSIO; DOULA; BARASUOL, 2018).

De acordo com os autores Mello et al. (2003), até o fim dos anos 70, o seguimento no trabalho como agricultor era denominado como uma obrigatoriedade moral e o conhecimento que o filho(a) jovem obtinha juntamente com a família e a comunidade era consideravelmente satisfatório para conduzir a propriedade agrícola. Na atualidade, a agricultura é uma prática que se modifica de forma mais rápida, tornando-se fundamental que os jovens agricultores possuam uma qualidade educacional mais elevada e um desenvolvimento profissional contínuo.

Ainda por volta de meados de 1970, conforme destacam os autores Kischener, Kiyota e Perondi (2015), o modo de sucessão entre descendentes de agricultores realizava-se por meio da tradição cultural e não apenas pela existência da lei, a qual deixava uma parte da família fora do processo, sobretudo as mulheres, determinando a preferência da ocorrência de sucessão na propriedade de produção ao filho primogênito ou então ao filho mais jovem.

Questões culturais como o reconhecimento da atuação por parte da família, a abrangência dos jovens nas tarefas da propriedade, o pagamento pelo trabalho, a gestão do processo sucessório e a comunicação entre os pais e filhos com o contato do negócio familiar, favorecem para a determinação do jovem em permanecer ou retirar-se da propriedade (MOREIRA et al., 2018).

De acordo com Spanevello (2008, p. 49):

A perspectiva de manter assegurada a sucessão dos estabelecimentos familiares está associada às características familiares internas, ao processo de ensino-aprendizagem no trabalho familiar, à internalização da moral e dos valores, mas também às condições do próprio meio rural e da sua proximidade geográfica, econômica e social com as cidades.

A sucessão geracional, em diversas situações, é estruturada à volta do pai, que determina quando e como entregar as responsabilidades sobre a administração do setor de produção à seguinte geração, sendo esta transferência ligada à sua competência e condição de trabalhar mais do que a necessidade do sucessor e sua disposição para responsabilizar-se. Normalmente,

a delegação é progressiva, a inclusão dos filhos nas funções da gerência da propriedade também contribui e permite para a concepção de longo prazo como sucessor no campo produtivo (SPANVELLO; LAGO 2007).

Diferentemente das gerações passadas, que fundaram suas experiências em um ambiente social reduzido, as gerações atuais possuem maior inserção no âmbito cultural e social, o que permite refletir sobre suas individualidades e conquistas pessoais. A reprodução social dispõe de outra perspectiva devido às modificações no decorrer do tempo; o intuito é a existência de no mínimo um filho(a) como sucessor(a) para assegurar o prosseguimento do setor produtivo da propriedade (WANDERLEY, 2001).

As expectativas de permanência de sucessores nas práticas agrícolas possuem características internas e externas referentes às unidades produtivas, como: condição de vida no meio rural, da valorização pela escolha profissional como agricultor(a), relações de gênero (possibilitando igualmente as oportunidades para ambos), relacionamento entre filhos(as) e pais, possibilidades de alcançar diferentes ocupações não agrícolas, da efetividade econômica da propriedade familiar com fornecimento de renda significativa que permita a continuidade e a reprodução, da capacidade fundamental para ser um agricultor(a) agregado no mercado competitivo (BRUMER, 2000).

Conforme aponta o autor Savian (2014), a sucessão geracional pode ser compreendida como a formação de uma nova geração de agricultores que continuam na área rural e que assumem o domínio da propriedade, ao qual constitui de sucessores para o campo de produção familiar. Os filhos(as) de produtores rurais são prováveis sucessores(as) e a continuação ou não dos mesmos no campo decorre das disposições objetivas internas e externas ao âmbito rural. A determinação e a ação dos jovens acontecerão a partir dos conhecimentos disponíveis e das considerações sobre sua vivência e seus propósitos, assim como poderá ser instigada pela agregação das relações sócio espaciais vividas.

Para Strapassolas (2011), a sucessão geracional é a transição de autoridade e de patrimônio entre gerações no âmbito de propriedade familiar, isto é, ausenta-se a geração mais antiga do gerenciamento da propriedade e posiciona-se a geração mais nova com o objetivo de gerar um novo ciclo na família de agricultores. Na sucessão, é possível a formação característica de um patrimônio material entre os descendentes e também a delegação de um patrimônio sociocultural e histórico.

O jovem sucessor é geralmente visto como o futuro dos campos em que está inserido. Dessa forma, o progresso de determinados locais está associado ao grau de esforços e cuidados

que os jovens têm com o local onde vivem (TROIAN, 2014). Ainda, os atuais modelos de trabalho no meio rural, provenientes da modernização, atingiram a sucessão de maneira diferenciada, de acordo com o nível de inclusão econômica, dimensão da propriedade, competência produtiva, distribuição das atividades, relacionamento dos pais com os filhos e condição de vivência. Esses aspectos, acrescentados ao conhecido processo de individualização, modificam determinadas demandas relacionadas à sucessão, que são capazes de ser eficazes à proporção em que se analisam as circunstâncias em que a família e a unidade de produção se encontram (SPANEVERELLO, 2008).

A disponibilidade de oportunidades de atuação no gerenciamento e trabalho da propriedade e a posição de autonomia em questões mais gerais do cotidiano são capazes de colaborar na decisão dos jovens (SAVIAN, 2014). Todavia, uma das adversidades explanadas por Brumer (2000) está na questão em que o pai não transfere a terra para o filho durante sua existência, originando uma baixa perspectiva entre o planejamento de inserir-se como produtor rural e alcançar uma satisfatória realização pessoal.

A sucessão geracional simboliza a oportunidade de melhoria da propriedade familiar, sendo a existência de um sucessor comprovadamente um constituinte de incentivo ao crescimento do estabelecimento (LOBLEY; BAKER; WHITEHEAD, 2010). Em relação à valorização imobiliária, o período em que adiciona riqueza à família, determina a tomada de decisões acerca de como conduzir a gerência da unidade produtiva ao decorrer das gerações (OLIVEIRA; FILHO, 2018).

A perspectiva é que a sucessão geracional aconteça de modo gradual, em fases planejadas e contínuas. Cada propriedade familiar terá suas características, tais como número de indivíduos envolvidos, preferências individuais e sociais, situação econômico-financeira, área de atuação, dentre outros. Um dos aspectos comuns é a constituição do propósito em que exista entendimento relacionados à importância da sucessão como um mecanismo significativo para a durabilidade do empreendimento. Tal entendimento, por seu lado, provoca a precisão de comunicação entre os familiares, no objetivo de que se progrida em uma perspectiva comum ao empreendimento e seu destino, que fundamentado nesse objetivo e valores que o asseguram, a família consiga determinar princípios que conduzam à sucessão (BAKER, 2011).

Com relação aos aspectos relacionados, compreende-se que o processo sucessório é um processo complexo e ativo que necessita ser trabalhado progressivamente, refletindo que engloba diversas questões de estrutura cultural, econômica e social, que necessita ter uma

percepção abrangente do todo que demanda a sucessão, para que a comunicação e as atuações conduzidas aos jovens sucessores contenham todos estes aspectos (SANTOS, 2017).

A perspectiva de ter-se um integrante da geração descendente na gestão e execução da propriedade implica no questionamento quanto à possibilidade do negócio assegurar sustento a duas famílias (do pai e do filho), causando também incertezas sobre a necessidade de espaço para o exercício dos dois no estabelecimento. Faz-se relevante analisar de modo claro as condições econômico-financeiras do negócio, pois a atuação do novo componente oferecerá novos princípios à sua gestão (OLIVEIRA; FILHO, 2018). Ainda de acordo com os autores citados, a introdução de um indivíduo da próxima geração no estabelecimento familiar apresenta a possibilidade de interrupção da linearidade de um ciclo, visto que o jovem se introduz no período em que o estabelecimento está em sua maturação e procede aprimorando seus conhecimentos e capacidades/habilidades, de maneira a conceder à propriedade novos desejos e atribuir novos entendimentos.

Além de ser identificada como uma transferência de patrimônio e domínio entre as gerações, a sucessão também pode ser vista como um prosseguimento dos estabelecimentos rurais e à constituição de novos agricultores, podendo então ocorrer a transferência da gestão de modo gradual aos filhos jovens. Fatores como a capitalização das unidades produtivas rurais, fornecimento de renda suficiente e condições de trabalho apropriados contribuem para viabilizar o processo sucessório (SPANEVELLO; DREBES; LAGO, 2011).

A transferência das responsabilidades sobre o gerenciamento das propriedades ocorre através desse processo de modificação em que os pais progressivamente vão transmitindo aos possíveis sucessores as obrigações de gestão da unidade, como bloco de produtor, acesso e abertura de conta bancária individual, compromisso de conduzir os negócios até a transferência integral da gestão da propriedade (SILVESTRO et al., 2011).

O seguimento dos negócios familiares necessita que os rendimentos financeiros alcançados pela unidade produtiva proporcionem reinvestimento nos negócios (pagamentos de obrigatoriedade) e determinação da partilha patrimonial. O objetivo é que a renda ofertada pela unidade produtiva seja satisfatória a fim de que, a longo e médio prazo, o sucessor consiga obter parte do patrimônio da geração antecedente, de modo que sua atuação na propriedade toda aumente (OLIVEIRA; FILHO, 2018).

De acordo com o autor Panno (2016), no espaço rural brasileiro, em especial o do Rio Grande do Sul, vem ocorrendo modificações em razão das técnicas atuais de produção agropecuária, melhoramento do processo produtivo, novas possibilidades de mercado e, como

resultado, geração de renda. Porém, propriedades com ou sem expectativas de um processo sucessório que se encontram em pequenas unidades produtivas são despertadas a refletir constantemente o destino dessas propriedades e do próprio ramo agropecuário.

Baker (2011) avalia ser fundamental atribuir valor característico à colaboração de cada um ao patrimônio e à riqueza da família. São considerados relevantes três tipos de colaboração: a primeira é o efeito da sucessão, acontece quando o proprietário determina obter um sucessor e efetua investimentos precisos para ampliar a renda da propriedade, de maneira que esta possua condições de manter uma segunda família; a segunda colaboração é o efeito sucessor que se objetiva quando o filho se coloca no dia a dia do negócio, complementando sua capacidade de atividade, mentalidade e conhecimentos, o que se concede constantemente, na obtenção de novos maquinários e equipamentos ou então no desenvolvimento de diversos negócios; e por último, a terceira colaboração é a preservação da riqueza da família, através do fornecimento de uma ordem de trabalho aos pais, na proporção em que eles envelhecem. Estas colaborações estão associadas de modo direto ao negócio, como o gerenciamento da propriedade, pois por vezes seria preciso empregar outro alguém para a função e demais trabalhos referentes aos cuidados com os pais.

O entendimento desses elementos resulta da própria família que, na maioria das vezes, não enxerga na unidade rural uma possibilidade de futuro favorável aos jovens. Com base nessa compreensão, os possíveis sucessores traçam suas decisões que são instruídas e dirigidas por diversos motivos (PANNO, 2016).

Para a autora Dalcin (2013), as estratégias de atuação consistem em como promover o processo de tomada de decisão dos produtores rurais, incluindo as funções que precisam ser desempenhadas na propriedade, quem precisará desempenhar, onde, como, quando e para quem serão disponibilizados os conhecimentos disponíveis. Este encaminhamento de conduta dos produtores é capaz de ser um condicionante significativo na agregação das decisões e na existência sucessória dessas propriedades.

Concedidos níveis apropriados de práticas e responsabilidades, o possível sucessor está devidamente hábil para realizar todas as particularidades da unidade produtiva e dispõe de conhecimento tácito necessário, mantendo os padrões de produtividade da unidade quando a mesma é delegada. Todavia, a transição ineficiente da gestão pode movimentar as propriedades em menor disposição para se habituarem e reagirem aos desafios futuros (LOBLEY, 2010).

Compreende-se, então, que o processo sucessório tradicional é quando o sucessor obtém a unidade produtiva paterna ou, no mínimo, uma parcela, como herança, vive na propriedade

desempenhando as funções agrícolas e responsabiliza-se de cuidar dos pais quando idosos, proporcionando a melhoria das propriedades rurais entre as gerações (BOSCARDIN; CONTERATO, 2017).

Nesse entendimento, para que ocorra uma possibilidade de continuação dos jovens como sucessores nas propriedades rurais, são indispensáveis boas condições econômicas. Avista-se também estratégias e possibilidades que, ao longo do tempo, sejam construídas por ambos (pais e filhos) para que na concorrência de mercado consiga obter sucesso e desenvolva a valorização dos envolvidos na produtividade para que se considerem parte deste crescimento e prezem sua vida e suas funções no âmbito rural (BRUMER; ROSAS; WEISHEIMER, 2000).

2.4 SUCESSÃO GERACIONAL E O COOPERATIVISMO

Em definições descritivas, as cooperativas são associações de indivíduos que se orientam em conhecimentos democráticos e tem o propósito de cumprir um objetivo conjunto, especialmente aqueles referentes às exigências econômicas indispensáveis. Esses aspectos delimitam as condições básicas e distintas de uma organização cooperativista: econômica, política e social. A conexão de ambas as condições incentiva a organização e o impulso social de seus associados, ao mesmo instante em que se estabelece como um negócio economicamente eficaz (ANTONIALI, 2000).

A manutenção de caracteres cooperativos é significativa em uma cooperativa para assegurar sua permanência e êxito, no qual o processo de sucessão caracteriza um dos pontos mais relevantes para que se desenvolva o segmento da empresa (OLIVEIRA, 2010). Ressalta-se que a sucessão geracional não representa apenas a permanência nas propriedades rurais, mas também a sobrevivência das cooperativas agropecuárias, visto que, com a intensa saída dos jovens, fica a perspectiva de como ocorrerá renovação dos produtores rurais e dos membros associados (SPANVELLO; DREBES; LAGO, 2011).

Sem a permanência da juventude no meio rural, o cooperativismo não continuará; por essa razão, há a importância de estabelecer uma relação mais ativa às atividades das cooperativas, seus princípios e movimentos. Com esse propósito, as cooperativas iniciaram seus investimentos nas ações associadas à Educação e qualificação de seus atores diretos e indiretos (RODRIGUES, 2008). Isso permite o envolvimento familiar de associados e possibilita a participação cotidiana na cooperativa.

Quanto à competência e aperfeiçoamento para o trabalho rural, é significativo capacitar os sucessores familiares para introduzirem-se em mercados competitivos agrícolas, porém, isso depende do modo no qual estão estabelecidos, situação da propriedade familiar e das precisões ou viabilidades de alcance de organizações externas como, por exemplo, cooperativas agropecuárias. Dito isso, afirma-se que é através dessas organizações que diversos produtores rurais adquirem uma expansão em suas rendas, principalmente com a inserção da diversificação produtiva, melhoria técnica, agregação de valor à produção e introdução em mercados, além de ser uma ferramenta de capacidade de barganha (SPANVELLO; LAGO, 2007).

Estimulando-se para obter alternativas ou maneiras que reduzam as adversidades do processo sucessório no meio rural e instiguem as novas gerações a continuarem no campo trabalhando nas unidades produtivas familiares, inicia o surgimento de diversas movimentações de diferentes organizações e políticas públicas que envolvam estes jovens. Ações, principalmente com essas finalidades, manifestam-se a partir das cooperativas procurando trabalhar com os jovens associados ou filhos de associados diversas questões que fortaleçam a valorização da agricultura (KESTRING et al. 2020).

Conforme o estudo de Spanevello e Lago (2007), as cooperativas agropecuárias são organizações de intervenção direta sobre as unidades produtivas das famílias associadas, sendo caracterizadas como uma ampliação das propriedades do associado, pois suas atividades não apenas abrangem fatores econômicos e produtivos. A relação com os associados por meio de ações como fornecimento de crédito, assistência técnica, comercialização da produção, melhoramento tecnológico e produtivo, construção e conhecimento são atributos que permitem que a cooperativa influencie no processo sucessório nas propriedades.

Ainda, de acordo com o estudo dos autores Spanevello e Lago (2007), a decisão do jovem em suceder pode ter associação com a capacidade da cooperativa em responder as exigências sociais e profissionais do jovem como sucessor, tornando-se uma das organizações mais adequadas a trabalhar a questão do processo sucessório. Outro fator importante destacado é que os filhos de cooperados que se mantêm na propriedade familiar e em ocupações agrícolas introduzem-se também nas cooperativas, pois compreendem que estas contribuem e fornecem suporte para o segmento da produção nas terras herdadas.

As cooperativas agropecuárias são consideradas organizações de intervenção direta nas propriedades familiares, sendo caracterizadas como uma extensão da propriedade do associado, pois suas ações atuam além dos pontos produtivos e econômicos. O contato com os associados por meio da assistência técnica, comercialização, crédito, melhoria na produção e tecnologia,

informação e formação são atributos que fornecem às cooperativas a oportunidade de atuar nas decisões dos associados como a permanência de um sucessor na propriedade (MALDANER; KIELING, 2019).

O valor das cooperativas para os agricultores demanda a presença desta na vida dos cooperados, sendo capaz de provocá-los a permanecerem e desenvolverem suas atividades, aumentarem sua renda e o fluxo das operações executadas, com o propósito de assegurar para si e seus familiares a inclusão social (GIOVENARDI, 1981). Os produtores rurais jovens necessitam estar na gestão das negociações e das tecnologias, a fim de realizar a gestão e desenvolver o acompanhamento dos dados importante. Para tanto, é fundamental que as cooperativas capacitem seus cooperados e filhos para que a sucessão aconteça de maneira integrada (ROSSI, 2019).

A sucessão geracional nos negócios familiares pode ser definida desde o início da vida dos filhos, para que na fase adulta não ocorra adversidades quanto ao processo sucessório. É significativo considerar as capacidades profissionais dos descendentes da família para que sejam adequados nas atividades no segmento do negócio (OLIVEIRA, 2010). Entre os diversos legados cooperativos, está o favorecimento da permanência do agricultor no campo, sobretudo do setor agropecuário, que realiza uma maior entrega de renda e busca bem-estar às comunidades que obtêm uma dimensão econômica e social (MEMLAK; DEWES, 2014).

De acordo com os autores Moraes e Schwab (2019), as cooperativas buscam meios de solução de ajuda recíproca entre indivíduos que possuem interesses ou desejos coletivos, gerando possibilidades de trabalho e operam como um propulsor de negócio com base nas suas atuações de produção, comercialização e financiamento de seus cooperados. Desse modo, o cooperativismo determina um processo de organização das atividades socioeconômicas, ao qual os agricultores estarão unidos e cooperando coletivamente, com propósitos característicos, destacando-se na distribuição de renda e o desenvolvimento local. Ainda, além do retorno financeiro, as cooperativas são vistas como organizações capacitadas para atuar estrategicamente no estímulo da permanência de produtores no campo e no desenvolvimento rural.

Com a atuação da cooperativa, o produtor rural tem a segurança de estar ofertando sua produção pelo melhor preço do mercado e, conjuntamente, adquirir insumos com um preço atraente, decorrente, principalmente, da quantidade negociada também pelos demais cooperados.

Assim, a sucessão geracional é um procedimento significativo e delicado, necessitando ter um delineamento e elaboração de ambas as partes, sendo importante para as cooperativas uma movimentação para debater o tema. Os produtores rurais precisam da assistência dos profissionais da cooperativa para planejarem adequadamente seus sucessores. Estes processos consistem do diálogo entre agricultor e seus(as) filhos(as) em torná-los seus sucessores na propriedade, bem como a conduta da sucessão entre eles (OLIVEIRA et al., 2018).

Para os autores Leitzke e Santos (2013), os fatores como capitalização das propriedades rurais, constituição de lucro suficiente e disposição de trabalho oportuno podem favorecer o processo de sucessão. Além de que, a facilidade de alcance à educação, lazer, terra, autonomia, políticas públicas, créditos e suporte de organizações são capazes de propiciar a sucessão. As cooperativas necessitam ser capazes na ponderação e constituição de conhecimentos, na permuta de experiências, no enfrentamento do isolamento social e técnico e na oportunidade de aproveitamento dos potenciais locais, com crescimento de renda e da condição de vida dos jovens. Dessa forma, espera-se que as cooperativas obtenham caminhos adequados para jovens rurais, com propósito de diminuir os desafios e aliviar os anseios presentes no campo.

Com o entendimento do processo de globalização e das notáveis transformações, cada geração que constitui uma família têm um modo de pensar e agir; em diversos momentos, as divergências procedem da não compreensão das opiniões de cada geração. Em razão disso, é preciso inteirar-se com a origem das gerações na constituição deste contexto da sucessão, estabelecendo e apontando as influências sócio-históricas que as construíram. Compreender as diversas circunstâncias e contextos diante das ocorrências de mudanças tecnológicas e comportamentais é significativo para verificar os diferentes tipos de gerações e estilos de liderança que cada qual se adapta. Assim, entender sobre essas gerações pode originar-se em um ambiente de trabalho favorável e cooperativo, alcançando resultados satisfatórios quanto à sucessão (REIS et al., 2013).

Dessa forma, a necessidade do desenvolvimento de ações que alcancem os jovens no cooperativismo é compreendida pelas cooperativas nos últimos anos. Baseado nesse reconhecimento, as mesmas apresentaram programas dirigidos para a educação cooperativa e capacitação de jovens introduzidos nestas (BOESSIO; DOULA; BARASUOL, 2018). Entende-se a relevância de abordar-se a necessidade de ações institucionais na finalidade de desenvolver estratégias de reprodução tanto econômica quanto social no âmbito rural, dispondo dos interesses dos jovens na linha de execução (REDIN, 2014).

Visto a importância da participação do jovem no meio cooperativista, o SESCOOP, juntamente com as cooperativas, desenvolveu o Programa Aprendiz Cooperativo no Campo, o qual promove conhecimentos e capacidades necessárias para trabalhar em suas propriedades. De acordo com os autores Breitenbach, Mazocco e Corazza (2019), para continuar no âmbito rural, é preciso profissionalizar-se, procurar por conhecimentos e qualificação, os quais são elementos necessários para atuar no ramo agropecuário e gerir um negócio rural.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção refere-se ao caminho metodológico aqui empregado nesta pesquisa, aborda as aplicações dos métodos realizados nesta pesquisa, que dispõe de fundamentos desenvolvidos por diversos autores (GIL, 2002). Nesse sentido, o método é o conjunto de ações racionais e sistemáticas que possibilita alcançar o objetivo da pesquisa de forma segura e com maior economia, obtendo conhecimentos verdadeiros e válidos, elaborando o percurso a ser empregado, identificando falhas e contribuindo nas decisões (MARCONI; LAKATOS, 2003). O método aqui empregado tem o propósito de atuar na contribuição das argumentações da pesquisa e cumprir os objetivos apresentados.

O objetivo principal da pesquisa é analisar o programa Aprendiz Cooperativo do Campo quanto à sua atuação no fomento à sucessão geracional na óptica dos jovens. Para o estudo, foram selecionadas cooperativas agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul que promovem este programa em parceria com o SESCOOP-RS. A seleção dessas cooperativas promotoras contempla a realidade do processo sucessório desses jovens participantes do programa, que contempla as possibilidades existentes de sucessão. Assim, procura compreender a diversidade de ocorrências quanto à demanda sucessória incluída no cooperativismo agropecuário rio-grandense.

3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto à natureza da pesquisa, é considerada como científica, que tem como principal objetivo alcançar a realidade dos acontecimentos, utilizando procedimentos e técnicas para adquirir esses conhecimentos (GIL, 1989). A pesquisa científica pode ser do tipo aplicada, visto que ressalta na constituição de conhecimento que se conduz para a resolução de adversidades e possibilita a demanda de aplicabilidade prática em características circunstanciais. A pesquisa aplicada tem como foco as adversidades existentes nas ações das organizações, instituições, associações ou agentes sociais; constitui-se na construção de análises, no reconhecimento de problemas e também na procura de soluções (THIOLLENT, 2009). Ainda, segundo as autoras Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa aplicada demanda por verdades e interesses locais.

Este estudo caracteriza-se, portanto, como uma pesquisa de campo, pois visa à investigação, além da pesquisa bibliográfica, pois realiza-se a coleta de dados juntamente com

os indivíduos alvos (FONSECA, 2002), buscando maior aprofundamento das indagações propostas (RUIZ, 2006).

Quanto aos objetivos, a pesquisa tem caráter descritivo. A pesquisa descritiva foca na identificação e descrição das características de definida população, local, indivíduo, fenômeno e etc. Assim, analisa e correlaciona ocorrências sem influenciá-las (BERVIAN; CERVO, 2002).

A pesquisa é de abordagem mista, que é empregada quando os métodos qualitativos e quantitativos se relacionam com a coleta e análises dos dados (CRESWELL, 2010). A pesquisa quantitativa, de acordo com Zanella (2013), procura pela objetividade, validade e confiabilidade. E por meio da representatividade numérica, procura apresentar os resultados de um fenômeno e a presença de eventuais ligações entre dadas variáveis. Dessa forma, a pesquisa quantitativa utiliza de uma amostragem característica da população para determinar essas qualidades. Na pesquisa qualitativa, pretende-se compreender os fatos reais que não conseguem ser quantificados, direcionando-se no entendimento e interpretação do processo das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Nesta abordagem, obtém-se o enfoque em um âmbito de valores, crenças, razões e comportamentos que constituem um universo abrangente de relações, modos e fenômenos (MINAYO, 2001).

Os procedimentos técnicos para a pesquisa são a pesquisa bibliográfica, que é o uso de material escrito. A pesquisa bibliográfica é realizada através da pesquisa por referências teóricas já estudadas e publicadas através de escritas e eletrônicas, tais como artigos científicos, livros, etc., o que permite conhecer e compreender o que já foi analisado sobre o estudo (FONSECA, 2002).

No que se refere ao delineamento da pesquisa, realizou-se a revisão bibliográfica, com o propósito de apresentar, através das demais pesquisas já efetuadas, o estudo de fundamentos que estimulam e favorecem a sucessão geracional e os fatores que contribuem para isso, juntamente com o cooperativismo. A pesquisa bibliográfica serviu de fundamento para a construção do questionário a fim de realizar a coleta de dados.

Ao concluir a revisão bibliográfica, desenvolveu-se os procedimentos metodológicos da pesquisa, inicialmente com a construção de um questionário. Em seguida, foram coletados os dados primários pertencentes à aplicabilidade dos questionários, composto por questões abertas e fechadas, sendo construído este questionário para aplicar-se aos participantes do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo.

3.2 DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO E TIPO DE AMOSTRAGEM

A população da pesquisa compete à totalidade de indivíduos que dispõem de determinadas características em comum (HAIR et al., 2005). Assim, definida por Mattar (2005), é um conjunto de todos os contextos que se incluem em um grupo de fatores previamente determinados. Dessa forma, foi definida a população deste estudo como os participantes e concluintes do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo, ao qual foi determinada uma amostra que corresponda à população-alvo.

A população-alvo da pesquisa foi alcançada com o auxílio dos responsáveis do programa em cada cooperativa correspondente, sendo jovens que tenham 80% e 100% do curso já concluído, com idades de 14 a 24 anos.

A amostra foi constituída por conveniência, totalizando 105 jovens respondentes do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo, abrangendo seis cooperativas agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul que realizam o programa em parceria com o SESCOOP-RS (conforme demonstrado no quadro 2).

Quadro 2: Cooperativas da pesquisa e número de respondentes

Cooperativas	Nº de respondentes
Cooperativa 1	17
Cooperativa 2	12
Cooperativa 3	05
Cooperativa 4	07
Cooperativa 5	44
Cooperativa 6	20
Total	105

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O instrumento selecionado para a coleta de dados foi o questionário (Apêndice A), pois de acordo com Gil (1999), o questionário é um instrumento que visa à investigação através de questões desenvolvidas para aplicação nos indivíduos envolvidos na pesquisa, tendo como principal finalidade responder os objetivos específicos do estudo.

As questões foram de múltipla escolha, sendo definida por Gil (2010) como uma técnica de investigação empregada com o objetivo de identificar as opiniões, concepções, vivências, perspectivas e demais acontecimentos vivenciados pelos indivíduos, sendo constituído por um número significativamente amplo de questões. Desse modo, o questionário contém questões abertas e fechadas (predominando a *Escala Likert* de 5 e 10 pontos), dispendo de um total de setenta e oito (78) questões, e divide-se em seis seções:

- a) Bloco I: Perfil dos jovens respondentes;
- b) Bloco II: Caracterização das propriedades rurais;
- c) Bloco III: Em relação ao Programa Aprendiz Cooperativo do Campo;
- d) Bloco IV: Em relação ao desempenho do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo;
- e) Bloco V: Em relação a aplicabilidades do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo no campo/propriedade;
- f) Bloco VI: Em relação aos projetos profissionais futuros dos jovens participantes do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo;

3.4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados se deu por meio de uma pesquisa de campo, aplicando os instrumentos de coleta de dados (no caso definido como questionário) entre os meses de junho e julho de 2022. A aplicação do questionário foi realizada por meio de um formulário on-line (*google forms*) aos participantes do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo, com o recorte dos níveis de conclusão do curso (de 80% a 100%). As informações relacionadas aos participantes foram concedidas pelos responsáveis do programa com base em seus bancos de dados, sendo possível distinguir uma amostra que atenda as particularidades da pesquisa.

A análise do presente estudo tem como foco interpretar os resultados obtidos nos questionamentos a fim de responder os objetivos propostos. Dessa forma, foram organizados os dados, como também a execução da sistematização por meio da análise de estatística descritiva. Essa análise é o processo pelo qual organiza e descreve as informações significativas de um conjunto de individualidades observadas e verifica determinadas características entre dois ou mais grupos (REIS; REIS, 2002). Além do emprego da estatística descritiva básica (frequência, percentual e média), utilizou-se a Análise Fatorial (Análise de Componentes

Principais – PCA) e *Análise de Cluster*, tratadas através do software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

No que consiste a Análise Fatorial, é um método de estatística multivariada que sintetiza aspectos de um amplo número de variáveis em um menor número de fatores. Nessa análise, identifica-se a correlação entre as variáveis, sendo estas analisadas juntamente, com o intuito de determinar fatores ou padrões (HAIR et al., 2005).

Na análise estatística, a amostra apresentou-se adequada para o uso da Análise Fatorial Exploratória (AFE), visto que o teste *Kaiser-Meyer-Olkin* manifestou um valor de 0,665. O teste de Esfericidade de Bartlett fez-se estatisticamente relevante ao nível de 1% de probabilidade. Na estatística de KMO, os valores alternam de 0 a 1 e considera a adequação da amostra, de acordo com o nível de simultaneidade parcial entre as variáveis. Os valores próximos de 0 apontam que a análise é inadequada, visto que a simultaneidade é fraca entre as variáveis. Já os valores próximos de 1 indicam que a técnica aplicada é adequada.

Os dados foram rotacionados pelo método Varimax e a variância explicada dos dados foi de 72,13%. Apresentando-se três fatores que contribuem para explicar a percepção dos jovens participantes do programa à volta de aspectos que podem favorecer na escolha da permanência nas propriedades rurais. As comunalidades (h^2) caracterizam a quantia de variância em que uma variável compartilha com as outras. Fávero et al. (2009) pondera como significativo possuir um parâmetro de um valor superior a 0,5, sendo este considerado como aceitável.

Também foi verificada as comunalidades das variáveis aptas à realização da AFE, visto que as comunalidades (h^2) necessitam de valores maiores que 0,5. De acordo com Hair et al. (2005), a comunalidade é constituída pela quantidade total de variância que uma variável única compartilha com todas as demais variáveis inclusas na análise. Foi considerada na análise variáveis que apresentaram comunalidade maior que 0,5, apresentado na Tabela 19.

A técnica de *Análise de Clusters* é usada para aglomerar indivíduos que possuem semelhanças entre si (entre o grupo) e dessemelhanças quando se contrasta os grupos. Assim, essa análise, também denominada de Análise de Conglomerados, permite agrupar os elementos coletados em grupo, de modo que as informações de cada grupo sejam similares entre si e dissemelhantes entre os demais grupos (HAIR et al., 2005).

As medidas de distâncias são conceituadas medidas de dissimilaridade, visto que, quanto mais superiores são os valores, menores são as compatibilidades entre os objetos (e vice-versa). A distância entre duas ponderações (i e j) condiz com a soma dos quadrados das

dessemelhanças entre i e j para todas as p variáveis, sendo chamada esta distância de Euclidiana ao Quadrado (FÁVERO, et al. 2009), podendo ser demonstrada pela equação:

$$d_{ij}^2 = \sum_{k=1}^p (x_{ik} - x_{jk})^2$$

(1)

Ainda, as análises de *Clusters*, fatores, variáveis ou elementos, segundo Hair et al., (2005), constituem grupos uniformes baseados em indicadores de semelhança ou igualdades entre eles. Esses indicadores compõem a matriz de similaridade ou proximidade. Neste estudo, foi utilizado a análise de *clusters* hierárquico, a Distância Euclidiana Quadrada, e o método de *W'ard*.

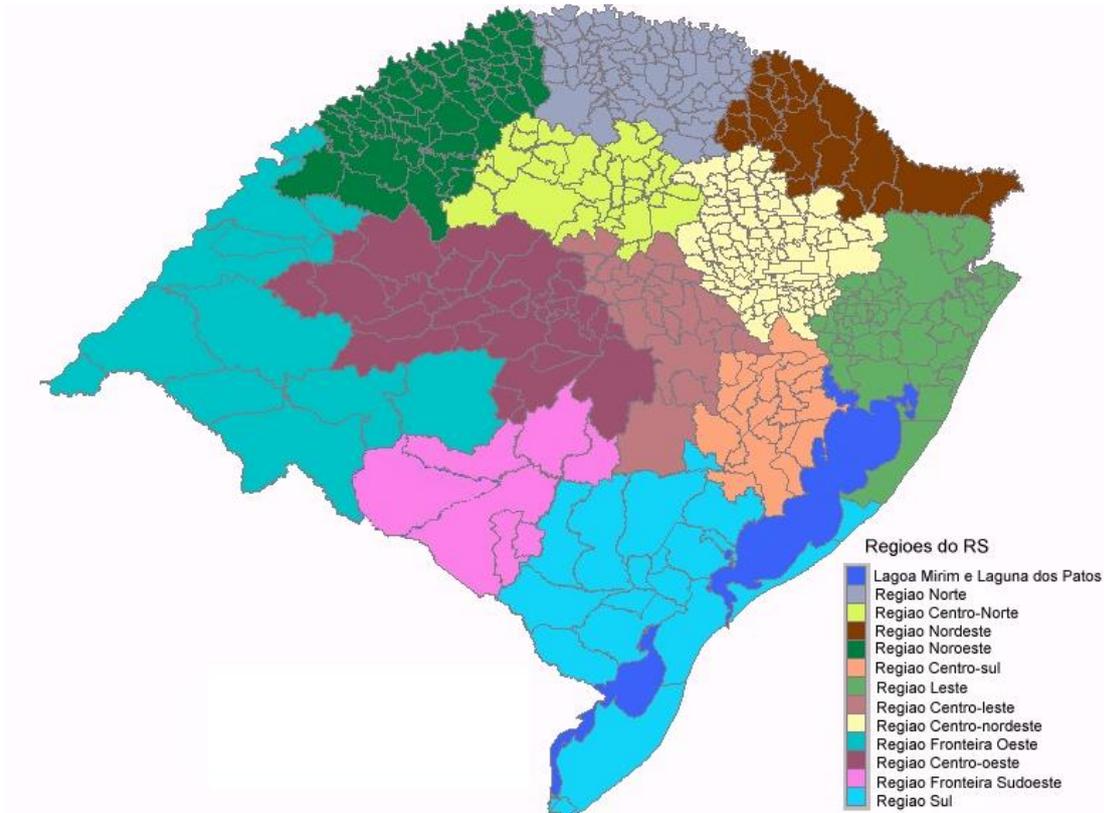
O método de *W'ard* fundamenta-se no processo de agrupamento hierárquico em que a medida de similaridade utilizada para unir grupos é calculada como a soma de quadrados, por meio de dois grupos, realizada sobre todas as variáveis (HAIR et al., 2005).

Após a identificação dos agrupamentos, realizou-se uma análise a partir da estatística descritiva, tendo em consideração os três grupos obtidos na análise de *clusters*.

3.5 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

Para o desenvolvimento do trabalho, foram selecionadas seis cooperativas agropecuárias, nas quais o programa é realizado em parceria com o SESCOOP/RS. Essas cooperativas estão localizadas em diferentes regiões geográficas (conforme Figura 1), sendo estas, região Norte, Sul, Central e Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo jovens de 30 municípios.

Figura 1: Localização das regiões



Fonte: MapasBlog (2022).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, contemplam-se os resultados e discussões obtidos na coleta de dados, visando a responder os objetivos do estudo. Está dividido em quatro seções, sendo apresentado primeiramente o perfil dos jovens participantes da pesquisa, bem como suas respectivas propriedades. A segunda seção apresenta uma análise quanto às condições de gestão produtiva e de renda que os jovens sucessores instalaram (ou estão se instalando) e qual a contribuição do programa nesse processo. A terceira seção contempla o mapeamento das demandas dos jovens participantes, com o intuito de propor ações que permitam auxiliar em melhorias ao programa. E na quarta e última seção, apresentam-se identificação e caracterização dos grupos de jovens através da análise fatorial e de *Clusters* quanto às contribuições do programa para a sucessão geracional.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS PARTICIPANTES DO PROGRAMA APRENDIZ COOPERATIVO DO CAMPO E SUAS PROPRIEDADES RURAIS

Este subcapítulo tem caráter descritivo, procedente da pesquisa de campo realizada, envolvendo os jovens participantes do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo. Está dividido em seis seções, sendo que a primeira descreve os respondentes quanto ao seu perfil como sexo, idade, escolaridade, estado civil e residência. A segunda seção apresenta as características das propriedades rurais dos jovens como área total, atividades desenvolvidas, comercialização, mão de obra e atribuições relacionadas aos jovens quanto à sua participação na propriedade. A terceira seção apresenta a relação do programa com associação dos jovens, o conhecimento do programa e as escolhas realizadas. A quarta seção refere-se ao desempenho do programa, envolvendo as atividades da propriedade e os atributos contribuintes para a sucessão geracional. A quinta seção constitui-se da aplicabilidade do programa na propriedade e avaliação da importância do programa juntamente com a cooperativa. E a sexta e última seção descreve os projetos profissionais futuros dos jovens participantes do programa.

4.1.1 Perfil dos jovens respondentes

Na coleta de dados, obteve-se 105 jovens respondentes, sendo estes 54 do sexo feminino e 51 do sexo masculino, distribuídos em 30 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, e vinculados a seis cooperativas agropecuárias.

Tabela 1: Perfil dos respondentes

Questões	Alternativas	Frequência	Percentual
Sexo	Feminino	54	51%
	Masculino	51	49%
Idade	14 anos	0	0%
	15 anos	21	20%
	16 anos	21	20%
	17 anos	26	25%
	18 anos	10	10%
	19 anos	10	10%
	20 anos	6	6%
	21 anos	1	1%
	22 anos	3	3%
	23 anos	3	3%
	24 anos	2	2%
	25 anos	2	2%
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	5	5%
	Ensino Fundamental Completo	0	0%
	Ensino Médio Incompleto	70	67%
	Ensino Médio Completo	14	13%
	Ensino Técnico Incompleto	4	4%
	Ensino Técnico Completo	2	2%
	Ensino Superior Incompleto	7	7%
	Ensino Superior Completo	3	3%
	Pós-graduação	0	0%
Estado civil	Solteiro(a)	102	97%
	Casado(a)	0	0%
	União estável	2	2%
	Não respondeu	1	1%
Residência	Na propriedade com os pais	96	91%
	Na propriedade em casa separada dos pais	2	2%
	Outro caso	7	7%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com base nos resultados da Tabela 01, identifica-se que o maior percentual de respondentes pertence ao sexo feminino (54%). Visto uma significativa atuação de jovens do sexo feminino nas propriedades rurais, os autores Silva e Schneider (2010) destacam que, nos últimos anos, muitas transformações ocorreram quanto à participação das mulheres na sociedade, sendo a inserção no mercado de trabalho uma dessas mudanças. No que se refere ao meio rural, as mulheres estão alçando seu lugar no campo, numa crescente propensão em diversos setores agrícolas (WOMMER; CASSOL, 2014).

Com idade média de 17 anos (resultando em 25%), a maior frequência apresenta-se no nível ensino médio incompleto com 67% dos respondentes. A escolaridade e média de idade justifica-se pela Lei no 9.394/1996, que no Art.º 4 define a obrigatoriedade da Educação Básica de 4 (quatro) aos 17 anos (dezessete) anos de idade, sendo organizada como pré-escola, ensino fundamental e ensino médio (LDB, 2017). E também ao regulamento do programa, onde estabelece uma faixa etária e que os participantes devem estar cursando o ensino regular ou que já possuam o ensino médio concluído (SESCOOP, 2022).

Quanto ao estado civil, 97% são solteiros(as) e moram na propriedade com os pais (91%). Justificando-se também com relação à faixa etária, Camarano (2006) salienta outra questão importante quanto à passagem para a vida adulta, que são as diferenças entre as classes sociais e culturais. O jovem permanece residindo na casa dos pais, exercendo sua independência e autonomia ainda no interior da família (PONCIANO; FÉRES-CARNEIRO, 2016). Os outros casos de residências descritas, refere-se ao meio urbano, onde moram com os pais, mas vão diariamente até a propriedade desempenhar suas atividades e outro mora no meio rural, mas na propriedade onde seu pai trabalha como funcionário.

Ainda tratando-se da escolaridade, foi questionado quanto aos seguimentos dos estudos em nível superior e obteve-se 70% das respostas afirmativas, conforme demonstra a Tabela 02.

Tabela 2: Intenção de cursar ensino superior

Questão	Alternativas	Frequência	Percentual
No caso de Ensino fundamental, médio e técnico, pretende cursar nível superior?	Sim	73	70%
	Não	9	9%
	Não sabe	3	3%
	Já cursa	7	7%
	Formado	3	3%
	Não respondeu	10	10%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com as respostas afirmativas, foram questionados sobre quais cursos pretendiam estudar. Alguns dos respondentes descreveram mais de uma opção. O maior percentual foi para Agronomia, com 32%, seguido de Medicina Veterinária (13%), Engenharia Mecânica (5%), Direito (4%), Ciências Contábeis (3%), Enfermagem (3%), Engenharia civil (3%), Administração (2%), Engenharia da Computação (2%), Estética e cosmética (2%), Fisioterapia (2%), Medicina (2%), Matemática (2%), Arquitetura (1%), Biologia (1%), Física (1%), Fotografia (1%), História (1%), Psicologia (1%), Sistema de informações (1%) e 13% não sabem qual graduação cursar.

Destacando-se o maior percentual (45%) em áreas de ciências agrárias, observa-se que os jovens que vivem no meio rural optam por estudar áreas relacionadas com o campo. De acordo com os estudos de Tiharro, Dalcin e Anes (2022), ao final do curso superior, muitos jovens traçam seus princípios com o propósito de retorno para o campo, pois visam, à busca da melhoria nas atividades desempenhadas em suas propriedades através da qualificação superior (REDIN, 2017).

4.1.2 Caracterização das propriedades rurais

Esta seção descreve as informações relacionadas às propriedades rurais onde os jovens entrevistados desempenham as atividades juntamente com suas famílias, contemplando as informações sobre as áreas de terra, as atividades produtivas que desenvolvem na propriedade, quais dessas atividades são a principal fonte de renda e a contratação de mão de obra, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3: Caracterização das propriedades rurais

Questões	Alternativas	Frequência	Percentual
Área total da propriedade	Menos de 50 hectares	72	69%
	De 50 a menos de 100 hectares	17	16%
	De 100 a menos de 200 hectares	12	11%
	De 200 a menos de 300 hectares	2	2%
	De 300 a menos de 400 hectares	0	0%
	De 400 a menos de 500 hectares	1	1%
	Não respondeu	1	1%
Atividades produtivas desenvolvidas na propriedade	Avicultura	6	3%
	Bovinocultura de corte	25	13%
	Bovinocultura de leite	45	24%
	Grãos (soja, milho, trigo)	91	48%
	Piscicultura	3	2%
	Suinocultura	14	7%
	Outros	7	4%
Atividades agrícolas que são as principais fonte de renda da família	Bovinocultura de leite	34	32%
	Bovinocultura de corte	3	3%
	Grãos	57	54%
	Suinocultura	1	1%
	Fenos de alfafa	2	2%
	Aposentadoria dos pais	2	2%
	Produção de fumo	1	1%
	Produção de queijo	1	1%
	Salário mensal do pai	1	1%
	Não respondeu	3	3%
Contratação de mão de obra	Sim	40	38%
	Não	65	62%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em relação às particularidades das propriedades rurais, têm-se 69% de áreas totais com menos de 50 hectares. No que diz respeito ao processo produtivo e ao desempenho das atividades, destacam-se as áreas disponíveis para a realização das tarefas. Assim, o tamanho das unidades de produção e as diversificações produtivas também são fatores que contribuem e determinam as possibilidades ou limitações quanto à sucessão nas propriedades (SPAVENELLO, 2008).

As atividades desenvolvidas nas propriedades dos jovens respondentes destacam-se em 48% na atividade de grãos, seguido da bovinocultura de leite (24%), bovinocultura de corte (13%), suinocultura (3%), avicultura (3%), piscicultura (2%) e os outros (4%) trata-se da

produção de queijos, agroindústria de erva-mate, venda de fenos de alfafa, fruticultura e mecânica.

Entre as atividades agrícolas, que são as principais fonte de renda da família, ligadas à alta porcentagem das atividades da propriedade, destaca-se a produção de grãos (54%) e bovinocultura de leite (32%), seguindo da bovinocultura de corte (3%), fenos de alfafa (2%), suinocultura (1%), fumo (1%) e produção de queijo (1%). Conforme as atividades desenvolvidas nas propriedades, 43% dos entrevistados desempenham apenas uma atividade na propriedade, sendo grãos (33%), bovinocultura de leite (7%), bovinocultura de corte (1%) e suinocultura (2%), e 57% desempenham duas ou mais atividades.

A diversidade de atividades também varia conforme o tamanho de áreas disponíveis para sua prática. Conforme Schneider (2010), a diversificação na propriedade permite maiores condições e possibilidades de negócios e também dispõe como uma estratégia para diminuir os riscos e vulnerabilidades que se manifestam durante o período produtivo (preços, clima, doenças), viabilizando escolhas para o produtor ter bons resultados em suas atividades e maior rentabilidade na propriedade.

Nos casos de contratação de mão de obra, 62% não contratam e 38% contratam para as atividades diárias da propriedade, para manuseio de maquinários (quando não se dispõe de maquinários na propriedade e, nos períodos necessários, contrata-os), consultorias, períodos safra, cortes de feno, bovinocultura de corte, silagem, fumo e para suinocultura (carregamento dos animais). De acordo com Brumer (2000), em virtude da modernização agrícola, os produtores buscaram por novos conhecimentos e pela execução de atividades mais complexas. Dessa forma, introduziram a utilização de ferramentas maiores e melhores, onde passou a reduzir a demanda por mão de obra nas atividades das propriedades.

Quanto à comercialização da produção, 76% comercializam através da cooperativa. E em relação a porcentagem entregue à cooperativa, observa-se maior porcentagem em 100% da produção (39%) e entre 75% a menos de 100% da produção (26%), conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4: Comercialização da produção

Questões	Alternativas	Frequência	Percentual
Comercialização da principal atividade agrícola da propriedade	Através da cooperativa	80	76%
	Através da indústria	12	11%
	Através de cerealistas	2	2%
	Através da cooperativa e cerealistas	9	9%
	Não respondeu	2	2%
Em caso da comercialização através da cooperativa, total (%) da produção destinado para a cooperativa	Inferior a 25% da produção	8	9%
	Entre 25% a menos de 50% da produção	7	8%
	Entre 50% a menos de 75% da produção	15	17%
	Entre 75% a menos de 100% da produção	23	26%
	100% da produção	35	39%
	Não respondeu	1	1%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As cooperativas são consideradas importantes organizações que atuam no ambiente socioeconômico dos associados, especialmente nas pequenas unidades de produção, as quais dispõem da união para obter poder de barganha e acesso aos mercados. Sendo essenciais na comercialização de produtos, procuram a garantia da venda e produtividade através do aumento de escala com a formação de volumes maiores de produtos para a venda, resultando no ganho de renda para o produtor na comparação da comercialização individual de pequenos volumes (MORAES; SCHWAB, 2019).

Relacionado com as atividades desenvolvidas na propriedade, foi questionado sobre a inserção do jovem em determinadas ocupações como gestão, renda e trabalho (apresentadas na Tabela 5). Considerando que o processo sucessório da juventude rural e o seguimento das atividades desenvolvidas na propriedade é resultado de diversas razões, sendo estas internas e externas, o interesse ou desinteresse pela continuidade é impactado por fatores como condições econômicas e sociais, trabalho, educação, autonomia, remuneração e outros (BRUMER; SPANEVELLO, 2008).

Tabela 5: Participação do jovem nas atividades da propriedade rural

Questões	Alternativas	Frequência	Percentual
Recebo remuneração em dinheiro por minha participação no trabalho familiar agrícola	Sim	49	47%
	Não	55	52%
	Não respondeu	1	1%
Possuo bloco de produtor rural em meu nome	Sim	27	26%
	Não	78	74%
	Não respondeu	0	0%
Meu nome consta no bloco do produtor rural de meu pai (ou mãe)	Sim	23	22%
	Não	79	75%
	Não respondeu	3	3%
Tenho área de terra em meu nome	Sim	10	10%
	Não	94	90%
	Não respondeu	1	1%
Tenho conta corrente em meu nome	Sim	83	79%
	Não	21	20%
	Não respondeu	1	1%
Tenho financiamento em meu nome	Sim	15	14%
	Não	90	86%
	Não respondeu	0	0%
Desenvolvo atividade produtiva autônoma na propriedade	Sim	34	32%
	Não	67	64%
	Não respondeu	4	4%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em relação à remuneração pela participação agrícola no trabalho familiar, o maior percentual maior percentual (52%) os jovens que não recebem remuneração. Quanto ao bloco de produtor no nome, 74% não possuem. Quanto ao nome no bloco produtor do pai, 75% não constam. Quanto as áreas de terra no nome do jovem, apenas 10% possuem e 90% não possuem. Quanto possuir conta corrente no nome, 79% possuem. Sobre financiamentos no nome, 86% não possuem. E nas atividades da propriedade, 64% não possuem autonomia na propriedade.

Portanto, pode-se observar que se trata de jovens que ainda possuem reduzida autonomia e inserção dos processos de gestão e renda das propriedades.

4.2 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE GESTÃO PRODUTIVA E DE RENDA DOS JOVENS SUCESSORES E A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NESTE PROCESSO

De acordo com os estudos de Freitas et al. (2009) as cooperativas necessitam construir estratégias não apenas para o retorno financeiro, mas também para a permanência de produtores no campo, adequadas com as realidades e que aumentem as perspectivas e oportunidades de continuidade. E entre estas estratégias, salienta-se a promoção de atividades referentes as questões sociais, das quais não devem ser direcionadas apenas para os associados(as), mas também integrar os familiares, como esposas e filhos(as) (ROSA; SILVA, 2010). Visto que o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo é direcionado aos filhos de associados e detêm como objetivo incentivar a permanência da juventude no campo e oportunizar às cooperativas agropecuárias no crescimento do quadro social. Esta seção contempla os resultados relacionados a escolha e participação dos jovens pesquisados.

4.2.1 Comunicação e participação dos jovens no Programa Aprendiz Cooperativo do Campo

Quanto à associação dos jovens, 83% não são associados da cooperativa (apenas os pais), e visto que a idade média dos respondentes é de 17 anos, justifica-se a não associação pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, da qual determina que Sociedades Cooperativas estabeleçam as condições de participação através de seu estatuto social, sendo idade mínima para associação de 18 anos, salvo aqueles emancipados ou assistidos por seus responsáveis legais (SESCOOP, 2022). Ressalta-se, ainda, que um dos participantes explicou que não era associado, mas que tem interesse futuramente em associar-se. Os outros 17% são associados com um percentual de 61% entre 1 a 2 anos, 17% entre 5 a 6 anos, 17% com menos de um ano e 6% de 3 a 4 anos.

Na tabela 06, apresentam-se as informações introdutórias em relação às escolhas dos jovens sobre a participação do programa.

Tabela 6: Participação dos jovens no programa

Questões	Alternativas	Frequência	Percentual
Como ficou sabendo do programa?	Encontro de jovens da cooperativa	5	5%
	Através dos pais	30	29%
	Através dos técnicos	19	18%
	Redes sociais da cooperativa	15	14%
	Programa de rádio	8	8%
	Site da cooperativa	1	1%
	Outro	25	24%
	Não respondeu	2	2%
Por que escolheu o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo?	Por influência dos pais	19	18%
	Escolha do próprio jovem	73	70%
	Por influência da cooperativa	6	6%
	Por influência de amigos/colegas	3	3%
	Por influência de técnicos	4	4%
	Outro	0	0%
O fato de o curso ser oferecido em alternância (parte teórica em sala de aula e parte prática em casa)	Favoreceu sua escolha	79	75%
	Dificultou sua escolha	0	0%
	Não interferiu na escolha	26	25%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme apresentado na tabela 06, com maior percentual, de 29%, os jovens ficaram sabendo do programa através dos pais, seguido de 24% como outra forma, as quais foram descritas que obtiveram informações do programa através da escola, dos gerentes das cooperativas e por participantes do programa. Obtendo uma porcentagem de 18% através dos técnicos, 14% através das redes sociais da cooperativa, 8% através de programas de rádios e 1% através do site da cooperativa.

Referente à participação dos jovens, 82 ainda são participantes (78%) e 23 já concluíram o programa (23%); os concluintes possuem menos de um ano (48%) e de 1 a 2 anos (43%) e de 2 a 3 anos (9%) de tempo de conclusão.

Quanto às escolhas de participação, a maioria dos jovens foi por escolha própria (70%), 18% foram por influência dos pais, seguido de 6% por influência da cooperativa, 4% foram por influência dos técnicos e 3% por influência de amigos/colegas.

O curso é oferecido em alternância, dispondo de duas semanas de aulas teóricas e duas semanas de aulas práticas. Desse modo, foi questionado se essa metodologia é favorável, desfavorável ou indiferente. Sendo o maior percentual em 75%, o método oferecido favoreceu a escolha do jovem e, para 25%, não interferiu na escolha.

4.2.2 Desempenho do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo na ótica dos jovens participantes

Nesta seção, serão apresentados os resultados relevantes quanto ao desempenho do programa na ótica dos jovens participantes. Na tabela 07, serão apresentadas as mudanças ocorridas após o ingresso do programa.

Tabela 7: Sentenças sobre possíveis mudanças ocasionadas pós participação no programa

(Continua)

Questões	Alternativas	Frequência	Percentual
Proporcionou maior inserção nas atividades da propriedade	Discordo totalmente	0	0%
	Discordo	2	2%
	Indiferente	15	14%
	Concordo	61	58%
	Concordo totalmente	26	25%
	Não respondeu	1	1%
Aumentou sua autonomia dentro da propriedade	Discordo totalmente	0	0%
	Discordo	3	3%
	Indiferente	25	24%
	Concordo	61	58%
	Concordo totalmente	14	13%
	Não respondeu	2	2%
Aumentou o diálogo com seus pais	Discordo totalmente	0	0%
	Discordo	4	4%
	Indiferente	16	15%
	Concordo	62	59%
	Concordo totalmente	22	21%
	Não respondeu	1	1%
Sente-se mais preparado para assumir a propriedade rural dos seus pais	Discordo totalmente	0	0%
	Discordo	6	6%
	Indiferente	12	11%
	Concordo	72	69%
	Concordo totalmente	15	14%
	Não respondeu	0	0%
Sente-se mais próximo da cooperativa	Discordo totalmente	0	0%
	Discordo	1	1%
	Indiferente	11	10%
	Concordo	77	73%
	Concordo totalmente	16	15%
	Não respondeu	0	0%

Questões	Alternativas	(Conclusão)	
		Frequência	Percentual
Sente-se mais próximo de tornar-se sucessor da propriedade rural	Discordo totalmente	0	0%
	Discordo	3	3%
	Indiferente	20	19%
	Concordo	63	60%
	Concordo totalmente	19	18%
	Não respondeu	0	0%
Possibilitou maior convívio social	Discordo totalmente	0	0%
	Discordo	4	4%
	Indiferente	16	15%
	Concordo	61	58%
	Concordo totalmente	24	23%
	Não respondeu	0	0%
Antes de participar do programa não visualizava a possibilidade de permanecer no meio rural como sucessor	Discordo totalmente	10	10%
	Discordo	25	24%
	Indiferente	25	24%
	Concordo	36	34%
	Concordo totalmente	9	9%
	Não respondeu	0	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Diante das afirmações referentes aos impactos do programa para os participantes e em suas propriedades, destaca-se que boa parte das sentenças apresentou altos índices de concordância.

Na sentença “proporcionou uma maior inserção nas atividades da propriedade” obteve-se maior percentual em “concordo”, com 58%, e “concordo totalmente”, com 25%. Na segunda sentença, quanto ao aumento da autonomia dentro da propriedade, alcançou-se 58% de concordância e 24% de indiferença. Quanto às oportunidades de exercer um trabalho na propriedade e gerenciar as atividades, apresentam-se como pertinentes para a tomada de decisão dos jovens, visto que a inexistência de autonomia ocasiona uma baixa perspectiva no processo de suceder como produtor rural (SAVIAN, 2014).

Em relação à sentença do aumento do diálogo com os pais, 59% concordam e 21% concordam totalmente. Conforme ressaltam Moreira et al. (2012), é necessário a existência de comunicação entre pais e filhos nos negócios, visto que é um dos aspectos importantes na escolha em permanecer ou não na propriedade, pois o jovem se sente reconhecido pela família.

Quanto à sentença de sentir-se mais preparado para assumir a propriedade rural dos pais, atingiu 69% de concordância e 14% concordam totalmente. Importante considerar, nesse

sentido, que o programa tem o intuito de, através das atividades realizadas, transformar e ampliar as propriedades rurais, gerando oportunidades de trabalho e renda a partir das atividades que as propriedades já dispõem.

Em relação a sentir-se mais próximo da cooperativa, demonstrou 73% em concordância e 15% concordam totalmente. De acordo com os estudos de Rosa (2019), agricultores apontam que o envolvimento dos jovens nas cooperativas também é um dos aspectos consideráveis no estímulo à permanência na propriedade. As cooperativas dispõem aos associados informações, tecnologias e serviços, sendo consideradas organizações de segurança e com responsabilidade (ZAMIN, 2018).

A sentença referente a sentir-se mais próximo de tornar-se sucessor da propriedade rural, apresentou 60% de concordância e 19% de indiferença. De acordo com o estudo dos autores Dalapossa e Santos (2021), com o conhecimento, autonomia, bens, entre outras possibilidades, fatores importantes para um bom comando da propriedade rural, o jovem torna-se apto a idealizar um futuro próspero, inserido com a sua família dentro desta propriedade. Essas perspectivas estabelecem interesses para continuar com as atividades rurais.

Quanto à possibilidade de maior convívio social, 58% concordam com a sentença e 23% concordam totalmente. Jodelet (2001) salienta que os indivíduos necessitam possuir informações ligadas ao seu contexto social, a fim de maiores identificações, para portar-se e resolver adversidades, visto que o convívio social é significativo no dia a dia.

Finalmente, foi questionado se antes de participar do programa, o entrevistado não visualizava a possibilidade de permanecer no meio rural como sucessor; 34% concordam e, para 24%, é indiferente, e o mesmo percentual discordam da sentença. De acordo com os estudos de Breitenbach e Troian (2020), as autoras ressaltam que as políticas voltadas para os jovens rurais, ligados com a educação e incentivos a projetos são condicionantes para a permanência destes, considerando que passam a visualizar o meio rural como seu meio de vida.

4.2.3 A aplicabilidade do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo na propriedade

Nesta seção, serão contempladas as aplicabilidades no Programa Aprendiz Cooperativo do Campo na propriedade. Em relação às experiências e conhecimentos adquiridos no programa até o momento, foi questionado se estas são suficientes para atender as necessidades diárias

juntamente com as da propriedade; 74% responderam que sim e 24% responderam que não, conforme representado na Tabela 8.

Tabela 8: Experiências e conhecimentos adquiridos no programa

Questão	Alternativas	Frequência	Percentual
As experiências e os conhecimentos que adquiriu no programa até o momento são suficientes para atender suas necessidades no seu dia a dia em sua propriedade?	Sim	78	74%
	Não	25	24%
	Não respondeu	2	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os jovens que responderam sim justificam que passaram a perceber as necessidades da propriedade referentes à gestão, contabilidade e práticas. Afirmaram que o programa permitiu auxiliar os pais na propriedade de forma significativa; possibilitou maior auxílio na tomada de decisão; permitiu maior conhecimento sobre a propriedade; disponibilizou maior visão no gerenciamento; concedeu ideias e visões para construir novos negócios; mostrou formas novas de trabalhar; possibilitou compreensão nas decisões que os pais realizam; permitiu maior contato com a propriedade; sanou as dúvidas; possibilitou, através do conhecimento, maior capacidade e segurança em continuar como sucessor; permitiu uma maior visão e aperfeiçoamento nas culturas; e proporcionou maior confiança e autonomia. E, aos jovens que responderam não, justificam que precisam de mais conhecimentos em determinadas áreas; consideraram pouco tempo disponível para realizar algumas tarefas desejadas e pela propriedade não dispor de algumas atividades.

Questionou-se, também, em relação ao que o jovem aprende/aprendeu no programa, se o mesmo tem praticado em sua propriedade. 84% responderam que sim, 14% responderam que não, conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9: Aplicação prática, em sua propriedade, do que aprende/aprendeu

Questão	Alternativas	Frequência	Percentual
Você tem praticado, em sua propriedade, o que aprende/aprendeu no programa?	Sim	88	84%
	Não	15	14%
	Não respondeu	2	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nas justificativas afirmativas, os jovens ressaltam a prática em forma de opiniões (referentes às aprendizagens do programa), no melhoramento do manejo do solo e dos animais, nas mudanças das práticas antigas e consideradas inadequadas, no melhoramento da convivência familiar, no controle financeiro com a construção de planilhas (gastos/lucros), no diálogo com os pais sobre a gestão, com novas instalações, na produção com maior qualidade, nas propostas para economias e na construção de projetos para aumento da renda, com as atividades já desenvolvidas na propriedade.

Quanto às respostas negativas, justificam dizendo que não possuem autonomia na propriedade, a família não permite uma participação ativa nas atividades, não ganham pelas mudanças e trabalho; a família não permite novas ideias e, por serem muito novos, não participam firmemente das decisões.

Em relação às mudanças na propriedade, foi questionado se o jovem já realizou alguma mudança após participar do programa. 61% responderam que sim e 38% responderam que não, conforme apresentado na tabela 10.

Tabela 10: Mudanças realizadas na propriedade após participação do programa

Questão	Alternativas	Frequência	Percentual
Você realizou alguma mudança na propriedade após participar do programa?	Sim	64	61%
	Não	40	38%
	Não respondeu	1	1%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quanto às mudanças realizadas após o programa, destaca-se a adição de animais na propriedade, maior dedicação com as atividades, melhorias nas estruturas existentes, maior escuta por parte dos pais aos jovens, melhora na gestão, melhora do solo (qualidade e manejo), construção de infraestruturas para trabalho, melhoramento no manejo dos animais, correções nas atividades que estavam sendo realizadas de forma inadequada, organização das atividades e de produtos, aumento de renda, modernização e maior segurança nas atividades.

Quanto às respostas em que os jovens alegaram que não houve alterações, justificam que não realizaram mudanças porque não possuem autonomia, também por falta de capital para realizar os investimentos que desejam, não obteve oportunidade de mudar, a propriedade atende as expectativas com as atividades desenvolvidas e porque há resistência à mudança por parte dos gerenciadores (pais).

Quanto à gestão, à divisão das rendas, à divisão das atividades, ao diálogo com os pais e à relação com a cooperativa, interrogou-se como essas atividades eram realizadas antes do programa e como passaram a ser realizadas depois.

Quanto à gestão da propriedade, 43% dos jovens alegam que continuou da mesma forma, sendo realizada apenas pelos pais. Os demais respondentes destacam, que após o programa, passou a ser realizada com mais organização, através de planilhas (gastos, lucros), reuniões familiares com abertura para opiniões, maior participação familiar, maiores planejamentos para as tomadas de decisões e maior participação por parte dos jovens.

Quanto à divisão das rendas, 69% afirmam que continua da mesma forma, onde justificam que sempre fica ao comando dos pais o dinheiro; para alguns, sempre houve divisão; a família gasta de acordo com o que precisa; são realizados os pagamentos das dívidas e o restante é destinado à poupança; quando necessário, deve pedir aos pais para efetuar alguma compra, sendo separado um valor para as necessidades de todo mês. Um dos respondentes alegou que gostaria que fosse em forma de porcentagem, o que “seria melhor para todos”; o dinheiro fica ao comando dos tios; a divisão que é gerada pelas vendas de queijo é realizada entre os irmãos; sendo entregue a produção à cooperativa e quando necessitam de dinheiro, faturam o que foi entregue. Os demais respondentes destacam que, após o programa, houve mudanças quanto ao receber uma parte do dinheiro pelas atividades desenvolvidas; e o pai passou a creditar um valor “x” pela atividade “x” diretamente na conta do jovem pelas atividades em que realiza.

Em relação à divisão das atividades realizadas na propriedade, 63% apontam que permaneceu da mesma forma, onde as atividades são realizadas envolvendo toda a família conforme necessário para cada atividade. Após o programa, os demais respondentes apontam que passaram a ter mais envolvimento nas atividades; as atividades foram divididas conforme maior identificação no setor; ajudavam apenas em uma das atividades sendo organizado a ajudar em todas as atividades em que a propriedade disponibiliza; e dispôs de mais responsabilidades em determinadas atividades (onde um justifica-se esta responsabilidade devido ao quadro de saúde dos pais);

No que se refere ao diálogo com os pais, 28% afirmam ter continuado da mesma forma, onde determinados respondentes justificam que já possuíam um bom diálogo sobre as atividades da propriedade com os pais, e para outros não houve possibilidades de abertura para conversas. Após o programa, se destacando em maior parte dos jovens, houve uma significativa mudança com os pais, ao qual esclarecem que aumentou o diálogo; os jovens passaram a

questionar mais os pais; as tomadas de decisões passaram a ser em conjunto onde os jovens dispõem de ideias entre as conversas; os assuntos tornaram-se mais profundos; com o diálogo passaram a compreenderem mais os pais; ainda, um dos respondentes salienta que “eu só falava em sair daqui, agora não vejo mais assim”, pois através do diálogo e explicações dos pais, ressignificou sua percepção na propriedade.

No que diz respeito à relação com a cooperativa, 27% dos jovens dizem permanecer da mesma forma, sendo os pais a terem maior contato com a cooperativa. Visto que antes não obtinham nenhuma ligação, os demais respondentes afirmam que aumentou a relação após o curso, justificando maior frequência nas idas para a cooperativa juntamente com os pais; realização de compras e pagamentos; maior interação com os técnicos; frequentam a cooperativa em busca de conversas para sanar dúvidas e buscar serviços; maior interesse nas atividades que a cooperativa disponibiliza; passaram a acompanhar os eventos; buscando por maiores negociações; visualizaram a disponibilidade em permanecer na propriedade com o apoio da mesma.

4.2.4 Em relação aos projetos futuros dos jovens participantes do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo

Nesta seção, apresentam-se informações quanto aos projetos profissionais futuros dos jovens participantes entrevistados, sendo primeiramente apresentados na Tabela 11 sobre a permanência do jovem como sucessor na propriedade.

Tabela 11: Pretende ser sucessor(a)

Questão	Alternativas	Frequência	Percentual
Você pretende ser sucessor(a)?	Sim	82	78%
	Não	21	20%
	Não respondeu	2	2%

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à pretensão em permanecer como sucessor, 78% responderam que sim e 20% responderam que não.

Aos que responderam que não pretendem, questionou-se quais são seus motivos, ao que responderam que gostariam de continuar como sucessor(a), porém são os pais que detêm total autonomia sobre a propriedade; possuem outros planos profissionais que não pertence as atividades rurais; não visualizam lucros na propriedade; desde pequeno foi incentivado a sair do campo para ter uma “vida melhor”; por ser uma área muito pequena e que não permite maiores execuções de trabalho; por possuir uma propriedade conjunta com demais familiares (tios), onde não possui inclusão como sucessor.

Quanto às respostas afirmativas de permanecer como sucessores, foi questionado sobre sentirem-se preparados para assumir a propriedade. 56% responderam que se sentem preparados e 32% ainda não se sentem preparados, de acordo com os resultados apresentados na Tabela 12.

Tabela 12: Sentem-se preparados para assumir a sucessão da propriedade dos pais

Questão	Alternativas	Frequência	Percentual
Em caso afirmativo, você se sente preparado para assumir a sucessão da propriedade de seus pais?	Sim	59	56%
	Não	34	32%
	Não respondeu	12	11%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quanto aos que responderam que não se sentem preparados, questionou-se o porquê, ao que justificaram que detêm pouco conhecimento e experiência; por não estarem a par ainda de todas as atividades que a propriedade desenvolve e pelo alto nível de responsabilidade.

Em relação à contribuição do programa na preparação do jovem em assumir a propriedade como sucessor(a), 82% afirmaram que o programa contribuiu e apenas 6% responderam que não contribuiu, conforme demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13: Contribuição do programa na preparação como sucessor(a)

Questão	Alternativas	Frequência	Percentual
O Programa Aprendiz Cooperativo do campo contribuiu na preparação para assumir a propriedade como sucessor(a)?	Sim	86	82%
	Não	6	6%
	Não respondeu	13	12%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com os jovens, as contribuições foram um maior preparo para as atividades no dia a dia da propriedade; maior profundidade nos assuntos que necessitam ser trabalhados; proporcionou motivações; permitiu visão futura na propriedade; permitiu maior conhecimento da propriedade; disponibilizou ferramentas para trabalhar (administrativo, financeiro, entre outras); facilitou nas escolhas em permanecer através dos conteúdos preparatórios, onde o jovem se sentiu capaz, e auxiliou na tomada de decisão.

Referentes aos projetos futuros da propriedade, os jovens anseiam implementar tecnologias, energia solar, construir casas na propriedade para que permaneçam morando e trabalhando, mas em casa separada dos pais, comprar maquinários, aumentar a produtividade, melhorar a genética dos animais, aumentar o número de animais e terras, rotacionar culturas, melhorar os açudes e aumentar as infraestruturas.

Em relação às atividades desempenhadas nas propriedades atualmente, interrogou-se aos jovens se pretendiam desempenhar outras atividades na propriedade; 33% pretendem desempenhar outras atividades e 45% não pretendem, conforme apresenta a Tabela 14.

Tabela 14: Desejo em desempenhar outras atividades agrícolas na propriedade

Questão	Alternativas	Frequência	Percentual
Você deseja desempenhar outras atividades agrícolas além das atividades realizadas hoje?	Sim	35	33%
	Não	47	45%
	Não sabe	9	9%
	Não respondeu	14	13%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As atividades que os jovens estimariam em desenvolver na propriedade além das que já são realizadas hoje são produção de suínos integrados; bovinocultura de corte; construções de aviários; bovinocultura de leite; rotação de culturas; implantar pomares; construção de pesque-pague; estufas de morango; produção de hortaliças; ovinocultura e fruticultura

Quanto aos que responderam que não desejam desempenhar outras atividades na propriedade, justificam que o clima não contribui para atividade que gostaria; falta de tempo; pela propriedade já obter atividades extras e não necessita de outras; falta de conhecimento na área; por ser inviável alguns projetos na propriedade; pela falta de espaço na propriedade; pela falta de mão de obra; por já estar organizada de acordo com os desejos da família e devido às oscilações de mercado.

Considerando os projetos futuros, questionou-se como pretendem se estabelecer; 50% dos jovens pretendem estabelecer-se no meio rural como sucessores e 21% no meio rural, mas

trabalhando no meio urbano em outras empresas agropecuárias, como demonstrado na Tabela 15.

Tabela 15: Projetos profissionais e estabelecimentos dos jovens

Questão	Alternativas	Frequência	Percentual
Considerando o seu estágio atual no Programa Aprendiz Cooperativo do Campo e os seus projetos profissionais futuros, você pretende estabelecer-se	No meio rural, como sucessor da propriedade	52	50%
	No meio rural, mas trabalhando no meio urbano em empresas agropecuárias	22	21%
	No meio urbano, com emprego em empresas agropecuárias	13	12%
	Outro	9	9%
	Não respondeu	9	9%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As outras opções destacadas pelos jovens evidenciam o desejo de morar no meio urbano e em empresas fora do ramo agropecuário. Justificaram a não permanência no campo pelas atratividades em outros ramos profissionais diferentes do meio em que vivem.

4.3 MAPEAMENTO DAS DEMANDAS DOS JOVENS PARTICIPANTES EM RELAÇÃO AO PROGRAMA APRENDIZ COOPERATIVO DO CAMPO

Com o intuito de mapear as demandas dos jovens participantes a fim de propor ações que possam auxiliar em melhorias ao programa, os jovens primeiramente avaliaram a importância das atividades no programa juntamente com a cooperativa, sendo avaliadas de 1 a 10 as atividades destacadas na Tabela 16.

Tabela 16: Avaliação da importância das atividades no programa juntamente com a cooperativa

Questões	Alternativas										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	NR
Visitas nas unidades da cooperativa	5%	1%	1%	0%	3%	6%	6%	9%	22%	44%	5%
Visitas nas propriedades dos alunos	11%	2%	2%	1%	8%	3%	4%	12%	15%	30%	12%
Visitas em outras propriedades rurais	12%	0%	4%	1%	4%	3%	4%	14%	19%	26%	13%
Conversas com dirigentes da cooperativa	3%	0%	1%	1%	3%	7%	9%	11%	24%	37%	5%
Atividades com os pais	0%	1%	0%	1%	5%	6%	3%	13%	16%	54%	1%
Técnicos da cooperativa auxiliando nas tarefas práticas	8%	1%	0%	2%	4%	9%	9%	7%	14%	46%	2%
Auxílio dos professores nas atividades práticas na propriedade	1%	1%	1%	1%	3%	5%	6%	10%	14%	56%	2%
Aulas com profissionais da cooperativa (técnicos, contadores, ...)	5%	0%	0%	1%	3%	3%	6%	13%	19%	48%	3%
Participação em feiras e palestras	2%	2%	0%	1%	4%	7%	7%	14%	18%	44%	2%

Legenda: NR – Não respondeu.

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Através de uma análise na tabela 16, foi possível observar boas médias nas avaliações das atividades nas perspectivas dos jovens, em que o programa oferece juntamente com as cooperativas parceiras.

Referente às visitas nas unidades da cooperativa, obteve-se maior percentual na avaliação 10 com 44%, tendo uma média de 8,5. Quanto às visitas nas propriedades dos alunos, apresentou maior percentual na avaliação 10 com 30%, tendo uma média de 7,7. Nas visitas em outras propriedades rurais, o maior percentual na avaliação foi 10 com 26%, com média de 7,8. Sobre conversas com dirigente da cooperativa, apresentou maior percentual na avaliação 10 com 37% e média de 8,5. Referente às atividades junto com os pais, obteve-se maior percentual na avaliação 10 com 54%, com média de 8,9. Quanto aos técnicos da cooperativa auxiliando

nas tarefas práticas, apresentou maior percentual na avaliação 10 com 46%, com média de 8,1. Referente ao auxílio dos professores nas atividades práticas na propriedade, apresentou maior percentual na avaliação 10 com 56%, com média de 8,9. Das aulas com profissionais da cooperativa (técnicos, contadores, etc.), obteve-se maior percentual na avaliação 10 com 48% e média de 8,7. E a participação em feiras e palestras apresentou maior percentual na avaliação 10 com 44% e média de 8,5.

Os participantes realizaram uma avaliação em relação ao programa. Na tabela 17, serão demonstrados os resultados obtidos.

Tabela 17: Avaliação em relação ao Programa Aprendiz Cooperativo do Campo quanto à sucessão geracional

(Continua)

Questões	Alternativas	Frequência	Percentual
Os conteúdos teóricos básicos (cooperativismo, contabilidade, etc.)	Muito ruim	0	0%
	Ruim	1	1%
	Regular	4	4%
	Bom	42	40%
	Muito bom	58	55%
	Não respondeu	0	0%
Os conteúdos teóricos específicos (gestão, acesso ao crédito, etc.)	Muito ruim	0	0%
	Ruim	0	0%
	Regular	7	7%
	Bom	40	38%
	Muito bom	57	54%
	Não respondeu	1	1%
O contato com os professores do programa	Muito ruim	0	0%
	Ruim	1	1%
	Regular	5	5%
	Bom	37	35%
	Muito bom	62	59%
	Não respondeu	0	0%
As atividades práticas realizadas na propriedade	Muito ruim	0	0%
	Ruim	1	1%
	Regular	8	8%
	Bom	46	44%
	Muito bom	50	48%
	Não respondeu	0	0%
As atividades como palestras, congressos, etc.	Muito ruim	0	0%
	Ruim	1	1%
	Regular	13	12%

(Conclusão)			
Questões	Alternativas	Frequência	Percentual
	Bom	52	50%
	Muito bom	39	37%
	Não respondeu	0	0%
Os equipamentos disponibilizados pelo programa (computadores, etc.)	Muito ruim	1	1%
	Ruim	5	5%
	Regular	21	20%
	Bom	49	47%
	Muito bom	22	21%
	Não respondeu	7	7%
A infraestrutura disponibilizada pelo programa (sala de aulas, etc.)	Muito ruim	0	0%
	Ruim	2	2%
	Regular	21	20%
	Bom	44	42%
	Muito bom	33	31%
	Não respondeu	5	5%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com os resultados da Tabela 17, é possível observar maiores percentuais das avaliações entre bom e muito bom. Nos conteúdos teóricos básicos obteve-se 55% muito bom e 40% bom. Nos conteúdos teóricos específicos apresentou-se 54% muito bom e 38% bom. Quanto ao contato com os professores do programa, dispôs de 59% muito bom e 35% bom. Nas atividades práticas realizadas pela propriedade, apresentou 48% muito bom e 44% bom. Em relação às atividades (palestras, congressos, etc.), deu-se em 50% bom e 37% muito bom. Quanto aos equipamentos disponibilizados pelo programa, dispôs 47% bom e 21% muito bom. E quanto à infraestrutura disponibilizada pelo programa, avaliaram em 42% bom e 31% muito bom.

Quanto à qualidade do programa na perspectiva dos jovens participantes, obteve como resultado excelente (45%), muito boa (40%), boa (11%) como será apresentado na Tabela 18.

Tabela 18: Opinião dos jovens a respeito da qualidade de ensino do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo

Questão	Alternativas	Frequência	Percentual
Na sua opinião, qual a qualidade de ensino do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo?	Muito insuficiente	0	0%
	Insuficiente	1	1%
	Razoável	2	2%
	Boa	12	11%
	Muito boa	42	40%
	Excelente	47	45%
	Não respondeu	1	1%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Acerca de possíveis melhorias para o programa, foi solicitado que os jovens respondentes dessem sugestões. Eles, então, solicitaram mais vídeos explicativos, conhecer diferentes propriedades e novas culturas, aumento da carga horária em determinadas matérias (como na área de grãos e cadeia produtivas do leite e de suínos) e ter encontros e aulas presenciais. Justifica-se que, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19), que se trata de uma doença infecciosa e que se espalhou mundialmente, ocasionando diversos problemas de saúde e óbitos, foram necessárias algumas medidas a fim de evitar o contágio, e entre as prevenções citadas destaca-se o distanciamento de pelo menos um metro por pessoa e uso de máscara em público (OUR WORLD IN DATA, 2022). A partir desse distanciamento, novas práticas foram adotadas e uma delas foi a suspensão de aulas em ambientes físicos, passando a ser de forma EAD (Ensino a distância) (SANTANA, 2020). Dessa forma, o SESCOOP-RS, juntamente com as cooperativas, adotaram as medidas necessárias e os participantes do programa continuaram tendo suas aulas de forma online, não sendo possível realizar qualquer evento que demandasse ambientes físicos.

Além de sugestões, os participantes também elogiaram o programa na questão apresentada, como um ótimo programa, que proporciona novas aprendizagens e experiências, dispõem de boas disciplinas que são utilizadas no dia a dia da propriedade, possui bons professores, apresenta excelente desempenho, dinâmica e qualidade e ainda ressaltam que o programa deve “continuar influenciando os jovens a permanecerem como sucessores de sucesso”. Visto que o programa tem contribuído significativamente no processo sucessório, foi realizado uma análise fatorial das contribuições do programa nesse processo, sendo apresentado na próxima seção.

4.4 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE JOVENS ATRAVÉS DA ANÁLISE FATORIAL E DE *CLUSTERS* QUANTO ÀS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA PARA A SUCESSÃO GERACIONAL

Esta seção apresenta uma análise fatorial exploratória com o intuito de identificar as contribuições que o programa dispõe para a sucessão geracional aos jovens participantes, em uma perspectiva comparada. Os dados do KMO, apresentaram um valor de 0,665, e o teste de esfericidade de Bartlett apresentou um nível significância de 0,000 o que indica a adequabilidade da amostra para a realização da análise fatorial exploratória. Os fatores gerados foram rotacionados pelo Método Varimax.

Para a definição do número de fatores, foi observada a análise da variância total explicada, ao qual representou 74,13% neste estudo. Segundo Malhotra (2011), a variância acumulada necessita obter o valor mínimo de 60% e autovalores superior a 1.

As variáveis que melhor apresentam as contribuições do programa na sucessão geracional na percepção dos jovens participantes estão apresentadas na Tabela 19, a qual demonstra os três fatores obtidos na análise fatorial. O primeiro fator denominado como infraestrutura e conhecimento, se constituiu com base no agrupamento de variáveis que obtém uma relação com a infraestrutura e equipamentos disponibilizados pelo programa na realização das atividades propostas em sala de aula, bem como as atividades que a cooperativa disponibiliza aos associados e participantes do programa como palestras, congressos, dias de campo e entre outros. De acordo com os estudos de Vedana et al. (2020), considera-se que os projetos dos filhos no processo sucessório é um dos fatores significativos e discutidos nas ações realizadas pelos comitês educativos da cooperativa, visto que as palestras, trabalhos técnicos e entre outras atividades realizadas, não focam exclusivamente no cooperado, mas também em uma maior aproximação da família quanto à gestão das unidades produtivas em que estão inseridos.

Tabela 19: Matriz de Componentes Rotacionados

		1	2	3	(h) ²
Infraestrutura e conhecimento	A infraestrutura disponibilizada pelo programa	,863			0,753
	Os equipamentos disponibilizados pelo programa	,840			0,724
	As atividades como palestras, congressos (...)	,723			0,659
Estímulo à sucessão	Sente-se mais próximo de se tornar sucessor da propriedade rural		,908		0,844
	Sente-se mais preparado para assumir a propriedade rural dos pais		,900		0,829
Impactos do programa	Antes de participar do programa não visualizava a possibilidade de permanecer no meio rural como sucessor			,854	0,753
	Possibilitou maior convívio social			,692	0,627

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Método de extração: Análise do Componente principal. Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser^a. a. Rotação convergida em 4 iterações.

O segundo fator, denominado estímulo à sucessão, está relacionado com a proximidade em tornar-se sucessor e a preparação do jovem para assumir a propriedade dos pais. Conforme estudos de Spanevello (2008), os estímulos para que os jovens se tornem agricultores, é necessário que se tenha condições favoráveis para sua permanência, de forma que visualizem que o campo pode ser rentável. Além disso, Savian (2011) ressalta que a flexibilidade de inserção no trabalho, na gestão da propriedade e a condição de autonomia em determinadas ocupações diárias, contribui consideravelmente na decisão de permanência dos jovens.

O terceiro fator, denominado de impactos do programa, relaciona-se com a visibilidade em permanecer como sucessor antes do programa e a possibilidade de maior convívio social. Godoy et al. (2010), ressaltam que uma das formas de incentivar a continuidade do jovem no meio rural, é através de ações que direcionem para uma melhor qualidade de vida e valorização deste extrato social. Neste contexto, o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo, exerce uma atribuição significativa em relação aos incentivos à sucessão. Permitindo através do conhecimento maior visibilidade para o jovem na questão de gestão e trabalho, possibilitando a inserção nas atividades e maior convívio social por meio de atividades conjuntas com os pais e cooperativas promotoras do programa (SESCOOP, 2022). Marinho et al. (2018), destacam que a presença da educação direcionada para o campo, permite que os jovens visualizem o

espaço em que estão inseridos como um local produtivo, o que lhe garante melhor qualidade de vida.

4.4.1 Caracterização dos jovens e das propriedades rurais

Para realizar a análise de *Clusters* foram utilizadas as variáveis da análise fatorial. Por conseguinte, obteve-se três grupos caracterizados a partir de variáveis que representam a percepção dos jovens quanto as contribuições do programa para a sucessão geracional. O primeiro grupo obtido é composto de 39. O segundo grupo é configurado por 42 jovens e o terceiro grupo é composto 24 jovens.

Em relação à sucessão geracional, 78% dos jovens pretendem suceder e 20% não pretendem suceder (como apresentado na tabela 14), e visto que um dos objetivos do estudo é analisar o programa quanto à sua atuação na sucessão geracional, considerou-se os grupos obtidos a partir da análise de *clusters* a fim de identificar as possíveis contribuições. O primeiro grupo dispõe de 64,1% dos jovens que pretendem suceder e 33,3% não pretendem. O segundo grupo 78,6% dos jovens pretendem suceder e 19% não pretendem. E no terceiro e último grupo, 100% dos jovens pretendem suceder. A partir disso, podemos observar as caracterizações dos jovens e propriedade de cada grupo nas tabelas 20, 21 e 22.

Tabela 20: Caracterização dos jovens e propriedades - Grupo 1

Características dos jovens	<p>Os jovens deste grupo são predominantemente do sexo feminino (61,5%), sendo 38,5% do sexo masculino.</p> <p>Com faixa etária de maior percentual de 15 anos e 17 anos (25,6%) dos jovens.</p> <p>O nível de escolaridade predominantemente é ensino médio incompleto com 74,4% dos entrevistados.</p> <p>Quanto ao estado civil, 94,9% são solteiros.</p> <p>Referente à moradia dos jovens, 89,7% residem na propriedade com os pais.</p>
Características das propriedades	<p>As atividades desempenhadas na propriedade são predominantemente grãos (35,95%), bovinocultura de leite (30,8%) e bovinocultura de corte (17,9%).</p> <p>Referentes às atividades desempenhadas na propriedade, como a principal fonte de renda destacam-se grãos com 48,7%, bovinocultura de leite (30,8%).</p> <p>A comercialização é realizada predominantemente através da cooperativa com 76,9%.</p> <p>Dispondo da entrega na cooperativa de 28,2% como 100% total da produção.</p> <p>Onde 53,8% obtém contratação de mão de obra na propriedade.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Tabela 21: Caracterização dos jovens e propriedades - Grupo 2

Características dos jovens	<p>Os jovens deste grupo são predominantemente do sexo masculino (54,8%), sendo 45,2% do sexo feminino.</p> <p>Com faixa etária de maior percentual de 17 anos (26,2%) dos jovens.</p> <p>O nível de escolaridade predominantemente é ensino médio incompleto com 61,9% dos entrevistados.</p> <p>Quanto ao estado civil, 100% são solteiros.</p> <p>Referente à moradia dos jovens, 90,5% residem na propriedade com os pais.</p>
Características das propriedades	<p>As atividades desempenhadas na propriedade são predominantemente grãos (54,8%), bovinocultura de leite (14,3%) e suinocultura (11,9%).</p> <p>Referentes às atividades desempenhadas na propriedade, a principal fonte de renda destaca-se grãos com 59,5% e bovinocultura de leite (31%).</p> <p>A comercialização é realizada predominantemente através da cooperativa com 76,2%.</p> <p>Dispondo da entrega na cooperativa de 38,1% como 100% total da produção.</p> <p>Onde 61,9% obtém contratação de mão de obra na propriedade.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Tabela 22: Caracterização dos jovens e propriedades - Grupo 3

Características dos jovens	<p>Os jovens deste grupo são predominantemente do sexo masculino (54,2%), sendo 45,8% do sexo feminino.</p> <p>Com faixa etária de maior percentual de 15 anos e 17 anos (20,8%) dos jovens.</p> <p>O nível de escolaridade predominantemente é ensino médio incompleto com 66,7% dos entrevistados.</p> <p>Quanto ao estado civil, 95,8% são solteiros.</p> <p>Referente à moradia dos jovens, 95,8% residem na propriedade com os pais.</p>
Características das propriedades	<p>As atividades desempenhadas na propriedade são predominantemente grãos (50%), bovinocultura de leite (25%) e bovinocultura de corte (12,5%).</p> <p>Referentes as atividades desempenhadas na propriedade, a principal fonte de renda destaca-se grãos com 54,2% e bovinocultura de leite (37,5%).</p> <p>A comercialização é realizada predominantemente através da cooperativa com 75%.</p> <p>Dispondo da entrega na cooperativa de 37,5% como 100% total da produção.</p> <p>Onde 75% obtém contratação de mão de obra na propriedade</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Referentes ao sexo dos grupos, predomina-se o sexo feminino no grupo um (61,5%) seguido do grupo dois e três do sexo masculino (54,8% e 54,2%). Quanto à faixa etária, predomina jovens de 17 anos, sendo semelhantes as idades nos três grupos. Os níveis de escolaridade também são semelhantes, predominando o ensino médio incompleto.

Quanto às características das propriedades, destaca-se que, nos três grupos, o maior percentual é a produção de grãos e bovinocultura de leite, seguido também da principal atividade que é fonte de renda das propriedades. Essa produção comercializada, com maior percentual também se destaca nos três grupos em 100% de entrega para as cooperativas em que estão associados os jovens ou os pais. De acordo com os estudos de Spanevello, et al. (2022), a atividade leiteira partilha da significância com outras atividades (na maioria das vezes, a atividade de grãos), não sendo predominantemente a atividade principal da propriedade.

No grupo um, composto por maior percentual do sexo feminino, destaca-se a presença da bovinocultura de leite em maior percentual em relação aos demais grupos. Kasi (2010) ressalta importante atribuição feminina nas ocupações referentes ao setor agropecuário, onde se envolvem com o trato dos animais, retirada de leite, a comercialização da produção, e entre outros manuseios, representando uma grande dimensão de esforços neste ramo.

Em relação às atividades relacionadas com a propriedade, nas sentenças propostas na Tabela 23, observa-se que na primeira sentença “remuneração em dinheiro pelas participações no trabalho familiar”, os grupos dois e três obtêm maior percentual em recebimento, e também são os grupos que tem maior propensão à sucessão. Diferentemente, os jovens do grupo 1 que dispõem menor propensão de sucessão, a maior parte dos jovens não recebem remuneração em dinheiro pelas atividades. Os autores Anjos, Caldas e Costa (2006), apontam que a falta de remuneração ou gratificações pelo exercício do jovem na propriedade é um dos fatores que contribuem para a saída do campo.

Nas sentenças “Existência de bloco de produtor rural em nome do jovem” ou no “bloco de produtor dos pais” todos os grupos apresentam maiores porcentagens em não constar o nome (destaque para o grupo 1) em seu próprio bloco ou dos pais. Quanto às terras, os grupos de maior percentual apontam para “não possuir área de terra no nome”. Os três grupos possuem alto percentual de conta corrente no nome. E em relação a desenvolver atividades, o grupo três destaca-se maior percentual com 50% dos jovens que possuem autonomia na propriedade.

Tabela 23: Participação do jovem nas atividades da propriedade rural

Questões	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
Recebo remuneração em dinheiro por minha participação no trabalho familiar agrícola	Sim	38,5%	50,0%	54,2%
	Não	61,5%	47,6%	45,8%
Possuo bloco de produtor rural em meu nome	Sim	10,3%	31,0%	41,7%
	Não	89,7%	69,0%	58,3%
Meu nome consta no bloco do produtor rural de meu pai (ou mãe)	Sim	15,4%	19,0%	37,5%
	Não	84,6%	76,2%	58,3%
Tenho área de terra em meu nome	Sim	7,7%	9,5%	12,50%
	Não	89,7%	90,5%	87,5%
Tenho conta corrente em meu nome	Sim	69,2%	88,1%	79,2%
	Não	30,8%	11,9%	16,7%
Tenho financiamento em meu nome	Sim	7,7%	11,9%	29,2%
	Não	92,3%	88,1%	70,8%
Desenvolvo atividade produtiva autônoma na propriedade	Sim	28,2%	26,2%	50,0%
	Não	66,7%	69,0%	50,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O grupo que possui maior percentual nas atividades relacionadas com a propriedade é o grupo em que todos os jovens pretendem suceder (Grupo 3), onde destaca-se maior percentual na remuneração das atividades e autonomia na propriedade. Além disso, observa-se que os jovens com menor propensão de suceder (Grupo 1), dispõe de altos percentuais nas alternativas quanto a não participação das atividades questionadas. Segundo Duarte (2019), estas atividades como posse de terra, gestão, bloco de produtores e investimentos estão ligadas de acordo com o grau de autonomia que os jovens possuem na propriedade.

4.4.2 Em relação ao programa Aprendiz Cooperativo do Campo

Relacionados com as informações sobre o programa, demonstrado na Tabela 24, o grupo um e dois ficaram sabendo do programa através dos pais e técnicos e outros, e o grupo três ficou sabendo através dos pais e outros. Referentes a esses “outros”, os jovens afirmam que as escolas informaram os alunos sobre o curso, sendo uma provedora de informações entre os jovens e cooperativa. Sendo através dos pais o maior percentual dos três grupos quanto às informações de participação do programa, ressalta-se a importância do envolvimento entre os pais e jovens nas informações sobre as cooperativas, destacando que, neste estudo, os pais dispõem de maior contato e associação com as cooperativas do que os jovens. A conduta dos pais nesses contextos também é determinante para que os possíveis sucessores despertem ou não a vontade pela

unidade produtiva e disponha do preparo para exercer seu trabalho como agricultor(a) (PANNO, 2016).

Tabela 24: Participação dos jovens no programa

Questões	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
Como ficou sabendo do programa?	Encontro de jovens da cooperativa	0,0%	7,1%	8,3%
	Através dos pais	28,2%	26,2%	33,3%
	Através dos técnicos	25,6%	19,0%	4,2%
	Redes sociais da cooperativa	15,4%	16,7%	8,3%
	Programa de rádio	2,6%	9,5%	12,5%
	Site da cooperativa	0,0%	2,4%	0,0%
	Outro	23,1%	19,0%	33,3%
	Não respondeu	5,1%	0,0%	0,0%
Por que escolheu o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo?	Por influência dos pais	15,4%	21,4%	16,7%
	Escolha do próprio jovem	66,7%	66,7%	79,2%
	Por influência da cooperativa	7,7%	4,8%	4,2%
	Por influência de amigos/colegas	5,1%	2,4%	0,0%
	Por influência de técnicos	5,1%	4,8%	0,0%
	Outro	0,0%	0,0%	0,0%
O fato de o curso ser oferecido em alternância (parte teórica em sala de aula e parte prática em casa)	Favoreceu sua escolha	66,7%	81,0%	79,2%
	Dificultou sua escolha	0,0%	0,0%	0,0%
	Não interferiu na escolha	33,3%	19,0%	20,8%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quanto às escolhas do jovem em realizar o programa, o grupo três destaca-se em 79,2% de escolha própria, e o grupo dois e três em 66,7%. E outro fator de escolha foi por influência dos pais, obtendo uma pequena porcentagem de diferença entre os grupos. Observando os percentuais, o grupo três, que aponta que todos os jovens desejam permanecer na propriedade como sucessores, tem maior disposição de escolha própria. Redin et al. (2013) destaca que as demandas e expectativas dos jovens são de modo que, através das políticas públicas, constituem perspectivas quanto à capacidade na tomada de decisão, instigando o desenvolvimento em suas propriedades.

O curso oferecido em alternância (teorias e práticas), o grupo dois e três que detém de maior propensão de sucessão, dispõem de maior percentual no favorecimento da escolha. A presença dessa alternância faz com que o jovem não perca o vínculo com as atividades da

propriedade e o contato com a família (SESCOOP, 2022). Visto que o crescimento populacional que ocorreu nas décadas passadas e a insuficiência de aquisição de mão de obra disponível pelos trabalhos urbanos, era preciso que este êxodo das áreas rurais fosse considerado pelas classes controladoras como uma constante ameaça. Dessa forma, para frear a migração para os espaços urbanos, era necessário mecanismos para estabilizar o homem no campo, sendo um desses, a Educação (SILVA, 1991). Assim, no programa Aprendiz Cooperativo do Campo, o jovem que deseja permanecer no meio rural busca, através da educação que dispõe da metodologia de alternância por meio desses programas, obter os ensinamentos teóricos em sala de aula e aplicá-los em sua propriedade, tornando-se aptos a desenvolver as atividades e preparando-se para a sucessão.

4.4.3 Em relação ao desempenho do programa Aprendiz Cooperativo do Campo

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) integra o Sistema Cooperativista Nacional e é regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 06 de abril de 1999. Um de seus objetivos é incentivar a formação profissional, promoção social e monitoramento. Como um dos fundamentos legais do Serviço destaca-se a formação profissional através de programas de aperfeiçoamento por meio do cooperativismo.

Com o intuito de incentivar a permanência do jovem no campo, possibilitar um incremento social nas cooperativas agropecuárias, permitir o empreendedorismo cooperativo, oportunizar uma sucessão familiar qualificada e aperfeiçoar a gestão de pequenas e médias propriedades, o SESCOOP instituiu o programa Aprendiz Cooperativo do Campo. Através de suas ações, visa a proporcionar ao jovem este estímulo através da educação teórica e prática (SESCOOP, 2022). Na Tabela 25, observam-se as mudanças sucedidas após o ingresso do programa, por meio dos três grupos obtidos nas análises, o que também pode observar-se as sentenças dispõem de percentuais altos de concordância.

Tabela 25: Sentenças sobre possíveis mudanças ocasionadas após participação no programa
(Continua)

Questões	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
Proporcionou maior inserção nas atividades da propriedade	Discordo totalmente	0,0%	0,0%	0,0%
	Discordo	2,6%	2,4%	0,0%
	Indiferente	15,4%	16,7%	8,3%
	Concordo	64,1%	64,3%	37,5%
	Concordo totalmente	17,9%	16,7%	50,0%
	Não respondeu	0,0%	0,0%	4,2%
Aumentou sua autonomia dentro da propriedade	Discordo totalmente	0,0%	0%	0,0%
	Discordo	5,1%	2,4%	0,0%
	Indiferente	25,6%	26,2%	16,7%
	Concordo	59,0%	64,3%	45,8%
	Concordo totalmente	7,7%	7,1%	33,3%
	Não respondeu	2,6%	0%	4,2%
Aumentou o diálogo com seus pais	Discordo totalmente	0,0%	0%	0,0%
	Discordo	7,7%	2,4%	0,0%
	Indiferente	15,4%	19,0%	8,3%
	Concordo	59,0%	69,0%	41,7%
	Concordo totalmente	17,9%	9,5%	45,8%
	Não respondeu	0,0%	0,0%	4,2%
Sente-se mais preparado para assumir a propriedade rural dos seus pais	Discordo totalmente	0,0%	0,0%	0,0%
	Discordo	7,7%	7,1%	0,0%
	Indiferente	10,3%	16,7%	4,2%
	Concordo	74,4%	69,0%	58,3%
	Concordo totalmente	7,7%	7,1%	37,5%
	Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%
Sente-se mais próximo da cooperativa	Discordo totalmente	0,0%	0,0%	0,0%
	Discordo	2,6%	0,0%	0,0%
	Indiferente	7,7%	16,7%	4,2%
	Concordo	74,4%	83,3%	54,2%
	Concordo totalmente	15,4%	0,0%	41,7%
	Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%
Sente-se mais próximo de tornar-se sucessor da propriedade rural	Discordo totalmente	0,0%	0,0%	0,0%
	Discordo	5,1%	2,4%	0,0%
	Indiferente	20,5%	26,2%	4,2%
	Concordo	61,5%	64,3%	50,0%
	Concordo totalmente	12,8%	7,1%	45,8%
	Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%
Possibilitou maior convívio social	Discordo totalmente	0,0%	0,0%	0,0%
	Discordo	0,0%	7,1%	4,2%
	Indiferente	15,4%	21,4%	4,2%

(Conclusão)

Questões	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
	Concordo	59,0%	66,7%	41,7%
	Concordo totalmente	25,6%	4,8%	50,0%
	Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%
Antes de participar do programa não visualizava a possibilidade de permanecer no meio rural como sucessor(a)	Discordo totalmente	0,0%	19,0%	8,3%
	Discordo	0,0%	35,7%	41,7%
	Indiferente	7,7%	38,1%	25,0%
	Concordo	69,2%	7,1%	25,0%
	Concordo totalmente	23,1%	0,0%	0,0%
	Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quanto às sentenças apresentadas na tabela acima, nos três grupos o programa proporcionou uma maior inserção nas atividades da propriedade, onde a maior concordância dispõe do grupo três. É notório o quanto o programa possibilitou maior visibilidade das atividades, principalmente no que se refere ao grupo que dispõem de todos os jovens com pretensão de suceder.

Em relação ao aumento da autonomia, o grupo três destaca-se com maior concordância. Visto que o grupo um, com menor propensão de sucessão, reflete um percentual mais baixo de concordância com os demais grupos, podendo observar também nas sentenças das atividades em que os jovens participam, este grupo também dispõe de baixo percentual. De acordo com Panno (2016), os pais possuem maior dificuldade de compreensão com os filhos quanto à aptidão de participação direta e intensa nas ocupações da propriedade, visto estes jovens expectam adquirir tais responsabilidades e dessa forma acaba comprometendo as decisões futuras destes. A ausência de acessibilidade em relação aos negócios e rendimentos causa desinteresse aos jovens, ocasionando a procura dessas autonomias em outros lugares.

No diálogo com os pais, os três grupos detêm percentuais elevados de concordância. A partilha de ideias entre os familiares tem sido fundamental na decisão de permanência dos jovens no campo. Ainda, os jovens destacam que, através da participação do programa passaram a compreender melhor as atividades desenvolvidas na propriedade e possibilitou, através desses conhecimentos, maior diálogo com os pais, trazendo ideias e as aprendizagens e, ainda, o entendimento de determinados assuntos permitiu maior segurança na troca de opiniões. Para os autores Dalapossa e Santos (2021), as discussões em torno do processo sucessório e o futuro

dos negócios familiares apresentam-se em um melhor preparo e estimula a busca pela qualificação para gerenciar a propriedade e como melhor lidar com os obstáculos.

O preparo do jovem em relação ao programa, obteve-se grande percentual de concordâncias entre os grupos. Assim, o ensino que o programa disponibiliza por meio das matérias básicas e específicas que o jovem aprende e aplica na sua propriedade no dia a dia, tem sido fundamental para o preparo no trabalho e na gestão da propriedade. De acordo com Panno e Machado (2014), as interferências internas e externas são significativas para a permanência e com alternativas favoráveis tanto pela família quanto pelos programas, são fundamentais. Ainda os autores destacam que os centros de ensino necessitam preparar e expressar aos jovens o quão a vida no campo pode ser de qualidade e que, com o auxílio das políticas públicas, organizações e sindicatos, ele pode realizar seus projetos. Essas movimentações são demonstrativas aos jovens para que se sintam capazes de tornarem-se sucessores(as) e empreendedores(as) de sucesso.

A proximidade com a cooperativa apresentou bons percentuais de concordância nos três grupos. A participação dos associados(as) – ou filhos(as) de associados(as) – é um princípio significativo para o desenvolvimento ativo das cooperativas. E uma das práticas capazes de conduzir uma maior participação dos associados é a promoção de práticas educativas cooperativistas, assim, ganha-se o entendimento dos cooperados os primórdios da cooperativa. Como resultado, passará a existir empenho por parte dos associados em envolverem-se efetivamente nas ações dispostas (SILVA, et al. 2007).

De acordo com os respondentes, muitos jovens não obtinham contatos maiores e alguns, não obtinham contato algum, sendo através do programa que vislumbraram a importância de sua presença na cooperativa, passando a frequentar juntamente com os pais ou para alguma tarefa que possam realizar sem a presença dos responsáveis. Além disso, os jovens compreenderam que, por meio de informações que a cooperativa dispõe, além de serviços, produtos e ações, podem contar com ela para realizarem seus projetos com segurança. Silva et al. (2017) destaca que o contato e as informações para o quadro social são consideráveis para a atuação da organização, dado que possibilitam a autonomia dos associados, permitindo-lhes identificar com mais apreço a cooperativa que estão agregados, visto que diversos indivíduos antes da associação não têm sabedoria em relação aos negócios cooperativos.

Quanto aos jovens sentirem-se mais próximos de tornar-se sucessor da propriedade rural, o grupo três, com maior propensão de sucessão, se destaca em maiores percentuais em relação aos demais grupos, visto que o grupo um e dois dispõem de concordância e indiferença.

A participação nas informações sobre a unidade familiar ou de que forma ocorrerá as tomadas de decisões influenciam no processo sucessório, dado que esses conhecimentos sobre gestão ou quando os pais optam por uma maior relação com os possíveis sucessores, consideravelmente ocorre um aumento no êxito desse processo sucessório (DALAPOSSA; SANTOS, 2021).

Em relação à possibilidade de maior convívio social, todos os grupos apresentam maior percentual de concordância. Segundo as autoras Rolim e Moreira (2021), o processo da socialização ocorre no interior das relações entre indivíduos e é fundamental para o amadurecimento do ser, uma vez que as demandas são realizadas e a culturas formadas. No que diz respeito às décadas passadas, identifica-se mudanças significativas no processo de socialização, dado que a formação dos convívios sociais sofreu intervenções resultantes dos meios de comunicação, tecnologias, agilidade nas informações e dos novos comportamentos familiares. Assim, a questão do convívio social é uma das estratégias de fortalecimento e permanência no campo.

Visto que, antes de participar do programa, não visualizava a possibilidade de permanecer no meio rural como sucessor(a), o grupo um dispõe de maior porcentagem de concordância e concordância total. Sendo o grupo com menor propensão a ser sucessor, é possível observar que o programa permitiu que visualizassem a permanência como uma alternativa após a participação, visto que através dos conhecimentos ofertados durante as aulas, os jovens aplicam o que aprendem e passam a conhecer a propriedade. Ainda que este grupo apresenta baixas porcentagens nas demais atividades em comparação com os outros grupos, o programa está sendo significativo para o jovem na decisão de sucessão. Sabourin (2019) ressalta que a identificação com o ambiente permite maior geração de vínculos sociais e compõem-se como uma alternativa para assegurar sua existência.

Em relação aos grupos dois e três, os maiores percentuais foram nas alternativas de indiferença e de discordância sobre a sentença, dado que alguns jovens já tinham a intenção de sucessão antes da participação do programa e este contribuiu para prepará-los no processo sucessório e no trabalho de gestão da propriedade. A permanência dos jovens no âmbito rural está ligada por diversos aspectos, tais como, reconhecimento pelo trabalho, ganho de autonomia e atribuições na gestão e no desenvolvimento das atividades, oportunidades de decisões, remuneração e valorização por parte da família (DEGGERONE; LAROQUE; BARDEM, 2014). Esses grupos apresentam maiores percentuais de inserção nas atividades e possuem maior pretensão de suceder.

Observado na tabela 26, os jovens que dispõem de maior contato com a unidade produtiva, pais, cooperativas e demais atividades desempenhadas são os que apresentam maior disposição de sucessão (grupo três). Podendo observar que o programa auxilia e transmite o conhecimento para os jovens, mas também é preciso que os pais disponham de maior abertura com os filhos para que se tornem possíveis sucessores e para que se sintam capazes e compreendidos buscando cada vez mais pela inserção das atividades na propriedade. Dado que, segundo Matte et al., (2019), o reconhecimento familiar é significativo para a juventude que procura por qualificação e escolhe permanecer desenvolvendo as atividades da unidade produtiva, sendo o incentivo dos pais um mecanismo para estimular a continuidade como sucessores(as).

4.4.4 Em relação à aplicabilidade do programa Aprendiz Cooperativo do Campo

Quanto às aplicabilidades do programa na propriedade, as experiências e conhecimentos para o grupo três, com total garantia de sucessão, foi de maior percentual, seguido do grupo um e grupo dois (demonstrado na Tabela 26). Sendo possível observar que o grupo um que possui menor pretensão de sucessores, as experiências e conhecimentos para estes jovens foram consideráveis, uma vez que estes passaram a enxergarem-se como potenciais sucessores após a participação do programa.

Tabela 26: Experiências e conhecimentos adquiridos no programa

Questão	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
As experiências e os conhecimentos que adquiriu no programa até o momento são suficientes para atender suas necessidades no seu dia a dia em sua propriedade?	Sim	76,90%	61,90%	91,70%
	Não	20,50%	35,70%	8,30%
		2,60%	2,40%	0%
	Não respondeu			

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observando as justificativas dos jovens, é possível perceber que passaram a compreender as necessidades da propriedade através das aprendizagens propostas e mesmo que ainda não disponham de muita autonomia, os conhecimentos contribuíram para inserirem-se nas atividades da propriedade, sanando as dúvidas e permitindo um passo inicial para a sucessão e a construção dessa autonomia.

Em relação ao que se aprende no programa e tem como prática na propriedade, os grupos apresentam altos percentuais (de acordo com a Tabela 27). De forma que o programa detém de matérias básicas e específicas, os jovens ressaltam principalmente a questão de gestão e novas formas de trabalho, como construção de planilhas, visibilidade de investimentos, o manejo nas atividades e o trabalho conjunto com os pais.

Tabela 27: Práticas, na propriedade, do que aprende/aprendeu no programa

Questão	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
O que você aprende/aprendeu no programa, tem praticado em sua propriedade?	Sim	76,90%	88,10%	87,50%
	Não	20,50%	9,50%	12,50%
	Não respondeu	2,60%	2,40%	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com o estudo de Breitenbach, Agnol e Troian (2020), o processo sucessório exige flexibilidade e paciência, em virtude de que é necessário a compreensão de que não é fácil para os pais deixarem as atividades desenvolvidas na propriedade, sendo preciso atenção e calma no que se refere às tomadas de decisões e trabalho. Ainda, o sucessor necessita ter conhecimento e responsabilidade nas atividades que irá desempenhar, em razão de que se torna mais acessível a demonstração de resultados e o ganho de confiança.

Quanto às mudanças realizadas na propriedade (demonstradas na Tabela 28), os grupos também apresentam concordância, sendo estas ligadas com as práticas na propriedade quanto à inserção de novos modos de gerenciamento, melhorias nas infraestruturas, manejos dos animais e solo, justificando a aplicação dessas mudanças conforme o que aprenderam no programa. E referente às porcentagens próximas da não realização de mudanças, mesmo que tenham o conhecimento, estas não ocorreram pela falta de oportunidade, que não há espaço na propriedade para as mudanças que gostariam de realizar, pela falta de autonomia e ainda pela falta de renda para investir. Molena et al. (2019) ressaltam que frequentemente os pais são mais rígidos em relação às mudanças e é preciso que os jovens também compreendam que a autonomia da propriedade se dará progressivamente e não de imediato.

Tabela 28: Mudanças realizadas na propriedade após participação do programa

Questão	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
Você realizou alguma mudança na propriedade após participar do programa?	Sim	61,5%	57,1%	66,7%
	Não	35,9%	42,9%	33,0%
	Não respondeu	2,6%	0,0%	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O conhecimento é fundamental para todas as atividades, principalmente no que diz respeito à gestão da propriedade. Assim, estima-se que quanto maior for o conhecimento do sucessor em relação às atividades que desenvolvem na propriedade, maior será a expectativa deste em permanecer no campo, em razão de que, através desse conhecimento, o jovem encontra possibilidades que forneçam garantia para manter-se e prosseguir com as atividades. Da mesma forma, o diálogo familiar é fundamental no decorrer desse desenvolvimento, considerando que as formas que resultam as decisões são expressivas para a continuidade (DALAPOSSA; SANTOS, 2021).

4.4.5 Em relação aos projetos futuros dos jovens participantes do programa Aprendiz Cooperativo do Campo

Quanto aos projetos profissionais futuros dos jovens participantes do programa, o grupo um mostrou 64,1% dos jovens com pretensão de suceder, seguido do grupo dois que apresentou 78,6% dos jovens com pretensão de sucessão e o grupo três que demonstrou maior garantia na sucessão, sendo 100% dos jovens. Aqui, os jovens ressaltam o quanto se sentem preparados para assumir a sucessão, conforme demonstrado na Tabela 29.

Tabela 29: Sentem-se preparados para assumir a sucessão da propriedade dos pais

Questão	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
Em caso afirmativo, você se sente preparado para assumir a sucessão da propriedade de seus pais?	Sim	43,6%	61,9%	66,7%
	Não	35,9%	28,6%	33,3%
	Não respondeu	20,5%	9,5%	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os três grupos apresentam maiores percentuais afirmativos em sentirem-se preparados para assumir a sucessão da propriedade dos pais. Visto que o grupo que tem maior garantia de sucessão (grupo 3), apresenta maior percentual em relação aos demais grupos, dado que este grupo também dispõe de altos percentuais quanto às demais sentenças apresentadas no decorrer dos estudos. Hubner (2016) ressalta que os filhos que possuem maior preparação para assumir as atividades das unidades produtivas são os jovens que possuem convívio diário e realizam as atividades da propriedade, dado que este domínio nas ocupações faz com que os sucessores adquiram confiança em si, dispondo também da confiança dos pais para permanecer.

Em relação aos percentuais onde os jovens não se sentem preparados para assumir a sucessão, o grupo um, com menor pretensão de sucessores, destaca-se em maior percentual, visto que este grupo obtém baixos percentuais em relação aos demais grupos nas inserções das atividades da propriedade. Os jovens que não se sentem preparados para assumir a sucessão justificam em maior percentual a falta de conhecimento, visto que têm de pouca idade, não possuem experiências o suficiente, e um dos respondentes destaca que a falta de oportunidade em trabalhar juntamente com o pai causa insegurança. Fischer e Burton (2014) apontam a relevância da interação prolongada e da socialização com os prováveis sucessores a partir da infância com os pais e a unidade produtiva, visto que o processo sucessório é desenvolvido a longo prazo e a preparação ocorre através da inclusão nas atividades da propriedade.

Em relação à contribuição do programa na preparação dos jovens como sucessores na propriedade, os três grupos possuem altos percentuais de afirmação, de acordo com a Tabela 30.

Tabela 30: Contribuição do programa na preparação como sucessores(as)

Questão	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
O Programa Aprendiz Cooperativo do campo contribuiu na preparação em assumir a propriedade como sucessor(a)?	Sim	82,1%	76,2%	91,7%
	Não	5,1%	7,1%	4,2%
	Não respondeu	12,8%	16,7%	4,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com Lima et al. (2013), a educação e formações profissionais são fatores para a obtenção de conhecimento e superação de adversidades no âmbito rural, em virtude de que, através desse conhecimento, o jovem pode realizar melhores escolhas, principalmente em relação à produção, visualizando maiores adequações conforme a necessidade da propriedade.

Além disso, Guimarães, Mendonça e Alves (2009), ressaltam que a orientação e capacitação para a juventude rural os transformam em agentes de mudanças nas comunidades rurais.

Em relação ao desejo de desempenhar outras atividades agrícolas, os grupos um e três apresentam maior percentual em não realizar e o grupo dois apresenta o mesmo percentual nas sentenças afirmativas e negativas (conforme Tabela 31). Justificando a não realização de outras atividades, os jovens destacam que a propriedade já possui atividades em que a família consegue manter-se e também algumas adversidades como clima, falta de conhecimento suficiente, espaço, mão de obra, tempo e inviabilidades. Ellis (2000) destaca que são diversas as razões que determinam a diversificação nas propriedades, das quais relacionam-se a fatores socioeconômico e edafoclimáticos que se apresentam por meio das sazonalidades, ameaças, fragilidades, mudanças, mercados de trabalho, obtenção de créditos e entre outros.

Tabela 31: Desejo em desempenhar outras atividades agrícolas na propriedade

Questão	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
Você deseja desempenhar outras atividades agrícolas além das atividades realizadas hoje?	Sim	30,8%	35,7%	33,3%
	Não	48,7%	35,7%	54,2%
	Não sabe	10,3%	7,1%	8,3%
	Não respondeu	10,3%	21,4%	4,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ainda, Ellis (2000) evidencia em seus estudos que a diversificação pode contribuir significativamente com o desenvolvimento rural em diversos níveis, sendo possível salientar cinco: o primeiro nível está ligado à distribuição de renda (diversificando os rendimentos), o segundo é o aumento da produtividade (entrada de rendas não agrícolas), o terceiro está associado ao meio ambiente (redução na utilização intensiva do solo), o quarto refere-se a relações de gênero (podendo ocorrer alterações nos domínios, visto da distribuição de renda), e o quinto relaciona-se com a segurança acerca das oscilações e variações de mercado.

No que se refere aos jovens que desejam desempenhar outras atividades, os grupos dispõem de percentuais similares, dos quais destacam como construções e aumento de infraestruturas, criações de animais e produções de diferentes culturas. De acordo com Schneider (2010), a diversificação pode acontecer a partir de circunstâncias de necessidades ou instabilidades, e também por escolhas ou adequações. Essas estratégias são reconhecidas como um dos mecanismos que possibilitam a manutenção da propriedade (ANSOFF, 1958).

Destaca-se que, na juventude rural, encontram-se diversos modos de vida e de socialização, dado que cada jovem tem seus próprios sonhos, formas de viver e realidades diferentes, procurando por autonomia, pela permanência de vínculos ou que optam por destinos diferentes, apesar de compartilharem muitos contextos em comum (SOUZA, BONAMIGO, ROSSONI, 2018).

Considerando o estágio em que os jovens estão ingressos no programa (com 80% a 100% do curso concluído), destaca-se as perspectivas profissionais futuras, na Tabela 32. Na alternativa de continuar no meio rural como sucessor da propriedade, o grupo dois e três destacam-se em maiores percentuais, visto que estes dispõem de maior garantia na sucessão e participação nas atividades. Brumer (2004) ressalta que a continuidade dos jovens se relaciona com diversos fatores como estratégias e oportunidades de renda, qualificação, viabilidade socioeconômica, estima de vivência no campo e por gosto profissional. Além disso, Souza, Bonamigo e Rossoni (2018) enfatizam em seu estudo que é significativo que o desejo e a escolha para se tornar agricultor(a), fundamentam-se na disposição de permanecer e ponderar um desenvolvimento na unidade produtiva.

Tabela 32: Projetos profissionais futuros

Questão	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
Considerando o seu estágio atual no Programa Aprendiz Cooperativo do Campo e os seus projetos profissionais futuros, você pretende estabelecer-se	No meio rural, como sucessor da propriedade	25,6%	64,3%	62,5%
	No meio rural, mas trabalhando no meio urbano em empresas agropecuárias	28,2%	7,1%	33,3%
	No meio urbano, com emprego em empresas agropecuárias	20,5%	9,5%	4,2%
	Outro	15,4%	7,1%	0,0%
	Não respondeu	10,3%	11,9%	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na alternativa de continuar no meio rural, mas trabalhando no meio urbano em empresas agropecuárias, o grupo três e dois destacam-se com maiores percentuais. Visto que mesmo desejando continuar no meio rural, buscam por rendas fora da propriedade, mas ligadas com o âmbito rural. Levando em conta os fatores que incentivam a continuar na propriedade, como renda, autonomia, gestão e entre outras condições, as atribuições não agrícolas permitem intensificar a demanda dos jovens satisfatoriamente, visto que estas apresentam metodologias de renda e trabalho distintas das produções agrícolas, das quais estas alternativas de ocupações

no meio rural estão gradativamente mais existentes, onde se dá pela ocorrência de pequenas propriedades e assim não permite um empenho exclusivo nas ocupações agrícolas que a propriedade dispõe (DUARTE, 2019). Ainda, Schneider e Fialho (2000) destacam que esta renda é uma alternativa significativa para a permanência no campo, considerando as adversidades econômicas presentes em diversas propriedades.

Na alternativa de morar no meio urbano, mas com empregos em empresas agropecuárias, o grupo um apresenta maior percentual, visto que este grupo mostra menor pretensão de sucessão na propriedade. Além disso, é possível observar que este grupo também dispõe de baixa participação nas atividades na propriedade. Ramo, Agnes e Costa (2018) destacam, em seu estudo, que os jovens que demonstram baixo envolvimento na gestão da unidade produtiva e apenas auxiliam nas tarefas condicionam a saída do campo.

Seguido do grupo um com maior percentual na alternativa de outros projetos profissionais, justificam que desejam a saída da propriedade por trabalhos em áreas que não estão ligadas com o meio rural. De acordo com estudo de Spanevello et al. (2011), as razões e motivações que ocasionam a saída da juventude rural são diversas, podendo destacar a busca por melhor qualidade de vida, por não gostar da atividade agrícola e por desejar uma vida equilibrada como renda e carga horária fixa e mensal, diferentes estilos de vida e esforço físico reduzido.

4.4.6 Mapeamento das demandas dos jovens participantes em relação ao programa Aprendiz Cooperativo do Campo

Os participantes avaliaram quanto à importância das atividades do programa juntamente com a cooperativa, conforme Tabela 33.

Tabela 33: Avaliação da importância das atividades no programa juntamente com as cooperativas

(Continua)

Variáveis	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
Visitas nas unidades da cooperativa	1	5,1%	4,8%	4,2%
	2	0,0%	0,0%	4,2%
	3	0,0%	2,4%	0,0%
	4	0,0%	0,0%	0,0%
	5	2,6%	4,8%	0,0%

(Continuação)

Variáveis	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
	6	2,6%	9,5%	4,2%
	7	2,6%	11,9%	0,0%
	8	7,7%	14,3%	0,0%
	9	28,2%	19,0%	16,7%
	10	48,7%	26,2%	66,7%
	Não respondeu	2,6%	7,1%	4,2%
Visitas nas propriedades dos alunos	1	10,3%	9,5%	16,7%
	2	5,1%	0,0%	0,0%
	3	0,0%	4,8%	0,0%
	4	2,6%	0,0%	0,0%
	5	10,3%	9,5%	0,0%
	6	2,6%	4,8%	0,0%
	7	5,1%	4,8%	0,0%
	8	15,4%	7,1%	16,7%
	9	15,4%	19,0%	8,3%
	10	25,6%	21,4%	50,0%
Não respondeu	7,7%	19,0%	8,3%	
Visitas em outras propriedades rurais	1	10,3%	11,9%	16,7%
	2	0,0%	0,0%	0,0%
	3	2,6%	4,8%	4,2%
	4	0,0%	2,4%	0,0%
	5	5,1%	4,8%	0,0%
	6	7,7%	0,0%	0,0%
	7	2,6%	7,1%	0,0%
	8	15,4%	16,7%	8,3%
	9	25,6%	16,7%	12,5%
	10	23,1%	16,7%	45,8%
Não respondeu	7,7%	19,0%	12,5%	
Conversas com dirigentes da cooperativa	1	5,1%	2,4%	0,0%
	2	0,0%	0,0%	0,0%
	3	0,0%	0,0%	4,2%
	4	0,0%	2,4%	0,0%
	5	0,0%	7,1%	0,0%
	6	5,1%	9,5%	4,2%
	7	10,3%	11,9%	0,0%
	8	10,3%	14,3%	8,3%
	9	28,2%	19,0%	25,0%
	10	38,5%	23,8%	58,3%
Não respondeu	2,6%	9,5%	0,0%	

(Continuação)

Variáveis	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
Atividades com os pais	1	0,0%	0,0%	0,0%
	2	0,0%	0,0%	4,2%
	3	0,0%	0,0%	0,0%
	4	0,0%	2,4%	0,0%
	5	5,1%	7,1%	0,0%
	6	12,8%	2,4%	0,0%
	7	2,6%	4,8%	0,0%
	8	10,3%	19,0%	8,3%
	9	20,5%	16,7%	8,3%
	10	48,7%	45,2%	79,2%
	Não respondeu	0,0%	2,4%	0,0%
Técnicos da cooperativa auxiliando nas tarefas prática	1	5,1%	11,9%	4,2%
	2	0,0%	0,0%	4,2%
	3	0,0%	0,0%	0,0%
	4	2,6%	2,4%	0,0%
	5	5,1%	2,4%	4,2%
	6	7,7%	14,3%	0,0%
	7	12,8%	9,5%	0,0%
	8	2,6%	9,5%	8,3%
	9	7,7%	23,8%	8,3%
	10	53,8%	23,8%	70,8%
	Não respondeu	2,6%	2,4%	0,0%
Auxílio dos professores nas atividades práticas na propriedade	1	0,0%	0,0%	4,2%
	2	0,0%	0,0%	4,2%
	3	2,6%	0,0%	0,0%
	4	2,6%	0,0%	0,0%
	5	0,0%	7,1%	0,0%
	6	7,7%	4,8%	0,0%
	7	5,1%	7,1%	4,2%
	8	7,7%	14,3%	8,3%
	9	12,8%	19,0%	8,3%
	10	61,5%	42,9%	70,8%
	Não respondeu	0,0%	4,8%	0,0%
Aulas com profissionais da cooperativa (técnicos, contadores, etc.)	1	2,6%	4,8%	8,3%
	2	0,0%	0,0%	0,0%
	3	0,0%	0,0%	0,0%
	4	0,0%	2,4%	0,0%
	5	0,0%	7,1%	0,0%
	6	5,1%	0,0%	4,2%
	7	2,6%	11,9%	0,0%

		(Conclusão)		
		Grupos		
Variáveis	Alternativas	1	2	3
	8	12,8%	19,0%	4,2%
	9	17,9%	21,4%	16,7%
	10	56,4%	28,6%	66,7%
	Não respondeu	2,6%	4,8%	0,0%
Participação em feiras e palestras	1	2,6%	2,4%	0,0%
	2	2,6%	0,0%	4,2%
	3	0,0%	0,0%	0,0%
	4	0,0%	2,4%	0,0%
	5	2,6%	2,4%	8,3%
	6	7,7%	9,5%	0,0%
	7	7,7%	7,1%	4,2%
	8	15,4%	19,0%	4,2%
	9	10,3%	23,8%	20,8%
	10	51,3%	28,6%	58,3%
	Não respondeu	0,0%	4,8%	0,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como é possível observar na tabela 33, os grupos dispõem de percentuais nas avaliações em maiores níveis (de 9 a 10), sendo aspectos importantes que contribuem no processo sucessório. Segundo Strapasolas (2006), é fundamental a participação ativa dos associados para que se reconheçam como membros significativos da cooperativa, dado que os tornam indispensáveis nos seguimentos das atividades e na permanência no campo. Schneider (2007) ainda destaca que o vínculo entre associado e cooperativa não deve fundamentar-se apenas nos regimentos, mas também na construção da confiança de que a organização possa atender as demandas de seus associados.

Em relação às atividades da cooperativa com o programa na contribuição do processo sucessório, a sentença de visitas na cooperativa, os maiores percentuais nos três grupos destacaram-se na avaliação 10. Conversas com dirigentes das cooperativas, os três grupos apresentam os maiores percentuais entre 9 e 10. Quanto ao auxílio dos técnicos das cooperativas nas atividades práticas da propriedade, o grupo dois destacou-se entre 9 e 10, o grupo um e três foram de maiores percentuais na avaliação 10. Em relação às aulas serem ministradas pelos profissionais das cooperativas, o grupo um e três destacaram-se em maiores percentuais na avaliação 10 e o grupo dois entre 9 a 10. E em relação a palestras e feiras, os grupos um e três destacaram-se em maiores percentuais na avaliação 10 e o grupo dois entre 9 a 10. E no auxílio

dos professores, nas atividades práticas, na propriedade, os três grupos destacaram-se com maiores percentuais na avaliação 10.

Dessa forma, o cooperativismo caracteriza-se como uma organização de âmbito econômico, político e social, onde os agricultores podem desenvolver sua capacidade produtiva e ainda realizar ações de relevância conjunta (PIRES, 2010). Visto que as cooperativas não atuam apenas nas questões comerciais e produtivas, também permitem que os associados desfrutem de oportunidades de qualificação, que contribuem na inclusão dos mercados, dispondo de alternativas que estimulem os jovens no setor agrícola, o que se torna uma oportunidade de expandir os conhecimentos e garantir a permanência destes no campo.

Quanto às visitas nas propriedades dos alunos, os maiores percentuais nos três grupos destacaram-se na avaliação 10. E nas visitas em outras propriedades, os grupos um e dois avaliaram de 9 a 10 os maiores percentuais e o grupo três destaca-se com um maior percentual na avaliação 10. Os meios de informações podem ser de duas formas, informais e formais, assim como no ambiente organizacional ou no ambiente em que a organização está estabelecida (sendo estes internos e externos). Esses conjuntos de informações possibilitam um conhecimento útil para desempenhar determinadas atividades, as quais envolvem combinações de ideias, regras, formas de procedimentos, e que auxiliam no direcionamento de decisões e ações (AUDY, et al. 2005). Dessa forma, as visitas em propriedades possibilitam que os jovens adquiram conhecimento sobre outras atividades, formas de trabalho e experiências, podendo, assim, despertar ideias e estímulos para que também possam construir ou desenvolver diferentes atividades em suas propriedades.

Em relação às atividades com os pais os três grupos destacaram-se com maiores percentuais na avaliação 10, havendo uma grande porcentagem no grupo 3, ao qual destaca-se com maior garantia de sucessão. De acordo com Novellino (2013), os possíveis sucessores necessitam de suporte, incentivos e um acompanhamento apropriado dos pais, para que se tornem capazes de progredir com os negócios da propriedade. Gräf (2016) destaca, ainda, em sua pesquisa, que foi quando os jovens passaram a trabalhar juntamente com os pais, auxiliando nas atividades, que despertou a vontade de permanecer no campo.

Os jovens avaliaram o programa em relação às atividades ofertadas aos jovens e à contribuição destas no processo sucessório, conforme demonstrado na Tabela 34.

Tabela 34: Avaliação em relação ao programa quanto à sucessão geracional
(Continua)

Questões	Alternativas	Grupos		
		1	2	3
Os conteúdos teóricos básicos (cooperativismo, contabilidade, etc.)	Muito ruim	0,0%	0,0%	0,0%
	Ruim	0,0%	2,4%	0,0%
	Regular	7,7%	2,4%	0,0%
	Bom	38,5%	61,9%	4,2%
	Muito bom	53,8%	33,3%	95,8%
	Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%
Os conteúdos teóricos específicos (gestão, acesso ao crédito, etc.)	Muito ruim	0,0%	0,0%	0,0%
	Ruim	0,0%	0,0%	0,0%
	Regular	7,7%	9,5%	0,0%
	Bom	46,2%	50,0%	4,2%
	Muito bom	46,2%	40,5%	91,7%
	Não respondeu	0,0%	0%	4,2%
O contato com os professores do programa	Muito ruim	0,0%	0,0%	0,0%
	Ruim	0,0%	2,4%	0,0%
	Regular	2,6%	9,5%	0,0%
	Bom	41,0%	45,2%	8,3%
	Muito bom	56,4%	42,9%	91,7%
	Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%
As atividades práticas realizadas na propriedade	Muito ruim	0%	0%	0%
	Ruim	0%	2,4%	0%
	Regular	10,3%	9,5%	0%
	Bom	46,2%	64,3%	4,2%
	Muito bom	43,6%	23,8%	95,8%
	Não respondeu	0%	0%	0%
As atividades como palestras, congressos, etc.	Muito ruim	0%	0%	0%
	Ruim	0%	2,4%	0%
	Regular	10,3%	21,4%	0%
	Bom	56,4%	61,9%	16,7%
	Muito bom	33,3%	14,3%	83,3%
	Não respondeu	0%	0%	0%
Os equipamentos disponibilizados pelo programa (computadores, etc.)	Muito ruim	0%	2,4%	0%
	Ruim	2,6%	9,5%	0%
	Regular	15,4%	35,7%	0%
	Bom	61,5%	50%	16,7%
	Muito bom	15,4%	2,40%	62,5%
	Não respondeu	5,1%	0%	20,8%
A infraestrutura disponibilizada pelo programa (sala de aulas, etc.)	Muito ruim	0,0%	0%	0%
	Ruim	0,0%	4,8%	0%
	Regular	20,5%	31,0%	0%

		(Conclusão)		
		Grupos		
Questões	Alternativas	1	2	3
	Bom	53,8%	52,4%	4,2%
	Muito bom	20,5%	11,9%	83,3%
	Não respondeu	5,1%	0%	12,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Nas avaliações em relação às atividades disponibilizadas, os três grupos avaliaram em bom e muito bom o programa. Entre as sentenças apresentadas, o grupo três em que todos os jovens pretendem ser sucessores(as) avaliam, em alto percentual, como muito bom.

O grupo dois avaliou o programa nas sentenças em maiores percentuais como bom. E o grupo um avaliou algumas sentenças como conteúdos básicos e teóricos e o contato com os professores como muito bom, e as atividades práticas, palestras, equipamentos e infraestruturas como bom (correspondentes as maiores porcentagens).

Na opinião dos jovens, a qualidade do programa, como demonstrado na Tabela 35, foi avaliada em muito boa e excelente pelos três grupos. É possível identificar que o programa atinge seus objetivos através dos mecanismos disponibilizados aos participantes durante o programa, instigando e permitindo maior segurança como sucessores(as).

Tabela 35: Qualidade do programa nas perspectivas dos jovens participantes

		Grupos		
Questão	Alternativas	1	2	3
Na sua opinião, qual a qualidade de ensino do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo?	Muito insuficiente	0%	0%	0%
	Insuficiente	0%	2,40%	0%
	Razoável	0%	4,80%	0%
	Boa	12,80%	14,30%	4,20%
	Muito boa	38,50%	54,80%	16,70%
	Excelente	48,70%	23,80%	75%
	Não respondeu	0%	0%	4,20%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os jovens ainda acrescentam que o programa despertou o interesse em especializar-se mais nas áreas rurais, despertou maior conhecimento sobre a propriedade e para o trabalho no dia a dia, levando essa aprendizagem não apenas para os jovens, mas também para os pais, dado que, o que aprendem no programa, aplicam na propriedade juntamente com a família. Assim, os conhecimentos podem ser como uma troca de informações e permite maior inserção nas

atividades. Estevam (2001) identifica a educação com dois objetivos a serem atendidos; oportunizar a permanência nas unidades produtivas e o outro é possibilitar o acesso aos conhecimentos, trazendo incentivo para a continuidade nas atividades.

No próximo capítulo, serão apresentadas as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo no que diz respeito à sua atuação na sucessão geracional em diversas cooperativas agropecuárias no estado do Rio Grande do Sul, que realizam o programa em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP-RS). Foram elencados quatro objetivos específicos que buscaram: a) caracterizar os jovens participantes do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo e suas propriedades rurais; b) analisar em que condições de gestão produtiva e de renda os jovens sucessores se instalaram ou estão instalando-se, e qual a contribuição do programa nesse processo; c) mapear as demandas dos jovens participantes, a fim de propor ações que possam auxiliar em melhorias ao programa; d) identificar e caracterizar grupos de jovens através da análise fatorial e de *Clusters* quanto às contribuições do programa para a sucessão geracional.

Através da estatística descritiva, foi possível analisar os dados do primeiro objetivo específico, que verificou maior presença do público feminino, em sua maioria com idade média de 17 anos, solteiras, e com ensino médio incompleto. As áreas das propriedades em maior parte são de até 50 hectares, com produção de grãos, atividade leiteira e gado, sendo a atividade de grãos a principal fonte de renda; boa parte dessa produção é comercializada por intermédio das cooperativas promotoras.

Quanto ao segundo objetivo específico, identificou-se que o programa contribuiu significativamente para maiores inserções nas atividades da propriedade, juntamente com os pais, dado que, antes de participar do programa, havia pouca ou nenhuma participação na propriedade. O programa possibilitou, portanto, a partir dos conhecimentos adquiridos, maior preparo, diálogo, proximidade e visibilidade para tornarem-se sucessores.

Quanto ao terceiro objetivo, referente às demandas para melhorias das ações do programa, atendeu com excelência às expectativas dos jovens. Os conteúdos, as práticas e as atividades disponíveis pelo programa e cooperativa foram contribuintes para o processo sucessório, uma vez que passaram a ter maior visão sobre as atividades desempenhadas na propriedade e introduziram-se nesses ambientes. Aqui, é possível perceber a inserção nas atividades enquanto sujeito ativo como fator relevante no refreamento do êxodo rural do jovem.

Para atender o quarto objetivo específico, foi realizada a análise fatorial com análise de *Clusters*. Foram selecionadas as questões dos três primeiros objetivos específicos para identificar e caracterizar os grupos e as contribuições do programa para a sucessão geracional.

A partir da análise realizada, obteve-se três grupos. Comparando-os, é possível observar uma diferença entre os grupos analisados. Conforme foi observado no grupo um (como caracterizado na pesquisa), a menor pretensão de sucessão está entre os jovens que apresentam menor participação nas atividades, baixo percentual de autonomia, remuneração e demais atribuições na propriedade, fatores que ocasionam a saída do campo, em busca desses atributos.

A partir da análise, apurou-se que, no grupo dois, os jovens têm maior pretensão de sucessão que o grupo um, visto que aqueles têm percentuais notáveis de participação nas tarefas e demais atribuições, o que se considera um dos estímulos essenciais para a sucessão, conforme a literatura especializada. O grupo três, que demonstra total intenção de sucessão, é o grupo que apresenta maior índice de participação nas atividades em relação aos demais grupos; sendo assim, essa inserção nas atividades foi considerada um fator fundamental para o desejo de permanecer no campo.

A pesquisa objetivou investigar se o programa Aprendiz Cooperativo do Campo se apresenta como uma contribuição, ou não, no processo sucessório, mesmo que relativamente recente em boa parte das cooperativas promotoras, e os resultados apontam que sim, o programa representa um relevante impacto sobre os jovens nesse processo. O programa, ao promover maior engajamento nas atividades da propriedade, coloca os jovens sucessores no centro do processo de continuidade destas.

Evidencia-se, aqui, o potencial do programa em conferir legitimidade às atividades exercidas por esses jovens enquanto agricultores, enquanto sujeitos ativos em suas propriedades, o que impacta, inclusive, até mesmo na construção de suas identidades enquanto agricultores, o que se torna um fator essencial em uma possível tomada de decisão sobre permanecer ou sair do campo.

Na análise dos dados obtidos a partir dos questionários que visam a atender os objetivos da pesquisa, vislumbra-se, de forma segura, a afirmação de uma relevância positiva fundamental do programa na permanência do jovem no meio rural, pois a participação, como protagonista, de ações que beneficiem a propriedade pode conferir legitimidade e sentimento de pertencimento, o que conduz à conclusão de que isso ocasiona menor vontade de mudar sua situação de vida, do campo para o meio urbano.

Com base nos resultados, conclui-se que é importante que o programa dê continuidade a suas atividades e objetivos. Seus efeitos mais significativos podem ser vistos a médio e longo prazo, pois os jovens participantes, que são os possíveis sucessores, construirão uma relação

mais próxima com a cooperativa, se tornarão jovens mais engajados e empreendedores e possivelmente concederão novas dinâmicas para o meio rural em que estão inseridos.

A partir da pesquisa, seu processo de desenvolvimento, execução, dos resultados conseguidos e, principalmente, dos significados obtidos através da análise dos dados, em relação à relevância do programa para a permanência dos jovens no campo, torna-se possível afirmar categoricamente a influência positiva deste na permanência dos jovens no campo como possíveis sucessores na gestão das propriedades de suas famílias.

Sendo assim, diante dos bons resultados apresentados pelo programa, é fundamental confirmar que o programa impacta positivamente na decisão dos jovens em permanecer, uma vez que passam a inserirem-se mais nas atividades da propriedade e em sua gestão, construindo autonomia e vislumbrando, na propriedade, possibilidades de alcançarem seus objetivos financeiros e pessoais.

Reitera-se, em relação ao programa, seu potencial para a construção, no jovem do campo, do sentimento de pertencimento, de comunidade, e contribuição à construção de sua identidade enquanto agricultor e proprietário rural. Da mesma forma, a análise aponta a necessidade de que os pais e famílias também sejam abordados para que o programa se torne mais ativo e interativo, e que estejam introduzidos juntamente com os jovens nesse processo para que ocorram resultados satisfatórios para ambos.

Quanto às limitações da pesquisa, destaca-se que, devido à pandemia e às distâncias das propriedades, não foi possível aplicar o questionário de forma presencial, o que limitou, de certa forma, as indagações e informações nas respostas apresentadas. Ao analisar-se os resultados e implicações da atual pesquisa e do presente trabalho, considerou-se relevante sugerir, como pesquisa futura, a realização de estudos aprofundados com jovens participantes do programa de outras cooperativas promotoras. Da mesma forma, considerou-se pertinente, também, buscar a visão dos pais desses jovens em relação ao programa e à sua contribuição para a família.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, C. S.; REIS, C. N. As origens do cooperativismo e o contraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.8, n.3, p.149-185, dez. 2002.
- AHLERT, L.; CHEMIN, B. F. A sucessão patrimonial na agricultura familiar. **Revista Estudo & Debate**, [S.l.], v. 17, n. 1, jun. 2009. ISSN 1983-036X.
- ALBANI, I. C. Consórcio social da juventude rural: uma experiência de formação enquanto educadora. *Scientia Plena*, vol. 11, num. 2, 2015. Disponível em: <<https://scientiaplenu.emnuvens.com.br/sp/article/download/1719/1123/9331>>. Acesso em: 05 de maio de 2022.
- ALMEIDA, G. S. **Uma Perspectiva Econômica Das Organizações Cooperativas**. Agropecuárias. 2017. 101f. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre. 2017.
- ANDRADE, J. M.; SANTOS, K. K. dos; JESUS, G. S. de; O Programa Jovem Aprendiz e sua importância para os jovens trabalhadores. **Interfaces Científicas-Direito**, v. 4, n. 2, p. 45-54, 2016.
- ANJOS, F. S. D., CALDAS, N. V., COSTA, M. R. C. (2006). Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. **XLIV Congresso DA SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. 2006.
- ANTONIALLI, L. M. Influência da mudança de gestão nas estratégias de uma cooperativa agropecuária. **RAC. Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro/RJ, v. 4, n.1, 135-159 p. 2000.
- BAKER, J. R. What's worth if you stay on the farm. *In: INTERNATIONAL FARM MANAGEMENT CONGRESS*, 18., 2011, Methven, Canterbury. **Anais...** Methven: Methven Canterbury, 2011.
- BARCELLOS, S. B. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. **Mundo agrário**. 16 (32). Agosto, 2015.
- BARCELLOS, S. B. A juventude rural enquanto ator político atuando na configuração de políticas públicas no Brasil. **39º Encontro Anual da Anpocs**. 2015.
- BARCELLOS, S. B. O crédito fundiário e a linha Nossa Primeira Terra em debate no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19 n. 1, p. 71-92, jan-abril. 2016.
- BARCELLOS, S. B.; MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L. Juventude Rural e políticas públicas. **Coleção juventude**. Série estudos/ n.1. – Brasília: Presidência da República, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1994.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Marketing & Agribusiness um enfoque estratégico. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 5, p. 30-39 Set./Out. 1995.

BENATO, J. V. A. **O ABC do Cooperativismo**. 3ª ed. 167p. São Paulo: OCESP – SESCOOP, 1996.

BERVIAN, P.; CERVO, A. L. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

BIALOSKORSKI NETO, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, DF, v. 45, n.1, 2007.

BIALOSKORSKI, S. **Agronegócio cooperativo**. In Batalha, M. (org.) Gestão Agroindustrial. Ed. Atlas, São Paulo, 2001.

BIEGER, T. E. Sucessão na Agricultura Familiar: Um Estudo do Município de Coronel Barros – RS. **Trabalho de Conclusão de Curso**, UNIJUÍ. 2013.

BITTENCOURT, C. A. L. **Programa de educação profissional**. São José – FCEE, 2020.

BOESSIO A. T.; DOULA S. M. Sucessão Familiar e Cooperativismo Agropecuário: Perspectivas de Famílias Cooperadas em um Estudo de Caso no Triângulo Mineiro. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 433-458, 11 ago. 2017.

BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M.; BARASUOL, A. Cooperativas agropecuárias e processos sucessórios: um estudo de caso em minas gerais. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**. Santa Maria/RS, 2018.

BOLTER, J. A. G., SCHNEIDER, S., HAAS, J. M. O Programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015. p. 465-482.

BOSCARDIN, M. E CONTERATO, M. A. As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul?. **Estudos Sociedade e Agricultura**. 2017.

BOSCARDIN, M. Reprodução social da agricultura familiar: uma análise demográfica em propriedades familiares sem sucessores no município de Frederico Westphalen, RS. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2005.

BRDE – BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Síntese de Informações sobre o panorama da avicultura e suinocultura: jan./abr 2002**. Florianópolis: BRDE, 2003.

BREITENBACH, R., AGNOL, R. P. D., TROIAN, A. jovens sucessores na agricultura familiar: trajetórias e desafios em Ipiranga do Sul/RS. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER**, 2020.

BREITENBACH, R., TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, 56(1), 26-37. 2021.

BREITENBACH, R.; MAZOCCO, C.; CORAZZA, G. Estímulo à sucessão familiar na bovinocultura de leite: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 1, p. 25-33, 30 abr. 2019.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis/SC, Es. Feministas, p. 205-227. 2004.

BRUMER, A.; ROSAS, E.N.L.; WEISHEIMER, N. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: Congresso Internacional da Rural Sociology Association, 12000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da região Sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. (Relatório de Pesquisa).

CAMARANO, A. A. O. Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro. 2006.

CASTRO, E. G. de.; BARCELLOS, S. B. Políticas públicas para a juventude rural brasileira. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 549-570

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Latinoamericana de ciencias sociales**. v. 7, n. 1, pp. 179- 208, 2009.

CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. *Cooperação na agricultura*. ResearchGate, 2015.

COLVERO, R. B., SAMPAIO, T. S., SCHOPF, R. S. Análise de políticas públicas: a importância da parceria público-privada na implementação de programas sociais para a agropecuária familiar. **Brazilian Journal of Development**, 6(2), 7776-7787. 2020.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 12. ed. Porto Cooperativismo do Estado do Rio Grande Do Sul SESCOOP/RS. Porto Alegre, 2021.

CRESWELL, J.W. P. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296p.

DALAPOSSA, J. L., SANTOS, R. S. **Composição de dimensões e categorias de gestão que interagem no processo sucessório em unidades produtoras rurais do Extremo Oeste Catarinense**. Instituto Federal de Santa Catarina. 2021.

DALCIN, D. Os Estilos de tomada de Decisão e o Desempenho Econômico das propriedades Rurais de Palmeira das Missões/RS. 2013. 130f. **Tese (Doutorado em 150 Agronegócio) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2013.

DEGGERONE, Z. A.; LAROQUE, L. F. S.; BARDEN, J. E. Agricultura familiar: o trabalho dos jovens na gestão e reprodução de um modo de vida na região alto Uruguai, Rio Grande do Sul. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 34, n. 2, p. 367-379, 2014.

DEGGERONE, Z. A.; OLIVEIRA, C. A. O. **A atuação das cooperativas agropecuárias na sucessão geracional na região do Corede Norte (RS)**. *Extensão Rural*, 25(1), 60-77, 2018.

DEVELTERE, P. **Économie sociale et développement: les coopératives, mutuelles et associations dans les pays en développement**. Bruxelles: De Boeck Université, 1998.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. **Holos**, v. 02, ano 33, p. 360-374, 2017.

DUARTE, L. C. **Atividades não agrícolas e sucessão de jovens no campo**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios. 2019.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ESTEVAM, D. O.; SALVARO, G. I. J.; BUSARELLO, C. S. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 289-299, jul./dez. 2015.

FÁVERO, L. P., BELFIORE, P., SILVA, F. D., CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. 2009.

FELIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2019**. Porto Alegre: SEPLAG, DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019.

FERNANDES, R. A., DITATI, R., SEVERO, J. A., TESSARO, R. A., FISCHER, A. Contribuição das cooperativas de crédito no desenvolvimento da agricultura familiar: o caso da Sulcredi Ouro. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, 4(1), 88-105. 2018.

FERREIRA, G. M. V; SILVA, D. F. **Educação cooperativista**. Santa Maria: Colégio Politécnico/UFSM, 2015.

FERREIRA, N. M. da C. Cooperativismo sob a ótica da economia solidária e popular: algumas evidências no meio rural potiguar. 2010. 305 f. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações)** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

FISCHER, H.; BURTON, R. JF. Understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles. *Sociologia Ruralis*, v. 54, n. 4, p. 417-438, 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANTZ, W. Associativismo, cooperativismo e economia solidária. **Ed. Unijuí**, 2012.

FREITAS, A. F., PEDRA, M. D. S., DE FREITAS, A. F., DA SILVA, M. G., DIAS, M. M. O cooperativismo popular como forma de organização da agricultura familiar. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, 6(8), 110-119. 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Sobre o PNATE**. Ministério da educação, 2021. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnate/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-pnate>>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Método de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil, Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 1987.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade. **Cadernos de Economia** – Unochapecó, Chapecó, v.11, n. 20, jan./jun. 2007.

GIOVENARDI, E. Planejamento em Cooperativas. **Administração de Cooperativas**, São Paulo, 3, 65-76. 1981.

GODOY, C. M. T.; PÉREZ, F. I. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; GUEDES, A. C.; MORAES, C. S. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. **In: Congresso Sober: sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural**, 48., 25-28 jul. 2010.

GOMES, E. J.; SCHMIDT, C. E. F. A Importância das Redes Cooperativas de Agroindústrias Familiares para a Permanência dos Jovens no Meio Rural. **Reflexão Cooperativista**, (3), 77-82. 2014.

GOULART, F. de M.; PREVITALI, F. S. Educação e desenvolvimento rural: Projovem campo – saberes da terra no contexto do PDE 2007. *Laplage em Revista*, vol. 1, núm. 2, pp. 93-106, 2015.

GRÄF, L. V. **Gestão da propriedade rural: um estudo sobre a autonomia do jovem na gestão da propriedade rural**. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário Univates. 2017.

GRISA, C.; KATO, K. Y. M.; FLEXOR, G. G.; ZIMMERMANN, S. A. Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 1, 2017.

HAIR JUNIOR, J. F. et al. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 471 p, 2005.

HUBNER, A. P. **Sucessão em propriedades rurais familiares: um estudo multicaso**. Universidade de Passo Fundo. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. **In: D. Jodelet (org.). As representações sociais**. (pp. 17-41). Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001.

KESTRING, K. (2021). **Sucessão rural: a percepção dos agentes de ATER**. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2021.

KESTRING, K.; DANIEL, D. S.; NETO, A. C.; ZONIN, V. J.; MATTIA V. O Programa Juventude Cooperativista e sua relação voltada a sucessão rural na agricultura familiar. **Revista Thêma et Scientia**. 2020.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, vol. 16, núm. 33, pp. 132-159, 2015.

LAGO, A. Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário. (**Tese de Doutorado em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios**). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

LEITZKE, V. W.; SANTOS, J. Z. V. **Juventude Rural e Inclusão do Jovem na Gestão de Cooperativas da Economia Solidária, no Nordeste do RS**. In: Décio Cotrin. (Org.). Coleção Desenvolvimento Rural, v. 2. Ed. Porto Alegre, RS: Ebook, v. 2, p. 319-330, 2013.

LIMA, S.; VIEIRA, L.; CASTRO, A. M.; SARMENTO, E. Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural, Brasília: **MDA, NEAD Estudos**, 2013.

LOBLEY, M. Succession in the family farm business. **Journal of Farm Management**, v.13, n.12, p. 839-851, 2010.

LOBLEY, M.; BAKER, J. R.; WHITEHEAD, I. Farm succession and retirement: some international comparisons. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, v. 1, n. 1, ago. 2010.

MACEDO E CASTRO, J. P. A construção de políticas públicas para a juventude: novas modalidades de gestão de segmentos sociais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 55 n° 2. 2012.

MALDANER, G.R.; KIELING, R.I. A Sucessão Vista Sob a Ótica da Transferência da Doutrina do Cooperativismo Entre e Intra as Gerações de Famílias de Cooperados: Um Caso de Associados de Cooperativa. **Pleiade**, 13(29): 69-89, Jul./Dez., 2019.

MARCONI, E. V.; LAKATOS, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIN, J. O. B. Crédito Juvenil: A construção social da juventude rural moderna. Extensão Rural, **DEAER – CCR – UFSM**, Santa Maria, v.24, n.2, abr./jun. 2017.

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. 58 (2), 2020.

MARINHO, A. D. S., NERO, J. D., FERREIRA, M. D. D. L., SILVA, L. P. C., & ARAÚJO, A. E. D. As possibilidades construídas a partir do Residência Jovem na Paraíba: entre a migração e a autonomia. **Cadernos de Agroecologia**, 13(1). 2018.

MASSUQUETTI, A. A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97. 1998. 223 f. **Dissertação (Mestrado em Economia Rural)** – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1998.

MATTE, A., SPANEVELLO, R. M., LAGO, A., ANDREATTA, T. Agricultura e Pecuária Familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 15(1), 19-33. 2019.

MELLO, M., A., SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; DORIGON, C.; FERRARI D.; L. TESTA V. M. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova Geração de agricultores. In: XLI CONGRESSO DA SOBER-Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora, MG, 27 a 30 de julho de 2003.

MEMLAK, A. F.; DEWES, F. **Cooperativismo e Juventude: as perspectivas de participação dos jovens das famílias associadas à cooperativa extremo norte**. s./a. 2014.
MIGUEL, P. J. D. **Cooperativismo e desenvolvimento rural em angola: o caso do município de Cacula/Província da Huíla**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de ciências econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. 2018.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Arca das Letras promove leitura nas comunidades rurais**. Educação Básica. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/3728-sp-987264334>>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto organiza políticas públicas educacionais no campo. **Educação no campo**, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=16002>>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Brasil Alfabetizado**. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Educação do Campo PRONACAMPO**. Documento Orientador. Brasília, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)**. 2011.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Normas e Diretrizes do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano**. Secretaria de Estado de Assistência Social, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude** – Brasília: MTE, SE, 2011.

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, M. P. I. O Papel do Cooperativismo no Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista do CEPE**, n. 49, p. 67-79, 2019.

MOREIRA, S. L, SPANEVELLO, R. M. Modelos sucessórios em propriedades rurais: um estudo no município de Cruz Alta/RS. **Revista Grifos**, 28(46), 27-47. 2019.

MOREIRA, V. R.; SILVA, C. L.; MORAES, E. A.; PROTIL, R.M. O Cooperativismo e a gestão dos riscos de mercado: Análise da fronteira de eficiência do agronegócio paranaense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 1, p. 51–68, jan. 2018.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, p. 83-100, 2001.

NETO, S. B. **Gestão do Agribusiness Cooperativo**. In: BATALHA, M. O. (coord.). Gestão agroindustrial. Cap. 10, p.515 a 543. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

NIERDELE, P. A. A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul: sociogênese de uma plataforma de diálogos entre Governos e Movimentos Sociais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.2, ed. 24, ISSN: 1413-0580, 2016. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/668/461/>>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

NOVELLINO, A. Como escolher seu sucessor? Prosperare, São Paulo, 2010.
O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: UCIPE_ABRASCO, 1994.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo**. Brasília, 2020.

OLIVEIRA, D. D. de. Perspectivas de atuação do Instituto Federal Farroupilha nas relações entre educação profissional, cooperativismo e desenvolvimento rural. 2013. 85 f. **Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola)** - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2013.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Empresa familiar**: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, F. F.; REISDORFER, V. K.; BENTO, M. H. S.; STECCA, J. P.; MADRUGA, L. R. R. G. Possibilidades para a permanência do jovem no meio rural: a educação cooperativa e o planejamento da sucessão familiar. **Revista UNIABEU**, v.11, nº 28, maio-agosto, 2018.

OLIVEIRA, W. M. de; FILHO, J. E. R. V. Texto para discussão: Sucessão nas fazendas familiares: problemas e desafios. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990. 2018.

PANNO, F. Sucessão geracional na agricultura familiar: valores, motivações e influências que orientam as decisões dos atores. 2016. 166 f. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)** – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PANNO, F., MACHADO, J. A. D. A sucessão em propriedades rurais familiares de Frederico Westphalen/RS: influências e direcionamentos decisórios dos atores. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, 21(3), 217-237. 2016.

PELEGRINI, D. F.; SHIKI, S. F. N. Uma abordagem teórica sobre cooperativismo e associativismo no Brasil. **Revista Eletrônica de Extensão**, ISSN 1807-0221 Florianópolis, v. 12, n. 19, p.70-85, 2015.

PIRES, A. C. F. S. Êxodo Rural e violência urbana na Colômbia. **Observatório Geográfica de América Latina**. 2009.

PONCIANO, E. L. T., FÉRES-CARNEIRO, T. Conjugalidade, parentalidade e separação: repercussões no relacionamento pais e filhos (as). **Psicologia em estudo**, 22(2), 277-287. 2017.
PRESNO, N.B. As cooperativas e os desafios da competitividade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 17, p. 119-144, 2001.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N.; RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. 2011.

RAMOS, V. S.; ANGNES, J. S.; COSTA, Z. O Futuro da Fumicultura O Jovem Rural e o Dilema da Sucessão Geracional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 43, 2018.

REDIN, E. O futuro incerto do jovem rural. **Intesa**, Pombal, PB, v. 8, n. 1, p. 37-43, jan./dez. 2014.

REDIN, E. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. **Educar em Revista**, 237-252. 2017.

REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C.; GUIMARÃES, G. M.; SANTOS, V. F dos. Juventude rural e novas formas de sociedade mediadas pelas TIC. **Signos do consumo**, v. 5, n. 2, p. 225-244, 2013.

REIS, E. A., REIS, I. A. Análise Descritiva de Dados. **Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG**. 2002.

REIS, P. N. C.; LUCAS, J. S.; MATTOS, K.; MELO, F. A. O.; SILVA, E. M. O alcance da harmonia entre as gerações baby boomers, x e y na busca da competitividade empresarial no século XXI. **Simpósio em Excelência em Gestão e Tecnologia–SEGET**, v. 23, 2013.

RIBEIRO, K. A.; NASCIMENTO, D. C.; SILVA, J. F. B. Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 19, n. 40, p. 77-101, jan./jun. 2013.

RODRIGUES, R. **Cooperativismo: Democracia e Paz - Surfando a segunda onda**. São Paulo: [s.n.], 487 p., 2008.

ROLIM, I. A, MOREIRA, E. S. Juventude do meio rural: especificidades culturais e relação com a escola. **In Congresso Internacional e Congresso Nacional Movimentos Sociais & Educação**, vol. 1, n. 1. 2022.

ROSA, J. M. D. Fatores que motivam ou restringem a sucessão geracional a partir da visão de agricultores do município de Condor-RS. Universidade Federal de Santa Maria. 2019.

ROSSI, T. **Proposta de implantação de um programa de sucessão familiar: estudo de caso em uma cooperativa vinícola da Serra Gaúcha**. Universidade de Caxias do Sul. 2019.

RUIZ, J. A. **Metodologia Científica**: Guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2006.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTANA, C. Pedagogias das conexões: ensinar e aprender na sociedade digital blended. **In: Educação em rede: construindo uma ecologia para a cultura digital**, v. 6, n. 1, Porto Alegre, 2019.

SANTOS, A. **Sucessão geracional na agricultura familiar nos Coredes Médio Alto Uruguai e Rio da Várzea/RS: a ótica dos jovens que fizeram a sucessão**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

SANTOS, C. C. M.; CEBALLOS, Z. H. M. A importância do cooperativismo. **X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação** – Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

SAVIAN, M. A sucessão geracional na agricultura familiar de Ponte Alta/SC. **Dissertação (mestrado)** – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011.

SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá-PR, v. 14, n. 159, 2014.

SCHENEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz Editores, 2002.

SCHNEIDER, J. O., HENDGES, M. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. **Economia Solidária e Ação Cooperativa**, 33-48. 2006.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**. 2010.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: **ALMEIDA, J. A. de J.; RIEDL, M. Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: Edusc, 2000.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 84-94, 2007.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL **Sobre o programa**. Bolsa juventude rural. 2022.

SESCOOP. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Aprendiz Cooperativo do Campo. 2022.

SETTE, A. T. de M. e S.; SETTE, R. de S.; SOUZA, M. de. A organização cooperativa sob a ótica dos cooperados. In: **SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 43. Ribeirão Preto, 2005.

SILVA, L. C., ARAÚJO, J. A. Estado e políticas públicas para a juventude rural. **Educação, Ciência e Cultura**, 25(2), 45-57. 2020.

SILVA, W. R.; VIEIRA, F. G. D.; BERNARDO-ROCHA, E. E. R. Organizações cooperativas e contexto cultural do espaço público brasileiro: um ensaio teórico sobre processos sociais, universo simbólico e prática social. In: Encontro da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em Administração, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006.

SILVEIRA, R. L. L.; FELIPPI, A. C.T. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 2, 2017.

SILVESTRO, M. L., MELLO, M., DORIGON, C., BALDISSERA, I. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri; Brasília: **Nead**, 2001.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T.; **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/MDA, 2011.

SOUZA, M. de; ELESBÃO, I. A introdução de uma inovação social entre agricultores familiares: o turismo rural em dois roteiros do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. In:

Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, 7, 2008, Coimbra, Portugal. Cultura, inovação e território. Anais eletrônicos... Coimbra: ESAC, 2008.

SOUZA, S. P. de; HESPANHOL, R. A. de M. O Programa Territórios da Cidadania como política pública de desenvolvimento territorial. **Revista Formação** (ONLINE) Vol. 4; n.23, set-dez/2016. 161-187. ISSN: 2178-7298. ISSN-L: 1517-543X.

SOUZA, U. R. D.; BRAGA, M. J.; FERREIRA, M. A. M. Fatores associados à eficiência técnica e de escala das cooperativas agropecuárias paranaenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 3, p. 573-597, 2011.

SOUZA, V. L.; BONAMIGO, I. S.; ROSSONI, O. T. O. Entre sonhos, desejos e incertezas: Cartografia de encontros com jovens rurais. **Amazônica**, v. 22, n. 2, p. 30-46, 2019.

SPANEVERELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

SPANEVERELLO, R. M., BOSCARDIN, M., CHRISTOFARI, L. F., LAGO, A., ANDREATTA, T., BOTENE, T. S. O trabalho feminino no espaço rural. **Revista Estudo & Debate**, 29(1). 2022.

SPANEVERELLO, R. M., DE AZEVEDO, L. F., VARGAS, L. P., MATTE, A. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, 45(2), 291-304. 2011.

SPANEVERELLO, R. M.; DREBES, L. M.; LAGO, A. A Influência das Ações Cooperativistas sobre a Reprodução Social da Agricultura Familiar e seus Reflexos sobre o Desenvolvimento Rural. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2011, 47. Brasília. **Anais...** Brasília: IPEA CODE, p. 1-18, 2011.

SPANEVERELLO, R. M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. **XLV Congresso da Sober**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, 2007.

SPANEVERELLO, R. M.; LAGO, A.; ANDREATTA, T.; BOSCARDIN, M. Juventude rural e sucessão na agricultura familiar. In: ZONIN, V. J.; KROTH, D. C. (Org.). 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021. 365 p.; 23 cm. – (Ciências sociais).

SPANEVERELLO, R. M.; LAGO, A.; CHRISTOFARI, L. F.; ANDREATTA, T. As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: RENK, A; DORIGON, C. (Orgs.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, p. 163-188. 2014.

STRAPASSOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agronomias**, v. 8, n. 1, p. 26-29, 2011.

STRATE, Aprendiz do campo: estimulando a sucessão rural por meio do cooperativismo no município de Teutônia do sul do Brasil. **GEPAD Agricultura familiar e desenvolvimento rural**, Porto Alegre, 2017.

STRATE, M. F; SCHUMANN, M. L. Aprendiz do campo: estimulando a sucessão rural através do cooperativismo no município de Teutônia – RS. **Horizontes das Ciências Sociais Rurais**, v. 2. 2019.

STROPASOLAS, V. L. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, p. 178-196, 2014.

STROPASOLAS, V. L. Juventude Rural: uma categoria social em construção. GT 22: Sociologia da Infância e Juventude. **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**; Anais. Belo Horizonte, 2015.

STROPASOLAS, V.L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**, vol. 12, n. 1, p. 253-267, jan./abr. 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009.

TIHERRO, R. M., DALCIN, D., ANES, C. E. R. (2022). Permanecer ou sair do meio rural? o dilema dos jovens graduandos do município de Cerro Largo/RS. **Revista Grifos**, 31(57), 01-19. 2022.

TROIAN, A. Percepções e projetos de jovens rurais produtores de tabaco de Arroio do Tigre/RS 2014. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

VEDANA, R., ARENDS-KUENNING, M. P., SHIKIDA, P. F. A., GARCIAS, M. D. O. Cooperativismo, empoderamento feminino e transição geracional no oeste do Paraná: um estudo de caso na lar cooperativa agroindustrial. **Edição Especial Agricultura**. 2020.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

WANDERLEY, M. de N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: UPF, p. 21-55, 2001.

WEBER, C. Sucessão geracional em propriedades rurais de associados a cooperativas agropecuárias: uma abordagem sobre jovens mulheres. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, RS, 2020.

WOMMER, D. H., CASSOL, C. V. A participação Feminina na Gestão da Propriedade Rural: cuidado que qualifica e humaniza. **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**, 3, 469-493. 2014.

ZAMIN, G. Estudo sobre os motivadores e inibidores de permanência de jovens na atividade agropecuária e a sua sustentabilidade neste espaço: um estudo de caso a partir do território de abrangência da COOPERMIL. 2018.

ZANELLA, L.C.H. **Metodologia de pesquisa**. 2 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2013. 134 p.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (PENSA-FEA-USP)**. Agosto, 1994.

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – CAMPUS PALMEIRA DAS MISSÕES COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NA FORMAÇÃO DE JOVENS SUCESSORES

Bloco I- Perfil dos jovens respondentes

- 1) **Sexo:** () Feminino. () Masculino.
- 2) **Idade:** _____
- 3) **Escolaridade:**
- () Ensino Fundamental Incompleto.
 - () Ensino Fundamental Completo.
 - () Ensino Médio Incompleto.
 - () Ensino Médio Completo.
 - () Ensino Técnico Incompleto
 - () Ensino Técnico Completo.
 - () Ensino Superior Incompleto.
 - () Ensino Superior Completo
 - () Pós-Graduação.
 - () No caso de Ensino Fundamental, Médio e Técnico pretende cursar nível superior ? Se sim, qual curso? _____
- 4) **Estado Civil:**
- () Solteiro () Casado () Outra situação
- 5) **Residência**
- () Na propriedade com os pais
 - () Na propriedade, em casa separada dos pais
 - () Outro caso. Qual? _____

Bloco II- Características das propriedades rurais

- 6) **Área total da propriedade** _____
- 7) **Atividades produtivas desenvolvidas na propriedade:**
- () Avicultura
 - () Bovinocultura de Corte
 - () Bovinocultura de Leite
 - () Grãos (Soja, milho, trigo, etc.)
 - () Piscicultura
 - () Suinocultura
 - () Outras
- 7.1) **De qual atividade agrícola vem a principal fonte de renda da sua família?** _____

7.2) Conforme as atividades produtivas desenvolvidas na propriedade, descreva as quantidades existentes em cada opção escolhida: _____

8) Como sua família realiza a comercialização da principal atividade agrícola da propriedade?

- Através da cooperativa.
- Através da indústria.
- Através de cerealistas.
- Através das cooperativas e cerealistas.

8.1) Em caso da cooperativa, quanto % da sua produção é destinada para a cooperativa:

- Inferior a 25% da produção.
- Entre 25% a menos de 50% da produção.
- Entre 50% a menos de 75% da produção.
- Entre 75% a menos de 100% da produção.
- 100% da produção.

9) Contrata mão de obra?

- Não.
- Sim. Em caso afirmativo, com que frequência e para qual atividade? _____

10) Entre os itens abaixo, marque sim ou não, conforme sua situação:

- A) Recebo remuneração em dinheiro por minha participação no trabalho familiar agrícola.
 Sim. Não.
- B) Posuo bloco de produtor rural em meu nome. Sim. Não.
- C) Meu nome consta no bloco do produtor rural de meu pai (ou mãe). Sim. Não.
- D) Tenho área de terra em meu nome. Sim. Não.
- E) Tenho conta corrente em meu nome. Sim. Não.
- F) Tenho financiamento em meu nome. Sim. Não.
- G) Desenvolvo atividade produtiva autônoma na propriedade. Sim. Não.

Bloco III- Em relação ao Programa Aprendiz Cooperativo do Campo

**11) Você é associado da cooperativa? () Sim () Não. Apenas o(s) pai(s)
Em caso afirmativo, há quanto tempo é associado? _____**

12) Como ficou sabendo do programa?

- Encontro de jovens da cooperativa
- Através dos pais
- Encontro de jovens da cooperativa
- Através dos técnicos
- Redes sociais da cooperativa
- Programa de rádio
- Site da cooperativa
- Outra maneira: _____

13) Há quanto tempo participa do programa? _____

14) Se já for concluinte do programa, quanto tempo de conclusão? _____

15) Por que escolheu o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo:

- () Por influência dos pais
 () Escolha do próprio jovem
 () Por influência da cooperativa
 () Por influência de amigos/colegas
 () Por influência dos técnicos
 () Outro motivo: _____

16) O fato do curso ser oferecido em alternância:

- () Favoreceu sua escolha () Dificultou sua escolha () Não interferiu na escolha

17) Pontue algumas sugestões de ações que o programa poderia/deveria realizar que, na sua percepção, são importantes para a permanência dos jovens no meio rural. _____

Bloco IV- Em relação ao desempenho do programa Jovem Cooperativo do Campo**18) Realize o julgamento das sentenças a seguir sobre o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo**

	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
Proporcionou maior inserção nas atividades da propriedade					
Aumentou sua autonomia dentro da propriedade					
Aumentou o diálogo com seus pais					
Sente-se mais preparado para assumir a propriedade rural dos seus pais					
Sente-se mais próximo da cooperativa					
Sente-se mais próximo de tornar-se sucessor da propriedade rural					
Possibilitou maior convívio social					
Antes de participar do programa não visualizava a possibilidade de permanecer no meio rural como sucessor					

19) Avalie os itens abaixo em relação ao Programa Aprendiz Cooperativo do Campo quanto à sucessão geracional.

	Muito ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito bom
Os conteúdos teóricos básicos (cooperativismo, contabilidade, etc.)					
Os conteúdos teóricos específicos (gestão, acesso ao crédito, etc.)					
O contato com os professores do programa					
As atividades práticas realizadas na propriedade					
As atividades como palestras, congressos, etc.					
Os equipamentos disponibilizados pelo programa (computadores, etc.)					
A infraestrutura disponibilizada pelo programa (sala de aulas, etc.)					

20) Na sua opinião, qual a qualidade de ensino do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo?

- () Muito insuficiente
 () Insuficiente
 () Razoável
 () Boa
 () Muito boa
 () Excelente

21) Indique sugestões de melhoria para o Programa Aprendiz Cooperativo no Campo?

Bloco V- Em relação à aplicabilidade do Programa Aprendiz Cooperativo no campo na propriedade

22) As experiências e os conhecimentos que adquiriu no programa até o momento são suficientes para atender suas necessidades no seu dia a dia junto à sua propriedade?

- () Sim () Não

Por quê? _____

23) O que você aprende/aprendeu no programa, tem praticado em sua propriedade?

- () Sim () Não

Se sim, de que forma? _____

Se não, por quê? _____

24) Você realizou alguma mudança na propriedade após participar do programa?

- () Sim. Quais? _____

- () Não. Por quê? _____

25) Em relação às seguintes atividades, relate:

25.1) Como era realizada a gestão da propriedade antes do programa? E como passou a ser realizada após o programa? _____

25.2) Como era realizada a divisão das rendas na propriedade antes do programa? E como passou a ser realizada após o programa? _____

25.3) Como era realizada a divisão das atividades realizadas na propriedade? E como passou a ser realizada após o programa? _____

25.4) Como era o diálogo com os pais antes do programa? E como passou a ser após o programa? _____

25.5) Como era a relação com a cooperativa antes do programa? E como passou a ser após o programa? _____

26) De 1 a 10, avalie a importância destas atividades no programa juntamente com a cooperativa:

Atividades:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Visitas nas unidades da cooperativa.										
Visitas nas propriedades dos alunos.										
Visitas em outras propriedades rurais.										
Conversas com dirigentes da cooperativa.										
Atividades com os pais.										
Técnicos da cooperativa auxiliando nas tarefas práticas.										
Auxílio dos professores nas atividades práticas na propriedade.										
Aulas com profissionais da cooperativa (técnicos, contadores, etc.).										
Participação em feiras e palestras.										

Bloco VI- Em relação aos projetos profissionais futuros dos Jovens Participantes do Programa Aprendiz Cooperativo do Campo

27) Você pretende ser sucessor(a)?

() Sim () Não. Por quê? _____

27.1) Se em caso afirmativo, você se sente preparado para assumir a sucessão da propriedade de seus pais? () Sim () Não. Por quê? _____

28) O programa Jovem Aprendiz Cooperativo do Campo contribuiu na preparação em assumir a propriedade como sucessor(a)? _____

29) Quais são seus projetos futuros para a propriedade rural? _____

30) Você deseja desempenhar outras atividades agrícolas além das atividades realizadas hoje?

() Sim. Quais? _____ () Não. Por quê? _____

31) Considerando o seu estágio atual no Programa Jovem Aprendiz Cooperativo do Campo e os seus projetos profissionais futuros, você pretende estabelecer-se:

() No meio rural, como sucessor da propriedade

() No meio rural, mas trabalhando no meio urbano em empresas agropecuárias

() No meio urbano, com empregos em empresas agropecuárias

() Outra situação: _____

Sua contribuição foi fundamental! Agradecemos a disponibilidade e participação.